

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO
URBANO E REGIONAL**

VITÓRIA KRAMER DE OLIVEIRA

**CIDADE, BRANQUITUDE E COLONIALIDADE:
o planejamento urbano enquanto ferramenta para
operar apagamentos em Porto Alegre**

**Porto Alegre
Setembro de 2022**

VITÓRIA KRAMER DE OLIVEIRA

**CIDADE, BRANQUITUDE E COLONIALIDADE:
o planejamento urbano enquanto ferramenta para
operar apagamentos em Porto Alegre**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa Cidade, Cultura e Política, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Edison Belo Reyes.

Co-orientador: Prof. Dr. José Geraldo Soares Damico

Porto Alegre
Setembro de 2022

CIP - Catalogação na Publicação

de Oliveira, Vitória Kramer
Cidade, branquitude e colonialidade: o planejamento urbano enquanto ferramenta para operar apagamentos em Porto Alegre / Vitória Kramer de Oliveira. -- 2022.
124 f.
Orientador: Paulo Edison Belo Reyes.

Coorientador: José Geraldo Soares Damico.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Branquitude. 2. Colonialidade. 3. Raça. 4. Planejamento Urbano. 5. Porto Alegre. I. Reyes, Paulo Edison Belo, orient. II. Damico, José Geraldo Soares, coorient. III. Título.

VITÓRIA KRAMER DE OLIVEIRA

**CIDADE, BRANQUITUDE E COLONIALIDADE:
o planejamento urbano enquanto ferramenta para
operar apagamentos em Porto Alegre**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa Cidade, Cultura e Política, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Edison Belo Reyes.

Co-orientador: Prof. Dr. José Geraldo Soares Damico

Porto Alegre, 2022

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dra^a Daniele Caron (PROPUR/UFRGS)

Prof. Dr. Marcus Vinicius de Freitas Rosa (PPGHIST/UFRGS)

Prof. Dr. Bruno César Euhprasio de Mello (UFRGS)

Agradecimentos

Aos professores Paulo e Zé, queridos orientadores dessa jornada que é o mestrado, gostaria de deixar minha imensa gratidão e carinho. Se essa pesquisa nasce hoje, é também por causa do trabalho e cuidado de vocês.

Aos meus queridos colegas e amigos Bárbara, Cinthia, Eduardos (são dois!), Gabriela, Guilherme, Luise e Nicolas: foi um prazer estar junto de vocês nesses últimos dois anos e meio. A vida dos jovens pesquisadores fica mais fácil quando não estamos sozinhos.

Ao PROPUR, que acolheu esta internacionalista em seus braços e permitiu que pudesse iniciar sua jornada de pesquisa em Planejamento Urbano.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), que viabilizou minha permanência em um Programa de Pós-Graduação de excelência por meio da concessão de bolsa de estudos durante o período em que me dediquei a esta pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma abordagem crítica à história do planejamento urbano em Porto Alegre, sugerindo que a branquitude – enquanto corpo social e também ideologia – utilizou o planejamento urbano enquanto ferramenta para operar determinados apagamentos na história da cidade. Esta pesquisa defende que, a partir de uma lógica colonial que cria hierarquias de poder a partir de recortes como raça e classe – com especial foco para a primeira categoria –, as práticas do planejamento urbano configuraram a cidade para a sociedade branca porto-alegrense a partir do apagamento de territórios não-brancos, substituindo-os posteriormente por espaços representativos da branquitude. Em linhas gerais, parte-se da hipótese que a história da cidade é marcada por rupturas e desconfigurações de territórios negros para dar lugar a diferentes projetos da branquitude, de forma que diversos discursos foram estabelecidos ao longo da história para justificar esses apagamentos. Visto que não é possível abordar todas as nuances da história, seleciona-se alguns acontecimentos específicos que ilustram a lógica da revitalização, da higienização e do embelezamento enquanto estratégias de remodelação urbana pautadas pela raça. Três momentos específicos foram escolhidos para ilustrar a relação entre planejamento urbano e apagamento em Porto Alegre: (i) as obras de canalização do Arroio Dilúvio e o desmembramento do território negro da Ilhota; (ii) a inauguração do Parque Farroupilha e a desconfiguração dos Campos da Várzea ou Campos da Redenção; e (iii) a abertura da Avenida Borges de Medeiros e a demolição do Beco do Poço.

PALAVRAS-CHAVE: Branquitude. Colonialidade. Raça. Cidade. Planejamento Urbano. História. Porto Alegre.

ABSTRACT

The present work presents a critical approach to the history of urban planning in Porto Alegre, suggesting that whiteness – as a social body and also an ideology – used urban planning as a tool to operate certain erasures in the city's history. This research argues that, from a colonial logic that creates hierarchies of power based on constructs such as race and class – with a special focus on the first category –, the practices of urban planning shaped the city for the white people of Porto Alegre, based on the erasure of non-white territories and later replacing them with spaces representative of whiteness. In general terms, this research starts from the hypothesis that the history of the city is marked by ruptures and misconfigurations of black territories to give rise to different projects of whiteness, so that different discourses have been established throughout history to justify these erasures. Since it is not possible to address all the nuances of history, some specific events are selected to illustrate the logic of revitalization, hygiene and beautification as strategies of urban remodeling guided by race. Three specific moments were chosen to illustrate the relationship between urban planning and erasure in Porto Alegre: (i) the canalization works of Arroio Dilúvio and the dismemberment of the black territory of Ilhota; (ii) the inauguration of Parque Farroupilha and the de-configuration of Campos da Várzea or Campos da Redenção; and (iii) the opening of Avenida Borges de Medeiros and the demolition of Beco do Poço.

KEYWORDS: Whiteness. Coloniality. Race. City. Urban planning. History. Porto Alegre.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Nebulosa apresentada no seminário das Cronologias do Pensamento Urbanístico (2021).....	23
Figura 2 – Plano Gladosch (1943).....	66
Figura 3 – Função <i>Habitar</i>	68
Figura 4 – Função <i>Trabalhar</i>	68
Figura 5 – Função <i>Circular</i>	68
Figura 6 – Função <i>Recrear</i>	68
Figura 7 – Plano Diretor de Porto Alegre (1959)	70
Figura 8 – Ilustração do Beco do Poço (década de 1920)	81
Figura 9 – Vista aérea da cidade alta, com as marcações em laranja indicando as construções mais imponentes do Beco do Poço e as marcações em vermelho mostrando alguns dos cortiços presentes na região	85
Figura 10 – Beco do Poço durante sua demolição (década de 1920).....	86
Figura 11 – Beco do Poço durante sua demolição (década de 1920).....	86
Figura 12 – Detalhe de planta da abertura da Avenida Borges de Medeiros (1927).....	87
Figura 13 – Projeto de Manoel Itaquí para o viaduto Otávio Rocha e a Avenida Borges de Medeiros (década de 1920)	88
Figura 14 – Obras de abertura da Avenida Borges de Medeiros (década de 1920)	88
Figura 15 – Obras de abertura da Avenida Borges de Medeiros (década de 1930)	89
Figura 16 – Campos da Redenção (década de 1900).....	92
Figura 17 – Projeto de João Moreira Maciel para o Parque da Redenção (1914)	95
Figura 18 – Projeto de Alfred Agache para os Campos da Redenção (1929)..	97
Figura 19 – Projeto de Christiano de La Paix Gelbert para a Exposição do Centenário Farroupilha (1935)	98
Figura 20 – Eixo central da Exposição do Centenário Farroupilha, em que é possível observar a presença de uma bandeira do regime nazista alemão (1935)	101
Figura 21 – Bandeira do regime nazista alemão hasteada em frente ao Pavilhão de Santa Catarina (1935)	102
Figura 22 – Mapa do Areal da Baronesa e da Ilhota antes da mudança de curso do Riachinho (1905)	104
Figura 23 – Mapa da Ilhota após a mudança de curso do Riachinho (1916) .	105
Figura 24 – Paisagem interna da Ilhota (sem data).....	108
Figura 25 – Planos de urbanização da Praia de Belas e de canalização do Riacho	110
Figura 26– Projeto de canalização do Riacho (em amarelo a região que compreendia o território da Ilhota).....	110
Figura 27 – Planta geral do Plano Gladosch (1937).....	111
Figura 28 – Paisagem da Ilhota nos anos 1950	113
Figura 29 – <i>Ilhota perde suas malocas</i> , reportagem da Zero Hora de 1967 ..	113

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – DESINVIZIBILIZANDO O BRANCO: DE ONDE PARTE ESTA PESQUISA?	10
1. INTRODUÇÃO	14
2. CONCEITUALIZANDO COLONIALIDADE, RACISMO E BRANQUITUDE	25
2.1. Colonialidade e o paradigma da modernidade.....	26
2.2. Racismo enquanto produção colonial	36
2.3. Branquitude e a supremacia branca no Brasil	43
3. PLANEJAMENTO URBANO E PROCESSOS DE EXCLUSÃO	49
3.1 O início da urbanização – o Plano Geral de Melhoramentos e sua influência para a urbanização de Porto Alegre.....	50
3.2 A urbanização ao longo do século XX – dos planos de urbanização aos planos diretores	61
3.3 Desvendando a história de Porto Alegre: planejamento para quem?	71
4. AS CENAS: RECORTES DA HISTÓRIA DE PORTO ALEGRE	77
4.1 Cena 1: a escadaria da Borges – dos becos às grandes avenidas.....	79
4.2 Cena 2: a várzea – de Campos da Redenção a Parque Farroupilha.....	92
4.3 Cena 3: a Ilhota – de território negro símbolo da cultura afrodiaspórica a espaço urbanizado e gentrificado	104
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121

APRESENTAÇÃO – DESINVIZIBILIZANDO O BRANCO: DE ONDE PARTE ESTA PESQUISA?

Início este trabalho destacando a posição que eu ocupo dentro desse processo de pesquisa. Entendo que o sujeito pesquisadora e o sujeito que vivencia a cidade não são indissociáveis; ao contrário, são indispensáveis para compreender tanto o porquê de eu escolher esse tema de pesquisa, quanto os próprios desdobramentos do processo de construção dessa dissertação. Esse lugar de fala que eu ocupo, enquanto mulher branca, por si só não explica as posições que eu tomo ao longo do trabalho. É por isso que entendo que cabe a mim trazer outros recortes da minha história que auxiliam a entender por que decidi abordar a raça enquanto elemento central de pesquisa.

Sou filha única, de mãe solteira e pai quase desconhecido. Minha família é de origem colona, e até a geração anterior à minha era a terra que garantia o seu sustento. Desde pequena eu ouvia minhas tias conversando no dialeto alemão que foram alfabetizadas – antes mesmo de aprenderem a falar português –, e por isso sempre soube que a minha família tinha descendência alemã, apesar de ninguém saber de onde vieram nossos antepassados, por que eles vieram para cá ou por que foram morar onde moravam. Essa herança da colônia sempre esteve presente na minha história, e foi a partir dela que me entendi enquanto sujeito que possuía um passado que, ainda que desconhecido, deveria ser motivo de orgulho para toda a família.

Mas uma parte sempre faltava: a parte que cabia ao meu pai. Dele eu sei somente o nome, além de uma única foto que tenho em que me segura no colo e a partir da qual aprendi a imaginar sua história. Segundo o que minha mãe contava, meu pai era de Recife, por isso tinha a cor de pele bronzeada, os olhos escuros e os cabelos castanhos – características que a genética me deixou de herança. Eu contrastava com toda a minha família por não ser tão branca quanto eles, não ter olhos azuis e cabelos loiros, e por algum tempo isso me incomodou. Lembro de, com cerca de quatro anos de idade, sonhar em clarear os cabelos e usar lentes de contato azuis para parecer mais com minhas primas e ser mais bonita. No dialeto, meus familiares me chamavam, carinhosamente, de “nehia”, a fim de demarcar uma diferença entre os traços que herdei de meu pai e os

traços que meus parentes loiros tinham. Dizer “nehia” seria como dizer “negrinha”, pois, embora eu não fosse negra, em comparação com as pessoas ao meu redor eu não era *tão* branca.

É interessante analisar essas histórias hoje, pois entendo que desde muito cedo eu sabia o que significava demarcar uma diferença a partir de determinados traços fenotípicos; mas ainda assim eu sentia que pertencia àquela história da família de trabalhadores rurais da colônia que se comunicavam em alemão e tinham orgulho de carregar um sobrenome estrangeiro. Minha configuração enquanto sujeito se deu a partir da dicotomia de um sentimento de pertencimento marcado pela diferença. Ao trazer essa história eu não quero equiparar a minha posição dentro da minha família à posição das pessoas negras em relação aos brancos; não trago esse relato para comparar a minha situação à realidade racial brasileira, pois entendo que não existem paralelos entre a minha vivência enquanto pessoa branca e a vivência de pessoas negras. Exponho minha história para ilustrar de que forma eu percebi a raça a partir de uma experiência específica, e a partir disso consigo compreender as nuances da relação entre fenótipo e genótipo para a construção de identidades, a demarcação de diferenças e a construção de histórias de pertencimento racial.

Eu sempre estudei em escolas públicas, e do primeiro ao nono ano do ensino fundamental eu frequentava o Colégio Otávio de Souza, localizado no bairro Jardim Botânico em Porto Alegre, e cujo corpo de alunos se dividia entre crianças de classe média baixa, de maioria branca, – grupo no qual eu me inseria – e crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de maioria negra. Eu sempre soube que existia essa diferença, e também percebia que o meu grupo de amigos era pautado por essa identificação de classe e raça, mas eu não tinha a consciência racial de me colocar enquanto pessoa branca; eu sabia que os *outros* eram negros e, por isso, havia uma diferença entre nós. A partir dessa separação simbólica – e nunca admitida ou tratada pela direção da escola – milhares de crianças foram educadas racialmente sem perceber, a partir da identificação com aqueles que eram semelhantes e da demarcação da diferença entre aqueles que não se pareciam. É esse tipo de estrutura que é invisibilizada no processo de formação da nossa (in)consciência racial, e que faz destacar aquilo que há de diferente entre *nós* e os *outros*, cria um pertencimento ou

identidade entre *nós* e, simultaneamente, impede que se reconheça que o que une este “*nós*” é a cor branca.

E, no meu caso, tudo isso passou batido por alguns bons anos. Quando fui cursar o ensino médio em outra escola pública, o Colégio Florinda Tubino Sampaio, localizado no bairro Petrópolis, a grande maioria dos estudantes eram brancos de classe média. E eu nem percebia isso na época – ao menos não conscientemente –, mas eram poucos os alunos negros que frequentavam essa escola, que era considerada uma das melhores dentre as escolas públicas estaduais. Ao questionarmos os significados da branquitude, conseguimos entender por que o pacto narcísico da branquitude¹ permite que situações como essa possam operar; se brancos ocupam os lugares que, por direito, também deveriam ser acessados pelos negros, é porque existe uma estrutura que permite essa diferenciação e perpetua lugares de privilégio e poder. Ainda que estejamos falando de uma escola pública – que talvez não seja tipicamente lida enquanto um espaço de privilégio ou poder –, limitar o acesso dos negros a espaços de educação que deveriam ser direito de todos é também uma forma de manutenção do privilégio branco e das condições que sustentam o racismo estrutural. Nesse sentido, cabe observar que as escolas públicas localizadas em bairros nobres também contribuem para a manutenção do esquema de desigualdade racial.

Mas só pude chegar a esse tipo de reflexão depois dos meus 20 anos. Apesar de ter consciência da minha cor branca e ter sido educada de forma a condenar o racismo, a minha história é marcada por privilégios que vêm desse lugar que eu ocupo enquanto pessoa branca. E isso era às vezes difícil de entender, afinal eu também tinha dificuldade de acessar determinados espaços em função da minha classe social; porém hoje consigo reconhecer que o fato de eu ser branca permitiu que eu tivesse privilégios e poderes específicos que

¹ O pacto narcísico da branquitude se caracteriza enquanto um conjunto de “alianças inconscientes, inter-grupais, caracterizadas pela ambiguidade e, no tocante ao racismo pela negação do problema racial, pelo silenciamento, pela interdição de negros em espaços de poder, pelo permanente esforço de exclusão moral, afetiva, econômica e política do negro, no universo social. [...] Dessa forma, podemos pensar a branquitude como um dispositivo que produz desigualdades profundas entre brancos e não brancos no Brasil, em nossos valores estéticos e em outras condições cotidianas de vida, em que os sujeitos brancos exercem posições de poder sem tomar consciência desse *habitus* racista que perpassa toda a nossa sociedade” (SCHUCMAN, 2012, pp. 28-29).

facilitaram – e ainda facilitam – a minha vida. Ao compreender que o pacto narcísico da branquitude é o que possibilita que a minha cor da pele passe despercebida por mim mesma ao longo de boa parte da minha história, noto que as estruturas que sustentam essa invisibilização da cor das pessoas brancas são as mesmas que denotam cor às pessoas negras.

Enquanto o racismo for retratado enquanto problema dos negros ele nunca será devidamente abordado; é preciso romper com esse silêncio dos privilégios e poderes da branquitude para chamar atenção ao sujeito oculto do racismo: o branco. Tornar o racismo um problema das pessoas brancas significa reconhecer que essas estruturas de discriminação material e simbólica só existem porque há um pacto narcísico que desvincula o racismo praticado dos sujeitos que são responsáveis por ele. Reconhecer que é o branco que produz a diferença e a partir dela se beneficia de diversas formas é o primeiro passo para tratar do racismo enquanto um fenômeno complexo, e é por isso que é fundamental tratar da branquitude enquanto um espaço de poder que possui ramificações em todas as formas de organização da sociedade brasileira.

É por esses motivos que me proponho a analisar as formas pelas quais a branquitude utiliza seus privilégios e poderes para invisibilizar a história negra na cidade de Porto Alegre. Compreendendo o lugar que ocupo dentro dessa estrutura, e tendo consciência das limitações da minha análise em função disso, reitero que esta pesquisa é indissociável da minha história e da minha posição social enquanto mulher branca. Entendo que o modo como minhas identidades me atravessam impactam diretamente o modo como leio a cidade e seus fenômenos, por isto coloco que as posições tomadas no escopo dessa pesquisa partem de um lugar que busca criticar e questionar a sistematização das ações do coletivo que se entende enquanto referência total das experiências de cidade – a branquitude. Assim, ao afirmar que esta pesquisa é indissociável da minha história, a intenção é expor a minha brancura, reconhecer meu lugar dentro dessa estrutura de privilégios, chamar atenção para a minha responsabilidade enquanto partícipe de um grupo opressor; afinal, é por meio de exercícios como estes que se torna possível desconstruir o silêncio que caracteriza o pacto narcísico da branquitude.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta uma abordagem crítica à história do planejamento urbano em Porto Alegre, trabalhando com a hipótese de que a branquitude – enquanto corpo social e também político-ideológico – utilizou o planejamento urbano enquanto ferramenta para operar determinados apagamentos na história da cidade. Dessa forma, o pressuposto do qual esta pesquisa parte é que a cidade de Porto Alegre, enquanto fruto de um planejamento pensado a partir da modernidade, produziu ao longo da história uma série de apagamentos territoriais segundo uma lógica de hierarquização racial do espaço urbano. A partir de uma lógica colonial, que cria hierarquias de poder a partir de recortes como raça e classe, com especial foco para a primeira categoria, o planejamento urbano configurou a cidade para a sociedade branca porto-alegrense a partir do apagamento de territórios não-brancos – e sua posterior substituição por espaços da branquitude.

Em linhas gerais, esta pesquisa defende que a história da cidade é marcada por uma série de rupturas e desconfigurações dos espaços não-brancos para dar lugar a diferentes projetos da branquitude, de forma que diversos discursos foram estabelecidos ao longo da história para justificar esses apagamentos. Termos como *embelezamento*, *higienização* e *desenvolvimento* são comuns para descrever os processos de remodelação urbana das cidades e em Porto Alegre não foi ou segue sendo diferente, ocultando o real significado de cada uma dessas expressões para os territórios-alvo de tais políticas – o apagamento. Esses termos carregam substancialmente o discurso de modernização/urbanização – importado das grandes cidades europeias – que influenciou as cidades brasileiras do fim do séc. XIX e início do séc. XX e que repercutem de forma significativa na cidade de Porto Alegre.

A partir de fins do século XIX, a urbanização enquanto “vetor do desenvolvimento” foi a principal estratégia empregada pelo poder público municipal para paulatinamente expulsar as populações negras dos espaços centrais da cidade – historicamente ocupados por esses grupos –, sem que houvesse qualquer consideração pela história e memória desses povos e, principalmente, pautando o apagamento dessas vivências frente às novas

paisagens urbanas embranquecidas e “europeizadas” que tomaram o lugar dos territórios negros (VIEIRA, 2017). Essa estratégia de desarticulação dos espaços não-brancos da cidade se desenvolveu ao longo de toda a história de Porto Alegre, de forma que a presente pesquisa surge com o fim de evidenciar as formas como o planejamento urbano serviu enquanto ferramenta de embranquecimento da cidade – aqui, cabe destacar que o recorte temporal desta pesquisa abrange eventos ocorridos durante as décadas de 1920 a 1960.

Durante os anos 1920 e estendendo-se até meados dos anos 1940, o processo conhecido como “bota-abaixo” tomou a frente da lenta transformação urbana que vinha se desenvolvendo até então. Essa foi a fase mais intensa da modernização e reestruturação da capital gaúcha, de forma que a rápida transformação arquitetônica do Centro e seu entorno apagou muitas das memórias da Porto Alegre de outrora, ocultando quaisquer vestígios que pudessem remontar às paisagens do passado e demonstrando desprezo pela memória que a cidade antiga carregava consigo e deixava estampada nas formas e construções da época. As demolições em massa, é claro, apagavam um passado indesejável² para a elite branca porto-alegrense, que afastou do convívio social urbano as expressões socioculturais da negritude que antes se faziam presentes nesses espaços. É possível observar o mesmo tipo de estratégia de higienização e remodelação urbana ao longo de todo o século XX, em que determinados espaços centrais da cidade tradicionalmente ocupados pela população negra são paulatinamente desarticulados para dar espaço a grandes projetos urbanos, sejam eles obras de infraestrutura viária e de saneamento, obras de remodelação da paisagem ou projetos de embelezamento dos espaços da cidade (VIEIRA, 2017; ARAUJO, 2019; KOEHLER, 2015).

A fim de compreender o que significa isso tudo, é necessário pensar as narrativas da branquitude como meio para entender o apagamento, compreendendo também como seus dispositivos de efetivação legitimam o

² Muniz Sodré (2002) utiliza a expressão *trompe l'oeil* para descrever esse traço significativo da cultura brasileira, que invisibiliza a origem de determinadas práticas relacionadas a elementos de origem não-europeia: “[...] tanto para a ‘aristocracia’ dos senhores de engenho como para a pequena burguesia dos negociantes urbanos em busca de alianças vantajosas e de ascensão social, a ‘europeização’ – absorção de aparências da cultura europeia – dava *status*, compensava *handicaps* raciais, como pele não perfeitamente clara, mulatice, etc. e criava distâncias, ao nível do espaço real, em face da população negra” (SODRÉ, 2002, p. 36).

discurso de “cidade branca” hoje. A ideia de uma universalidade na prática do planejamento urbano – que pressupõe certa neutralidade em relação a recortes de raça, classe e gênero, por exemplo – cai por terra quando observamos que a cidade de Porto Alegre, assim como muitas outras cidades brasileiras, se desenvolveu a partir da seleção de espaços que deveriam ser recuperados, embelezados, revitalizados ou desenvolvidos a fim de torná-los adequados para a habitação, a mobilidade, o lazer ou os negócios da população branca. E não só isso: as populações que antes ocupavam esses espaços tiveram seus territórios desarticulados e sua história ocultada para dar lugar a uma lógica espacial que correspondesse aos interesses da burguesia branca porto-alegrense, sem qualquer tipo de contrapartida ou reparação pelos territórios tomados.

A presente temática de trabalho, que compreende a perspectiva racial dentro dos estudos urbanos, tem se destacado nos últimos anos com a publicação de diversas pesquisas acadêmicas que abrangem esse tema, seja em Porto Alegre, seja em outros lugares do Brasil. Alguns exemplos de trabalhos que abordam a raça enquanto fator central para compreender as dinâmicas territoriais da história de Porto Alegre são a dissertação de Alexandre Silveira (2015), “De Colônia Africana a Bairro Rio Branco: desterritorialização e exílio social na terra do latifúndio”; a dissertação de Daniele Vieira (2017), “Territórios negros em Porto Alegre: geografia histórica da presença negra no espaço urbano”; a tese de Marcus Vinicius Rosa (2014), “Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)”; e a dissertação de Neila de Araujo (2019), denominada “Origens do Bairro Restinga, entre versões, a inversão do olhar sobre a memória: uma história autocentrada no discurso do sujeito subalterno sobre o processo de ocupação da comunidade entre 1967 – 1971”.

Em linhas gerais, estes trabalhos fazem uma análise acerca da história dos territórios negros de Porto Alegre, a fim de resgatar partes do passado da cidade ignoradas pela historiografia tradicional e evidenciar as formas de socialização da população negra porto-alegrense e sua expressão nos diversos territórios da cidade. É indiscutível a relevância destes estudos para a construção de uma memória coletiva dos povos negros e para a inserção de recortes de

raça nos estudos da história da cidade; no entanto é necessário explorar uma outra questão que tangencia essas pesquisas, mas que até então não foi elaborada com profundidade: a relação entre branquitude e produção do espaço urbano. Se entendemos que a raça é central para compreender a exclusão e o apagamento nas formas da cidade, precisamos também investigar as formas pelas quais estes dispositivos se concretizam no espaço urbano – e para isto é fundamental estudar o que significam branquitude e colonialidade no contexto de fenômenos urbanos históricos como os abordados nesta pesquisa.

A tese de doutorado de Marcus Vinicius Rosa (2014), intitulada “Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)”, é fundamental para este trabalho, uma vez que evidencia as formas como a raça foi utilizada enquanto pretexto para produzir exclusões na cidade. Um trecho da tese de Marcus Vinicius em especial chama atenção para o que desejo abordar neste trabalho:

[...] Eram os negros que tendiam a ser mais – muito mais – identificados pela cor do que os brancos, sobretudo durante o pós-abolição; simultaneamente, aqueles que tinham cor, por assim dizer, eram associados a adjetivos negativos, enquanto a pele branca (ainda que silenciada) recebia bons predicados (ROSA, 2014, p. 19).

Presumir que o planejamento urbano também foi influenciado por este tipo de prática – que invisibiliza a cor do branco ou desassocia suas práticas de uma relação com a raça, ao mesmo tempo que estigmatiza tudo o que é relacionado ao negro – é fundamental para fazer uma análise crítica da história das cidades. É nesse sentido que o presente trabalho surge como uma chamada à reflexão sobre a história de Porto Alegre não só enquanto um conjunto de narrativas que ressaltam a forte influência europeia, mas também as trajetórias não-brancas – com maior atenção, no caso do presente trabalho, para a história dos espaços negros da cidade – que se desenharam em Porto Alegre ao longo da sua existência; sendo essas últimas narrativas uma contraposição ao discurso exaustivamente difundido da “nobre herança europeia” que domina os espaços simbólicos e materiais da cidade.

A construção de Porto Alegre enquanto uma “cidade branca” constitui uma série de discursos que coloca como centrais para a história da cidade seu passado erguido sobre o trabalho de imigrantes italianos e alemães,

principalmente. No entanto, esse discurso totalizante busca ocultar do saber público a relevante contribuição dos povos negros para a constituição da cidade, de forma que não se reconhece o caráter diverso da nossa formação histórica e anula-se o direito à história de uma parcela significativa da população porto-alegrense, que acaba por não se ver representada na imagem de uma cidade branca que foi ficcionalmente construída.

É pela necessidade de denunciar o enviesamento da história de Porto Alegre e demonstrar que certas partes do passado da cidade foram ocultados de maneira proposital e deliberada que este trabalho se mostra relevante. Nesse sentido, o problema de pesquisa que guia esta dissertação busca compreender de que forma o planejamento urbano se configura enquanto instrumento de dominação da cidade pela branquitude, operando determinadas exclusões a partir de sua lógica colonial de funcionamento. O objetivo central, portanto, é entender de que forma esse embranquecimento da história da cidade privilegia certas narrativas e discursos enquanto invisibiliza outros, selecionando quais recortes fazem parte de Porto Alegre e quais não se configuram enquanto história oficial. A fim de complementar o objetivo central e aprofundar a presente pesquisa, delimitam-se três objetivos específicos, quais sejam: (i) discutir conceitos como branquitude, colonialidade e racismo e sua relação com a cidade; (ii) elucidar os mecanismos de apagamento da história não-branca de Porto Alegre através da compreensão da história do planejamento urbano na cidade, associando ditos mecanismos aos conceitos abordados no capítulo teórico; e (iii) elaborar cenas que demonstrem, a partir de recortes históricos específicos, a problemática central do trabalho – o apagamento, nas formas da cidade, da história não-branca.

O primeiro capítulo, '*Conceitualizando colonialidade, racismo e branquitude*', fará um apanhado teórico acerca de três conceitos-chave para os estudos raciais no Brasil: branquitude, colonialidade e racismo. A partir de autores como Aníbal Quijano, Aimé Césaire, Frantz Fanon, Maria Aparecida Silva Bento, Lia Schucman e Carlos Hasenbalg, o capítulo dissertará sobre as interseccionalidades entre os três conceitos acima apresentados. Esta seção terá como objetivo compreender o que significam as estruturas de poder inauguradas com a colonização das Américas, analisar a hierarquização da

sociedade brasileira a partir da raça, estudar os mecanismos por meio dos quais a branquitude mantém seus privilégios simbólicos e materiais e compreender de que forma colonialidade, branquitude e racismo se manifestam no espaço urbano, de forma geral.

O segundo capítulo, '*Planejamento urbano e processos de exclusão*', abordará a história do planejamento urbano em Porto Alegre, com o objetivo de evidenciar o enviesamento dos discursos de higienização, embelezamento e desenvolvimento e suas implicações para a construção de uma cidade branca. Por meio de revisão bibliográfica, especialmente a partir de autores como Célia Ferraz de Souza, Inês Martina Lersch, Silvio Belmonte de Abreu Filho, Sandra Pesavento e Charles Monteiro, o capítulo fará uma reconstrução dos principais marcos do planejamento urbano em Porto Alegre. O objetivo deste capítulo é compreender a história oficial da cidade por meio dos Planos e Projetos Urbanos desenvolvidos entre os anos 1910 e 1960, para então investigar em que medida estes foram instrumentos utilizados a serviço da branquitude para a construção de uma cidade voltada aos seus interesses.

O terceiro capítulo, '*As cenas: recortes da história de Porto Alegre*', irá trazer três recortes temporais específicos através de cenas. O objetivo das cenas é trazer novos marcos históricos para a cidade, contrapondo-os aos eventos que tradicionalmente são retratados enquanto simbólicos da história porto-alegrense. Por meio do tensionamento entre história tradicional e história oculta, o capítulo identificará os modos de produção do espaço urbano segundo a hierarquização dos espaços a partir da raça, a fim de evidenciar que é necessário resgatar determinados recortes históricos e ressignificá-los a partir da compreensão da cidade enquanto um espaço de disputa, em que tradicionalmente é a branquitude que determina quem tem direito ao território e à memória. Ao longo deste capítulo, serão analisados três recortes históricos específicos: (i) a abertura da Avenida Borges de Medeiros e a demolição do Beco do Poço; (ii) a inauguração do Parque Farroupilha e a desconfiguração dos Campos da Várzea; e (iii) as obras de canalização do Arroio Dilúvio e o desmembramento da Ilhota.

Em termos de metodologia, a presente pesquisa possui cunho qualitativo e exploratório, sendo o principal método de desenvolvimento do trabalho a

pesquisa bibliográfica. O primeiro capítulo, de natureza teórica, que será desenvolvido a partir de revisão bibliográfica de literatura específica sobre relações étnico-raciais no Brasil; o segundo capítulo fará levantamento bibliográfico sobre a história do planejamento urbano em Porto Alegre; e o terceiro capítulo utilizará como base teses e dissertações que tratem da história da cidade a partir das relações étnico-raciais. De forma geral, as bibliografias consultadas resultarão na reconstrução da história da urbanização em Porto Alegre e as implicações dos discursos do planejamento na formação racial dos espaços da cidade. Isso porque é necessário entender de que forma a elite branca noticiava e narrava a remodelação da paisagem urbana em Porto Alegre, a fim de analisar a maneira como tais discursos permeavam o debate público e verificar o enviesamento das justificativas utilizadas nos processos de apagamento dos territórios não-brancos alvos desses empreendimentos.

A delimitação de cenas para elucidar os processos históricos evidenciados neste trabalho justifica-se pela necessidade de trazer recortes da história da cidade que retratem a problemática do apagamento enquanto instrumento de planejamento urbano. Visto que não é possível abordar todas as nuances da história, seleciona-se alguns acontecimentos específicos que ilustram a lógica da revitalização, da higienização e do embelezamento enquanto estratégias de remodelação urbana pautadas pela raça. Três momentos específicos foram escolhidos para ilustrar a relação entre planejamento urbano e apagamento: (i) a abertura da Avenida Borges de Medeiros e a demolição do Beco do Poço; (ii) a inauguração do Parque Farroupilha e a desconfiguração dos Campos da Várzea; e (iii) as obras de canalização do Arroio Dilúvio e o desmembramento da Ilhota.

Cabe notar que para cada “avanço” em termos de urbanização – canalização, inauguração e abertura – há uma contrapartida negativa em termos de apagamento – desmembramento, desconfiguração e demolição. A lógica colonial implica que, para abrir espaço para o progresso, é preciso destruir aquilo que representa o que precisa ser superado e deixado para trás; para transformar-se em cidade moderna, Porto Alegre precisa desfazer-se de seu passado. Porém é preciso chamar atenção para o recorte racial que aqui se faz presente: se o negro representa o passado, que precisa ser oculto para dar lugar ao progresso,

o futuro da cidade é feito e representado pelo branco, portanto só para esta categoria social há espaço na cidade. É por essa razão que não basta olharmos somente para o que eram esses espaços antes da intervenção do planejamento – os terreiros, espaços de sociabilidade, as habitações da população negra – nem tampouco focar no que tais espaços se tornaram após as reformulações e os projetos técnicos – os arroios canalizados, as grandes avenidas, os parques urbanos –; o tensionamento real acontece justamente no processo de transição forçada de um momento para outro.

É por esse motivo que a metodologia das cenas é interessante, pois possibilita que se faça determinado recorte histórico – como se congelássemos partes do passado – para analisar as nuances que envolvem a prática do planejamento urbano. Se olharmos somente para o que a historiografia tradicional pontua como marco ou acontecimento relevante em termos de urbanização, perderemos uma parte significativa do que interessa nessa pesquisa: a história dos lugares antes que eles se tornassem projetos da branquitude. Os recortes históricos privilegiados neste trabalho não buscam configurar uma cronologia no sentido tradicional, em que eventos e marcos específicos, não necessariamente relacionados entre si, são selecionados e ordenados com o fim de constituir-se uma hierarquia cronológica com noções de início, meio e fim. Pelo contrário, o esforço aqui contido se direciona às possibilidades de pensar a cidade a partir da não-linearidade, a qual “permite perceber continuidades, emergências, rupturas, reiterações, assim como os discursos e os silêncios que atravessam espacial e temporalmente os modos de conceber a vida em cidades” (PEREIRA; JACQUES, 2018, p. 12).

Um conceito interessante para explorar a história a partir de uma cronologia não linear é o das *nebulosas*. Estas pressupõem uma série de interações entre diferentes elementos históricos, sem que seja necessário apontar inícios, meios e fins específicos; as nebulosas permitem pensar as cidades por meio da continuidade dos fenômenos e da interação entre diferentes dimensões do pensamento urbanístico – afinal, este é muito mais um espaço de encontro das diversas multidisciplinaridades que o compõem, do que um campo de estudos fechado em si. As nebulosas são a possibilidade de representar a história das cidades a partir da interação entre eventos e fatos, em que as

dimensões não lineares do pensamento urbano se encontram e produzem uma ordem específica.

As nebulosas que se formam e se transformam, que não são fixas no tempo ou no espaço, mostram movimentos sistêmicos, transgeográficos e, muitas vezes, sincrônicos ou mesmo anacrônicos de ideias entre determinados circuitos de pensamento urbanístico. Formam, as próprias nebulosas, diferentes narrativas a partir de redes distintas – de intercâmbio, mas também de disputa – intelectuais, acadêmicas, científicas e artísticas que atuam de maneira complexa, permitindo uma melhor problematização tanto do campo disciplinar do urbanismo quanto das cidades, mas, antes de tudo, retirando o gesto do pesquisador de sua aparente naturalidade ou suposta neutralidade. (PEREIRA; JACQUES, 2018, pp. 13-14)

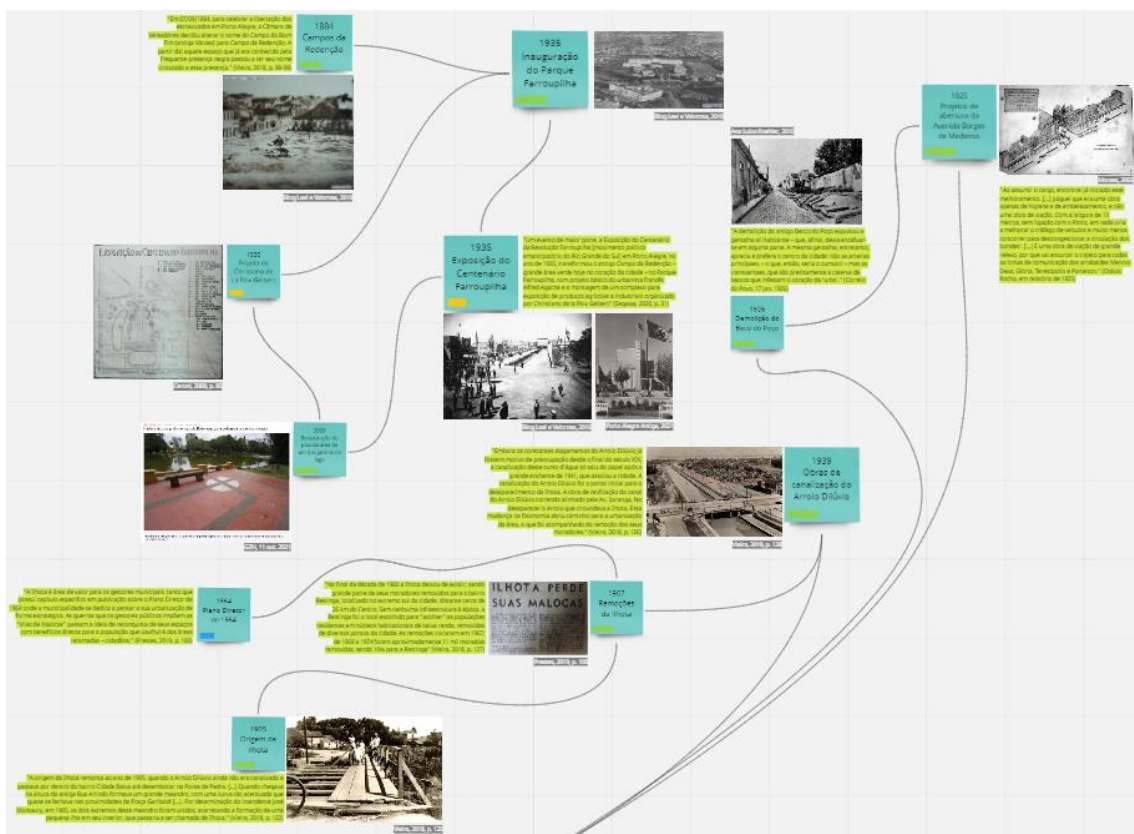
As cenas que serão objeto de análise neste trabalho foram selecionadas durante o processo de pesquisa para a formulação coletiva de uma nebulosa sobre a história de Porto Alegre, a ser apresentada durante um dos seminários do Minicurso *Cronologias do Pensamento Urbanístico*, organizada pela UFBA e com a participação de docentes e discentes da área do Planejamento Urbano de universidades como a UFRGS, UFRJ, Unicamp, USP, UNB e UFMG. A ideia da nebulosa seria conectar as diferentes pesquisas dos mestrandos e doutorandos do PROPUR/UFRGS envolvidos no grupo Cidade [In]Pensada³, de forma que cada um contribuísse com um recorte específico da história de Porto Alegre no contexto de seus trabalhos de pesquisa. Por estudar as relações de poder envolvendo espaço e raça na cidade, optei por selecionar alguns eventos históricos específicos que demonstrassem que o planejamento urbano funcionava como instrumento de dominação dos espaços da cidade a partir da branquitude. E não somente isso, que o planejamento urbano, no processo de transformar a cidade em espaço dos brancos, operava uma série de apagamentos sob justificativas como o progresso, a higienização e o embelezamento.

No processo de pesquisa das cenas, foram selecionados três momentos simbólicos desse movimento de resignificação dos espaços urbanos a partir da

³ Aqui, gostaria de chamar especial atenção para as discussões que aconteceram nos encontros do grupo de pesquisa POIESE, coordenado pelo Prof. Paulo Reyes, no segundo semestre de 2021. Na ocasião, foram organizados seminários pautados pela discussão sobre a influência da colonialidade na política e na estética, os quais aprofundaram os debates acerca da importância de novos referenciais epistemológicos para o planejamento urbano e a filosofia das cidades. De especial relevância para esta pesquisa, destaco os encontros que debateram o pensamento de Achille Mbembe e seu papel na construção do conceito de *necropolítica*.

branquitude, já mencionados anteriormente: as obras de canalização do Arroio Dilúvio, que culminaram na dissolução da Ilhota, território negro localizado em área contígua ao centro da cidade, nos anos 1960; a inauguração do Parque Farroupilha em 1935, em local que antes denominava-se Campos da Redenção e era um importante espaço de sociabilidade dos povos negros da cidade; e as obras de abertura da Avenida Borges de Medeiros e do Viaduto Otávio Rocha, nos anos 1920, na área onde antes ficavam localizados os becos em que parte da população negra porto-alegrense habitava ou frequentava. A partir dessas três cenas e do resgate de outros fatos históricos relevantes para a pesquisa, foi diagramada a nebulosa abaixo:

Figura 1 – Nebulosa apresentada no seminário das Cronologias do Pensamento Urbanístico (2021)



Fonte: elaborada pela autora (2021)

A justificativa para a escolha desses três momentos específicos se dá pela necessidade de demonstrar que havia um padrão, uma regularidade na forma como o poder público municipal lidava com os espaços a serem reformados: com total desprezo pelas populações que frequentavam ou residiam nos locais, sem qualquer tipo de reparação pelos territórios tomados e com a justificativa de

tornar esses lugares mais civilizados, belos e próprios de uma capital guiada pela ordem e pelo progresso – cabe lembrar que a escola positivista tinha grande influência sobre a forma de pensar das elites porto-alegrenses e, logo, sobre as decisões tomadas em termos de planejamento urbano. Ao traçar um paralelo entre diferentes eventos da história da cidade, a presente dissertação busca demonstrar que os mecanismos de apagamento empregados por essa prática de planejamento excludente não são obras do acaso, e sim fruto de um esforço ideológico para a construção de um discurso modernizante sobre Porto Alegre pautado por uma hierarquização espacial racialmente excludente.

2. CONCEITUALIZANDO COLONIALIDADE, RACISMO E BRANQUITUDE

Este capítulo tem como objetivo realizar um apanhado teórico sobre três conceitos chave para a compreensão das dinâmicas raciais no Brasil: colonialidade, racismo e branquitude. A fim de compreender o que significam as estruturas de poder inauguradas com a colonização das Américas, o capítulo discutirá o conceito de colonialidade enquanto característica fundamental para a construção de uma ideologia de dominação e hierarquização social pautada pela raça. É nesse sentido que compreendemos o racismo enquanto um fenômeno produzido a partir da colonialidade, com a função de criar lugares sociais fictícios e possibilitar justificativas para um modelo de produção colonial pautado pela diferenciação racial – porém que se estende para além do período colonial em si e produz dinâmicas sociais específicas no Brasil até hoje. Por fim, a branquitude se caracteriza enquanto um sistema que legitima esse lugar dos brancos no topo da pirâmide racial e que cria padrões de pertencimento com base em um lugar de privilégio e de poder que, no caso brasileiro, é dissimulado a fim de tornar a cor branca invisível e, portanto, impossível de ser identificada enquanto atributo de uma coletividade que recebe uma série de vantagens concretas e simbólicas em função das dinâmicas raciais estabelecidas.

A fim de discutir com maior profundidade cada conceito, este capítulo será dividido em três seções: a primeira discutirá o que significa a colonialidade, a segunda abordará o racismo enquanto um conceito pautado pela colonialidade e a terceira discorrerá sobre a branquitude e a lógica da hierarquização das raças a partir da relação entre colonialidade e racismo. Ao longo do capítulo, irei chamar atenção para o modo como esses três conceitos se manifestam nas cidades e definem as dinâmicas de pertencimento territorial a partir de recortes que privilegiam a história dos brancos enquanto subalternizam a história dos negros.

2.1. Colonialidade e o paradigma da modernidade

A colonialidade é um conceito que busca ressaltar “as continuidades históricas entre os tempos coloniais e o tempo presente” (COLAÇO; DAMÁZIO, 2012, p. 122), a partir do que se entende a complexidade dos processos de formação das estruturas sociais em lugares historicamente atravessados pela lógica de dominação eurocêntrica. Isso implica duas afirmações importantes: não somente os agentes coloniais europeus propriamente ditos lançam mão dos dispositivos coloniais, mas também as construções derivadas destes dispositivos também surtirão efeitos de dominação colonial⁴. Assim, a ordem social brasileira, por ser fruto do processo contínuo de colonização, também corresponde a uma ordem colonial pré-estabelecida que determina os lugares dos colonizadores e dos colonizados. Conforme será explicado adiante, essa ordem, necessariamente, parte do pressuposto da universalidade da raça branca e da superioridade do homem europeu frente aos “não-civilizados”, de forma que a colonialidade

[...] é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social e cotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América (QUIJANO, 2010, p. 68).

A constituição da América Latina é o marco inicial para o desenvolvimento de um mundo dividido entre metrópoles e colônias. A partir da organização de fluxos econômicos específicos, que exploram as riquezas das colônias e as transferem para as metrópoles, o capitalismo torna-se mundial e seu centro econômico é fixado na Europa. Os eixos centrais deste padrão de dominação – que não é somente econômico, e sim amparado por ideologias políticas e estratégias específicas de organização social – são a modernidade e a colonialidade. Ambos conceitos dão conta do surgimento de categorias de hierarquização social a partir da raça, de maneira que novas identidades foram forjadas a partir do estabelecimento de uma ordem colonial que determinou o

⁴ “O eurocentrismo não é exclusivamente, portanto, a perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também do conjunto dos educados sob a sua hegemonia” (QUIJANO, 2010, p. 69).

modo de organização das sociedades na América e também nos demais domínios coloniais europeus – afinal, a separação do mundo entre Oriente-Occidente também é uma invenção colonial. Assim, as identidades geoculturais inauguradas a partir do colonialismo determinaram não só a configuração de fronteiras físicas entre colônia-metrópole, como também a invenção de fronteiras invisíveis delineadas pela diferenciação de raça.

A modernidade, portanto, é o universo que abriga essas relações intersubjetivas entre as identidades coloniais e a identidade metropolitana, e que dá sentido às experiências da colonialidade a partir do estabelecimento de uma hegemonia europeia. Nesse sentido, o conhecimento produzido pelos intelectuais europeus não só se torna hegemônico, como também é tido como a única forma válida e racional de conhecimento, a partir do qual se naturaliza a superioridade das epistemologias eurocentradas – não no sentido de serem verdades absolutas, mas sim de possuírem premissas não suscetíveis de serem questionadas – e fixa-se nas relações intersubjetivas um modo de pensar a sociedade a partir desse arcabouço da modernidade.

Apesar desse processo surgir no século XVII, sua agudização ocorreu ao longo do século XVIII com a ascensão do Iluminismo. A partir daí, cria-se uma ideia mitológica de que a Europa era o epicentro do poder capitalista antes da colonização, e que a partir de sua expansão para as colônias se iniciou o movimento de modernização do resto do mundo. Assim, a Europa e os europeus representavam o momento mais avançado da história da evolução natural da espécie humana – que seria, portanto, linear e contínua –, e as colônias e os colonizados estariam “atrasados” nesta linha evolutiva. É a partir dessa mitologia da natural superioridade europeia que se inaugura o principal núcleo da colonialidade: “uma concepção de humanidade segundo a qual a população do mundo se diferenciava em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos” (QUIJANO, 2010, p. 70).

A “racialização” das relações de poder entre as novas identidades sociais e geoculturais foi o sustento e a referência legitimadora fundamental do caráter eurocentrado do padrão de poder, material e intersubjetivo. Ou seja, da sua colonialidade. Converteu-se, assim, no mais específico dos elementos do padrão mundial do poder capitalista eurocentrado e colonial/moderno e atravessou — invadindo — cada uma das áreas da existência social do padrão de poder mundial, eurocentrado, colonial/moderno (QUIJANO, 2010, p. 99).

A ‘racialização’ das relações coloniais era baseada em uma diferenciação biológica falsa entre a raça superior branca e as raças inferiores não-brancas – indígenas, negros, amarelos e demais identidades forjadas a partir da colonização – e sustentada por uma diferenciação fenotípica entre os grupos. Atributos como cor da pele e dos cabelos e a forma e cor dos olhos eram, inicialmente, marcadores fenotípicos de distinção pela raça; mas, a partir do século XIX, outras características passaram a atribuir a diferença de raça, como a forma do rosto, o tamanho do crânio e a forma e tamanho do nariz. O motivo pelo qual a cor da pele tornou-se uma marca diferencial significativa foi o fato de ser o atributo físico mais visível e fácil de ser observado, facilitando, então, o processo de diferenciação pela raça. Ao conjunto dos dominadores/superiores europeus atribuiu-se a raça branca, e ao conjunto dos dominados/inferiores não-europeus atribuiu-se as chamadas *raças de cor*, de forma que “a escala de gradação entre o ‘branco’ da ‘raça branca’ e cada uma das outras ‘cores’ da pele, foi assumida como uma gradação entre o superior e o inferior na classificação social ‘racial’” (QUIJANO, 2010, p. 100).

A lógica colonial estabelecida no Brasil estabelece que o desenvolvimento do país – assim como a própria ideia de uma nação brasileira – deve passar pela valorização da herança europeia e pela exclusão e/ou marginalização de quaisquer outras contribuições advindas de povos não-europeus. É nesse sentido que a colonialidade se apoia na violência epistêmica enquanto dispositivo essencial para a configuração de uma ordem excludente que hierarquiza os saberes, colocando no centro os modos de pensar eurocentrados e tratando as demais formas de conhecimento como saberes inferiores e ultrapassados, os quais precisam ser superados para dar lugar à ordem epistemológica ocidental.

O pensamento decolonial reflete sobre a colonização como um grande evento prolongado e de muitas rupturas e não como uma etapa histórica já superada. Neste sentido fala em “colonialidade”. Porém não se trata de um campo exclusivamente acadêmico, mas refere-se, sobretudo, a uma nova tendência política e epistemológica. Envolve vários atores sociais e reflete o desenrolar de um processo que permite não apenas a crítica dos discursos “ocidentais” e dos modelos explicativos modernos, como também a emergência de distintos saberes que surgem a partir de lugares “outros” de pensamento (COLAÇO; DAMÁZIO, 2012, p. 8).

[...] o Ocidente inventou a ciência. Somente o Ocidente sabe pensar; que nos limites do mundo ocidental começa o tenebroso reino do pensamento primitivo, que, dominado pela noção de participação, incapaz de lógica, é o próprio retrato do pensamento falso (CÉSAIRE, 1955, p. 67).

É no sentido das colocações acima destacadas que se entende a importância de investigar a extensão da lógica colonial sobre a formação da sociedade brasileira. Conforme explicado anteriormente, Brasil e América surgem enquanto uma invenção europeia que tem a raça como noção central de ordenação social, de forma que os brancos europeus são considerados o símbolo da modernidade e todos os colonizados não-brancos têm suas existências invalidadas perante esse sistema racial. Assim, associa-se à raça branca o futuro, a civilização, a ordem, a racionalidade e a própria ideia de uma humanidade; enquanto aos não-brancos associa-se o passado, a selvageria, a barbárie, a irracionalidade e a animalidade. Com os negros, esse processo de subjugação foi particularmente perverso, ao passo que o sistema de escravização instaurado a partir do colonialismo se baseou na contínua afirmação dessa superioridade racial do homem branco de forma a dar sustentação à dominação, repressão e desumanização dos escravizados.

Se a escravização era um fator essencial para a existência das estruturas de exploração das colônias, não é exagero dizer que a invenção da raça enquanto dispositivo de controle social era também fundamental para a justificativa da continuidade dos sistemas coloniais e para o desenvolvimento da própria modernidade/capitalismo. Para justificar a subjugação dos negros à autoridade dos brancos, cria-se uma ideologia mitológica que estabelece que o negro é o símbolo do mal e do feio; o europeu assimila o estrangeiro – o colonizado – à obscuridade, em um processo de projeção que busca dissimular sua própria maldade ao atribuí-la a este *outro* que é negro. Para Fanon (2008, p. 161):

Na Europa, o preto tem uma função: representar os sentimentos inferiores, as más tendências, o lado obscuro da alma. No inconsciente coletivo do *homo occidentalis*, o preto, ou melhor, a cor negra, simboliza o mal, o pecado, a miséria, a morte, a guerra, a fome.

Ao contrapor negros e brancos, cria-se uma lógica maniqueísta que separa em polos opostos identidades codependentes. Assim, ser negro é ser “[...] ruim, indolente, malvado, instintivo. Tudo o que se opuser a esse modo de ser preto, é branco” (FANON, 2008, p. 163). É nesse sentido que Aimé Césaire (1955) trata o colonialismo enquanto um movimento de embrutecimento dos colonizadores, de *descivilização*, que objetiva “degradá-lo, despertá-lo para instintos soterrados, cobiça, violência, ódio racial, relativismo moral” (CÉSAIRE, 1955, p. 17). A colonialidade enquanto sistema implica em um profundo desprezo pelo colonizado, ao ponto que o próprio colonizador, de tanto acostumar-se a enxergar o *outro* como selvagem, torna-se também animal.

Assim, o branco projeta todas as características que reconhece como negativas em si sobre os negros: a violência, a animalidade e a maldade passam a ser associadas a esse grupo – mesmo que, na verdade, quem está no topo dessa pirâmide racial é quem lança mão da violência, da animalidade e da maldade para legitimar seu poder. E essa lógica de dominação não se encerra com a abolição da escravização, uma vez que os negros libertos não foram amparados por qualquer tipo de política de reparação histórica, como, por exemplo, a concessão de terras, a criação de empregos em massa para garantir a socialização dos ex-escravizados e a punição dos brancos responsáveis pela continuidade do sistema escravocrata. Ao invés disso, na verdade, o Estado brasileiro premiou os antigos donos de escravos com a continuidade de suas posses sobre as terras, ausentando-os de quaisquer responsabilidades sobre a exploração da mão de obra negra e garantindo a manutenção da supremacia branca no país em termos socioeconômicos. Os negros foram os verdadeiros punidos: sem terras, sem empregos e sem justiça, tiveram de buscar por conta própria as condições para sua sobrevivência.

É nesse sentido que se fala em colonialidade enquanto um sistema contínuo de dominação, ao passo que as estruturas de poder inauguradas com a colonização permanecem as mesmas até hoje. O não reconhecimento da hierarquia racial brasileira implica na contínua impunidade dos brancos responsáveis pelo histórico de exclusão e extermínio da população negra, de forma que permanecem garantidos os privilégios concedidos a esse grupo e o debate acerca dessa responsabilização histórica permanece oculto. As

contribuições negras para a formação brasileira não se restringem à época da escravização, como é comum pontuar; na verdade, a história desse país só pode ser contada juntamente à história dos negros que aqui viveram. É nesse sentido que é pertinente estudar a formação urbana brasileira a partir da perspectiva racial, uma vez que essa ordenação territorial é também fruto de uma lógica colonial de organização pautada pela raça.

Além da dimensão da colonialidade enquanto padrão de poder que constitui a modernidade, visto a sua conexão com a experiência colonial, tem-se nos processos de urbanização o modelo de organização das sociedades modernas, em que o rápido crescimento das populações urbanas europeias e a ocupação das terras colonizadas definiram alguns padrões mundiais de ocupação e organização das cidades. Visto como uma resposta ao grande adensamento das cidades europeias, em função dos processos de industrialização, o planejamento urbano vem para terras brasileiras como uma imposição do traçado e arquitetura portugueses, em contraposição aos outros modos de organização coletiva existentes – a exemplo dos quilombos, comunidades indígenas e demais formas de ocupação territorial a partir de identidades étnico-raciais específicas da configuração social brasileira (FRIGERI; SANTOS, 2020, p. 199).

Assim, o estabelecimento de uma ordem urbana correspondente aos padrões europeus não considera como imperativa a inclusão de povos não-brancos, uma vez que esses projetos originais de cidade eram pensados para e a partir de um pretense “sujeito universal”. Seguindo essa lógica, o planejamento urbano era apenas um instrumento técnico de organização do espaço, e as pessoas que passariam a ocupar esses espaços ordenados não possuíam distinções entre si que justificassem uma diversidade nas formas de pensar e produzir a cidade. A importação do modelo de cidade europeu para a realidade brasileira seguiu essa mesma lógica, de forma que as nossas cidades foram pensadas para e a partir do sujeito universal branco; logo, os povos negros que habitavam esses espaços foram desconsiderados no processo de “desenvolvimento urbano” e, conseqüentemente, excluídos, ocultos ou apagados da cidade formal (FRIGERI; SANTOS, 2020).

A exclusão das subjetividades não-brancas do espaço urbano é consequência direta do pensamento ocidental moderno, que, segundo Boaventura de Souza Santos (2010), opera de forma a criar abismos entre o *nosso* mundo e o mundo *dos outros*. Para o autor, a modernidade estabelece que existem distinções visíveis e distinções invisíveis nesse sistema, em que a realidade social se baseia na divisão entre dois universos distintos que existem materialmente – portanto, são visíveis –, mas que se sustentam pela sua subjetividade – a parte invisível. A divisão é tamanha que o que está do outro lado “desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente” (SANTOS, 2010, p. 29), e então isto que é produzido enquanto inexistente é completamente excluído deste universo que não consegue conceber a existência de um *outro* sem anulá-lo. O pensamento moderno, então, é tido como abissal, uma vez que coloca um universo de distância entre esses dois lados e baseia-se na “impossibilidade da copresença dos dois lados da linha” (SANTOS, 2010, p. 29); de forma que só é possível avistar o que está do lado de cá, e tudo aquilo que não consigo alcançar – não porque não posso, mas porque assim o desejo – não existe.

O pensamento abissal moderno salienta-se pela sua capacidade de produzir e radicalizar distinções. Contudo, por mais radicais que sejam estas distinções e por mais dramáticas que possam ser as consequências de estar de um ou do outro dos lados destas distinções, elas têm em comum o facto de pertencerem a este lado da linha e de se combinarem para tornar invisível a linha abissal na qual estão fundadas. As distinções intensamente visíveis que estruturam a realidade social deste lado da linha baseiam-se na invisibilidade das distinções entre este e o outro lado da linha (SANTOS, 2010, p. 30).

É interessante notar como esse processo visível de estabelecimento de diferenças é sustentado por esse abismo que é frequentemente invisibilizado. Então não basta somente anular e excluir o que está do outro lado, é preciso também apagar a própria concepção de uma linha de separação a fim de dissimular de onde partem essas distinções produzidas artificialmente. Assim, “as distinções intensamente visíveis que estruturam a realidade social deste lado da linha baseiam-se na invisibilidade das distinções entre este e o outro lado da linha” (SANTOS, 2010, p. 30). A negação radical da copresença é parte fundamental da lógica colonial, que se sustenta justamente em uma negação

dupla: a negação das existências outras e a negação de uma linha que pautasse esta ordem divisória.

O apagamento é uma imperativa contínua do modo de operar colonial, de forma que a completa aniquilação das culturas pré-coloniais era um fator fundamental para determinar o sucesso dos empreendimentos colonialistas. E, conforme visto anteriormente, a colonialidade é uma ideologia que resiste ao tempo e se renova constantemente, de forma a manter contínuos os efeitos das incursões europeias sobre os territórios explorados até muito depois da descolonização. Assim, se não há rompimento real com o modo de *pensar* realidades subjetivas e *produzir* realidades materiais a partir da modernidade, não há como se livrar do *modus operandi* colonial. É por isto que até hoje temos sociedades pautadas pela hierarquia de raça, construídas a partir de um (nem tão) velado sentimento de inferioridade em relação ao “primeiro mundo” e, acima de tudo, organizadas a partir da lógica da exploração e da negação do diferente. Nesse sentido, cabe trazer o que Quijano (2010, pp. 103-104) fala a respeito dos efeitos da colonialidade sobre as relações culturais e intersubjetividades:

1) Em todas as sociedades onde a colonização implicou a destruição da estrutura societal, a população colonizada foi despojada dos seus saberes intelectuais e dos seus meios de expressão exteriorizantes ou objetivantes. Foram reduzidas à condição de indivíduos rurais e iletrados.

2) Nas sociedades onde a colonização não conseguiu a total destruição societal, as heranças intelectual e estética visual não puderam ser destruídas. Mas foi imposta a hegemonia da perspectiva eurocêntrica nas relações intersubjetivas com os dominados.

3) A longo prazo, em todo o mundo eurocentrado foi-se impondo a hegemonia do modo eurocêntrico de percepção e produção de conhecimento e numa parte muito ampla da população mundial o próprio imaginário foi, demonstradamente, colonizado.

A colonialidade enquanto conceito nos permite compreender os porquês dos modos de organização sociais vigentes no Brasil. É ela que explica por que, mesmo mais de cem anos após a proclamação da independência, ainda reproduzimos os mesmos modos colonizados de pensar e estruturar as relações sociais. A colonialidade nos auxilia a entender por que, mesmo mais de cem anos após a abolição da escravização, a raça ainda é um marcador social de suprema importância para a análise das estruturas de poder vigentes. É também a colonialidade que nos faz compreender o porquê de nunca ter havido um processo de revolução ou o rompimento total com o capitalismo; não há

vislumbre de qualquer alternativa de organização social que não seja pautada por experiências eurocentradas, então pensar civilizações decoloniais ou anticoloniais parece se resumir à esfera do utópico. Na melhor das hipóteses, as experiências sociais pautadas por organizações coletivas divergentes das estruturas colonialistas são simplesmente ocultas ou varridas da história, e é este processo de apagamento que também se faz presente nos modos de pensar as cidades.

2.2. Racismo enquanto produção colonial

A compreensão da colonialidade enquanto um sistema totalizante das experiências de socialização nos mundos “conquistados” pelos europeus nos permite analisar as configurações sociais desses territórios a partir da demarcação racial. Conforme visto anteriormente, a raça é um artifício central para a viabilização da dominação colonial, de forma que se apreende o caráter ficcional desse mecanismo a partir da constatação que, a despeito das tentativas de atrelar a diferenciação racial a características biológicas humanas distintas entre brancos e não-brancos, a raça é uma categoria social e não-biológica. É nesse sentido que se afirma que o racismo está localizado no contexto de um

[...] espaço histórico e social que se configura a partir do surgimento da categoria raça na modernidade, tornando-se uma ideologia necessária para justificar o processo de escravidão dos povos africanos, a colonização e a expansão do capitalismo, bem como a ideia de pureza racial que levou ao extermínio dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial, resultando, portanto, na hierarquização dos povos europeus em relação às outras populações (SCHUCMAN, 2010, p. 43).

No caso brasileiro, não se pode falar em raça sem falar sobre os séculos de escravização dos povos negros, viabilizados pelo colonialismo e fundamentais para a inserção brasileira no sistema capitalista global na modernidade. Aqui, não pretendo abordar detalhes do sistema escravista, descrevendo como este era estruturado ou como a mão de obra negra foi explorada pela branquitude ao longo dos séculos; mas sim compreender o que viabilizou a existência de um sistema de exploração tão violento e cruel pela maior parte da história brasileira pós-1500.

A escravização foi o que permitiu que a sociedade brasileira se desenvolvesse a partir de uma estrutura muito clara de discriminação racial, em que os brancos – fossem *donos* de escravizados ou não – configuravam o topo da hierarquia racial, enquanto os negros ocupavam o lugar que os brancos permitiam que ocupassem – o lugar da escravização. Compreender a raça a partir das sociabilidades forjadas a partir dela mostra o quão perverso é o sistema de hierarquização racial, uma vez que estabelece lugares específicos de pertencimento social a partir da definição de critérios

completamente arbitrários⁵. Assim, ao longo da história, foi possível “legitimar as relações de dominação e de sujeição entre as classes sociais [...], sem que houvesse diferenças morfológicas notáveis entre os indivíduos pertencentes a ambas as classes” (MUNANGA, 2004, p. 17).

É justamente essa separação entre raças que permite que tenha se desenvolvido no Brasil o sistema escravista, que parte, impreterivelmente, deste lugar de desumanização do outro a fim de justificar a sua exploração. Por quase quatro séculos a desumanização do negro foi política de Estado, e esteve amparada por uma série de legislações e era normalizada dentro dos marcos regulatórios brasileiros. Durante todo esse tempo, a humanidade era um atributo concedido somente às pessoas brancas; a liberdade era um conceito conhecido apenas pelas pessoas brancas; o poder era um lugar social ocupado somente por pessoas brancas. O lugar do negro era também determinado pelos brancos, e é justamente a partir desse não-reconhecimento da humanidade do *outro*, tendo como base o embrutecimento dos sujeitos não-brancos, que se desenvolveram todas as instituições, normas, leis e referências de moralidade da sociedade brasileira. Não é exagero afirmar que o Brasil foi racista desde seu princípio, afinal, aqui se criou desde cedo uma lógica de sistematização das relações sociais – de trabalho, de afeto, institucionais – a partir da hierarquização racial. Aqui, entendo que racismo pode ser considerado

[...] qualquer fenômeno que justifique as diferenças, preferências, privilégios, dominação, hierarquias e desigualdades materiais e simbólicas entre seres humanos, baseado no conceito de raça. Isso porque, mesmo esse critério não tendo nenhuma realidade biológica, o ato de atribuir, legitimar e perpetuar as desigualdades sociais, culturais, psíquicas e políticas à “raça” significa legitimar diferenças sociais. E isso se dá a partir da naturalização e essencialização da falácia de diferenças biológicas, as quais, dentro da lógica brasileira,

⁵ A classificação racial é uma construção ideológica pautada por valores de moralidade e humanidade atrelados, necessariamente, à imagem do conquistador branco europeu. Ao longo da história, surgiram diferentes formas de justificar a superioridade do homem branco frente aos *selvagens*, sendo uma das mais emblemáticas estratégias a criação de um campo de estudos dentro da biologia que legitimava o racismo científico com base em teorias evolucionistas que supunham uma luta entre as raças. A ideia central desse campo de estudos, inaugurado no século XIX, era a demarcação de supostas diferenças biológicas que justificariam a supremacia racial branca e legitimariam políticas eugenistas que buscavam a pureza da raça branca, em que as instituições médicas e jurídicas da época se posicionavam de forma contrária à *degeneração* da sociedade. Segundo as teorias da degeneração, a miscigenação com raças não-brancas levaria ao enfraquecimento e esterilização da raça branca, uma vez que esses grupos considerados inferiores representavam um perigo para o patrimônio biológico dos brancos (SCHUCMAN, 2010).

se manifestam pelo fenótipo e aparência dos indivíduos de diferentes grupos sociais (SCHUCMAN, 2010, p. 44).

É errôneo, no entanto, relacionar escravização e racismo no Brasil como se fossem fenômenos codependentes ao longo da história; se assim fosse, a partir da abolição da escravização em 1888⁶, o racismo também deixaria de existir. O que passou a acontecer após 1888 foi a descaracterização do racismo enquanto fenômeno abertamente institucionalizado e legitimado a partir das políticas de Estado, para então transformar-se em um sistema de discriminação racial que se apresenta de forma mais dissimulada. Isso não implica dizer, no entanto, que não existam formas institucionais de racismo até hoje – até porque a categoria *racismo institucional* é amplamente reconhecida enquanto uma das principais formas de manifestação contemporâneas de discriminação racial –, mas que o Estado brasileiro passou a agir de forma a promover discursos de uma pretensa democracia racial – com inspiração no mito imaginado por Gilberto Freyre – a fim de mascarar a contínua discriminação de grupos raciais não-brancos.

O racismo constituiu-se enquanto ferramenta de poder e controle sobre grupos subalternos, a partir do qual os agentes coloniais empreenderam políticas de extermínio das raças inferiores. No caso brasileiro, a produção do desejo de embranquecer a população negra foi emblemático, ao passo que mascarava suas reais intenções de higienização por meio do discurso da democracia racial. Assim, o Estado não necessariamente assumia essa ideologia por meio de seus discursos oficiais, mas os ideais de branqueamento e superioridade racial dos brancos permeavam o imaginário coletivo e consolidavam-se por meio de práticas sociais discriminatórias.

Na prática, os efeitos desse racismo “velado” eram tão ou mais adversos que as políticas declaradamente racistas empreendidas em outros lugares do mundo, a exemplo do *apartheid* estado-unidense. Diz-se que o racismo à brasileira é “velado” porque não houve nenhuma ação direta por parte das

⁶ Destaca-se aqui que a abolição da escravização com a promulgação da Lei Áurea em 1888 não extinguiu totalmente todas as formas de trabalho escravo no Brasil, de forma que se vê necessário apontar o caráter incompleto deste acontecimento histórico. Para além disso, destaca-se também que o fim da escravização legal não foi acompanhado de políticas de inclusão socioeconômica e de reparação histórica aos povos negros, de forma que é possível afirmar que, além de incompleto, este capítulo da história brasileira permanece irresoluto.

autoridades políticas do país que declarasse aversão à população negra ou propusesse seu extermínio, no entanto, a dimensão institucional e estrutural da discriminação contra pessoas negras – que se afirmava nas ações dessas autoridades e da própria branquitude em si – deixa claro que o racismo brasileiro nunca foi velado (SCHUCMAN, 2012; HASENBALG, 1979).

A fim de entender o que significa a estrutura racial brasileira, precisamos compreender o mito da democracia racial. Alguns autores apontam a origem do termo em Gilberto Freyre (*Casa Grande e Senzala*, de 1933, e *Sobrados e Mucambos*, de 1936), porém Guimarães (2001) explica que não havia uma definição conceitual clara na literatura a respeito do termo, de forma que seu uso e apropriação por parte dos cientistas sociais se caracterizou mais como um movimento orgânico do que uma interpretação objetiva de uma abordagem conceitual específica. Assim, a democracia racial tornou-se o termo que designa o conjunto de normas que determina um ideal de convivência interracial pacífica motivado por uma suposta integração harmônica entre brancos e negros na sociedade brasileira. Guimarães (2001, p. 1) afirma, portanto, que o resgate do termo se configura enquanto um movimento político definido por “uma tentativa de restabelecer, no plano teórico, a especificidade das relações raciais brasileiras, mormente a contradição entre suas normas e práticas.” Aqui, cabe destacar o que Abdias do Nascimento trouxe em seu discurso de abertura do I Congresso do Negro Brasileiro, em 1950 (*apud* GUIMARÃES, 2001, p. 2):

Observamos que a larga miscigenação praticada como imperativo de nossa formação histórica, desde o início da colonização do Brasil, está se transformando, por inspiração e imposição das últimas conquistas da biologia, da antropologia, e da sociologia, numa bem delineada doutrina de democracia racial, a servir de lição e modelo para outros povos e formação étnica complexa conforme é o nosso caso.

A fala de Abdias demonstra o caráter de denúncia que o termo democracia racial carrega consigo, pois é através da crítica da miscigenação e demais políticas coloniais de apagamento racial que se entende o que essa doutrina significava: a desmobilização de movimentos reivindicatórios por parte dos negros brasileiros, que seriam deslegitimados a partir da construção no imaginário coletivo de uma sociedade harmônica sem distinção de raça por meio do mito da democracia racial. No entanto, a realidade brasileira a partir da

abolição da escravização era pautada pela ideologia de embranquecimento dos povos negros, que, a partir da miscigenação, seriam cada vez menos negros e, portanto, contribuiriam para a estratégia de dissimulação de quaisquer tentativas de identificação coletiva a partir da negritude que pudessem sugerir um levante contra o racismo e contra os próprios brancos.

Outra questão interessante abordada por Guimarães (2001) é a suposta inexistência no Brasil pós-colonial de uma “linha de cor”, a qual demarca as sociedades a partir de barreiras legais que impedissem a ascensão social de pessoas negras a posições de poder e prestígio. Foi esta ideia que deu existência à concepção de um paraíso racial no Brasil, já que não haveriam impedimentos legais para a inclusão de pessoas negras na sociedade e, por isto, seria possível afirmar que negros e brancos existiam em pé de igualdade perante a lei no país. Essa crença em um estatuto racial que não discrimina as pessoas a partir da raça é falaciosa por definição; afinal, se as condições necessárias à pertença social são supostamente igualitárias entre negros e brancos, ambos deveriam ocupar os mesmos espaços de poder nesta sociedade – e isto nunca ocorreu.

O que acontece, no caso da democracia racial, é que esta pretensa ausência do preconceito e das tensões raciais parte de um discurso da branquitude, que se sente autorizada a determinar o que seria racismo ou não e, convenientemente, se isenta de tomar responsabilidade pela estrutura racial brasileira. Exemplo desse tipo de discurso é o que fala Gilberto Freyre em 1962 (*apud* GUIMARÃES, 2001, p. 9):

Que afinidade com esses afroracistas, cruamente hostis ao mais precioso valor democrático que vem sendo desenvolvido pela gente brasileira - a democracia racial - pode haver da parte do Brasil? Tais diplomatas, políticos e jornalistas, assim procedendo, ou estão sendo mistificados quanto ao afroracismo, fantasiado de movimento democrático e de causa liberal, ou estão sendo eles próprios mistificadores dos demais brasileiros. Nós, brasileiros, não podemos ser, como brasileiros, senão um povo por excelência antissegregacionista: quer o segregacionismo siga a mística da "branquitude", quer siga o mito da "negritude". Ou o da "amarelitude".

Esse tipo de fala elucidada perfeitamente as doutrinas raciais presentes no Brasil pós-colonial e que ainda hoje persistem. Negar o direito de uma articulação política a partir da negritude, com a desculpa de que não existe diferença de cor

no Brasil, significa também dizer que a branquitude não existe. Não havendo negritude ou branquitude, não haveria tampouco vítima ou algoz do racismo, e assim o próprio racismo tem a existência mascarada na sociedade brasileira. Esse tipo de discurso começou a perder força a partir do golpe militar de 1964, que rompeu com as bases institucionais da democracia brasileira e colocou em dúvida justamente a existência de um pacifismo escondido sob o véu da pretensa democracia racial. É nesse sentido que Abdias do Nascimento (1968, p. 22, *apud* GUIMARÃES, 2001, p. 11) afirma que “o status de raça, manipulado pelos brancos, impede que o negro tome consciência do logro que no Brasil chamam de democracia racial e de cor”. Na esteira do que intelectuais negros como Abdias estavam reivindicando a partir dos anos 70, surgem diversos movimentos que buscam afirmar as identidades negras a partir da cultura⁷ para constituir não só um sentimento de pertencimento, mas também para estabelecer um tensionamento político que desmascarasse a democracia racial.

Foi a partir da fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, que intelectuais, artistas e demais representantes das comunidades negras no país iniciaram a articulação por uma agenda antirracista comum. As principais reivindicações políticas do MNU incluíam a denúncia do racismo e do preconceito racial, a crítica à doutrina da democracia racial e a busca pela construção de uma identidade racial positiva. É indiscutível a importância de movimentos como o MNU para a desconstrução do mito da democracia racial no Brasil; foi através da luta dos movimentos negros que se conquistaram diversos avanços em muitas frentes políticas no país – ainda que insuficientes, dado o tamanho da dívida histórica do Brasil e da branquitude em si com os negros. É justamente por esta falta de consciência racial da branquitude em relação ao próprio papel dentro da estrutura racial brasileira que a democracia racial ainda

⁷ “O patrocínio à “cultura afro-brasileira”, de fato, gerou, e não apenas na Bahia, mas também no Rio de Janeiro, uma espécie de renascimento cultural, que em muito beneficiou a jovem militância negra em formação. Lélia Gonzalez, por exemplo, cita, como fato marcante na formação do MNU, a Semana Afro-Brasileira de 1974, patrocinada pelo CEEA (Centro de Estudos Afro-Asiáticos) e pelo SECNEB (Sociedade de Cultura Negra da Bahia), com a exposição de arte e cultura negras. Neste mesmo ano são fundadas a SIBA (Sociedade de Intercâmbio Brasil-África) e o IPCN (Instituto de Pesquisa das Culturas Negras), no Rio de Janeiro, e a Confederação Baiana dos Cultos Afro-Brasileiros (que se junta à Federação do Culto Afro-Brasileiro, criada em 1946) e o bloco afro Ilê Ayê, em Salvador. Em 1976 é criado, em Salvador, o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, cujo manifesto é publicado na *Tribuna da Bahia* (15/12/1976) e, no Rio de Janeiro, são criados o Centro de Pesquisas das Culturas Negras e a Escola de Samba Quilombo” (GUIMARÃES, 2001, p. 12-13).

hoje existe no limiar dos discursos hegemônicos sobre raça no Brasil. Lília Schwarcz (1999, p. 309) afirma que “a oportunidade do mito se mantém, para além de sua desconstrução racional, o que faz com que, mesmo reconhecendo a existência do preconceito, no Brasil, a ideia de harmonia racial se imponha aos dados e à própria consciência da discriminação”.

É pela necessidade da branquitude manter suas estruturas de poder e privilégio que não há maiores avanços em termos do reconhecimento do racismo em todas as esferas nas quais ele se apresenta. Embora a democracia racial tenha perdido grande parte do poder doutrinário que outrora possuía, o reconhecimento do racismo enquanto fenômeno fundamental da estrutura racial brasileira ainda não é completo. Isto porque pode até se conceber a crueldade do racismo enquanto um ente que paira sobre os povos negros e que não é responsabilidade de ninguém senão destes mesmos; mas, quando se trata de reconhecer a responsabilidade dos brancos sobre a reprodução do racismo, há uma enorme relutância em compreender os privilégios e poderes da branquitude no país ao longo de sua história. A próxima seção deste capítulo irá analisar o que significa esta branquitude e os efeitos do seu não reconhecimento enquanto categoria social/racial.

2.3. Branquitude e a supremacia branca no Brasil

A denúncia da democracia racial enquanto mito civilizatório brasileiro parte de uma premissa básica: o não reconhecimento da existência de raças e de um conflito racial no Brasil implica na desarticulação de lutas antirracistas, uma vez que evita que a raça seja reconhecida enquanto recurso de identificação coletiva e desmobiliza a ação política dos povos negros – pois, se somos todos iguais e não existe discriminação, não há pelo que lutar⁸. Paradoxalmente, à branquitude é reservado o direito de articular-se politicamente sem reconhecer-se enquanto grupo racializado, uma vez que admitir que a raça não é um atributo exclusivo às pessoas negras implica reconhecer o tensionamento racial que permeia as relações sociais brasileiras. Assim, a branquitude mantém sua estrutura de privilégios ao mesmo tempo que não se reconhece enquanto responsável direta pelo racismo, uma vez que este seria, supostamente, apenas uma consequência histórica da escravização sobre a qual os brancos de hoje não possuiriam qualquer tipo de agência ou responsabilidade (HASENBALG, 1979).

À luz da relevância do termo para a presente pesquisa, esta seção será dedicada a discutir o que constitui a branquitude brasileira. Inicialmente, podemos caracterizar a branquitude enquanto o conjunto de traços da identidade racial do branco, a partir dos quais Maria Aparecida Silva Bento (2002, p. 25) propõe três dimensões fundamentais: “o medo que alimenta a projeção do branco sobre o negro, os pactos narcísicos entre os brancos e as conexões possíveis entre ascensão negra e branqueamento”. Já para Edith Piza (2002, p. 71), branquitude pode ser definida também enquanto “um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê aos outros e a si mesmo; uma posição de poder não nomeada, vivenciada em uma geografia social de raça como um lugar confortável”.

⁸ “Num certo sentido a sociedade brasileira criou o melhor dos dois mundos. Ao mesmo tempo que mantém a estrutura de privilégio branco e a subordinação não branca, evita a constituição da raça como princípio de identidade coletiva e ação política. A eficácia da ideologia racial dominante manifesta-se na ausência de conflito racial aberto e na desmobilização política dos negros, fazendo com que os componentes racistas do sistema permaneçam incontestados, sem necessidade de recorrer a um alto grau de coerção” (HASENBALG, 1979, p. 246).

No Brasil, o racismo e os problemas relacionados a ele são frequentemente considerados como problema dos negros, em uma lógica que o branco não aparece – há um enorme silêncio sobre o lugar que o branco ocupa nas relações raciais brasileiras. Ora, se há a definição do negro enquanto categoria racial que *sofre* o racismo e participa deste sistema na condição de *vítima*, por que não fazer a dedução lógica de que, no polo oposto deste mesmo sistema, o branco também se configura enquanto categoria racial que *pratica* o racismo e participa deste sistema na condição de *responsável*?

Para Cida Bento (2002), o pacto narcísico da branquitude é o que explica essa lógica. A partir do estabelecimento de um acordo tácito, a branquitude, aqui tida como o conjunto das pessoas brancas, permanece ignorante em relação à própria responsabilidade sobre a manutenção das desigualdades raciais. Os brancos até mesmo reconhecem a existência de tais desigualdades, porém não são capazes de associar a desigualdade à discriminação; é como se o racismo fosse um problema que paira sobre os negros, mas que não possui relação com os brancos – no máximo, se reconhece que a estrutura racial brasileira é fruto da escravização, porém essa estrutura só é válida para os negros, como se os brancos também não fizessem parte da mesma estrutura racial originada com a colonização/escravização.

Na verdade, o legado da escravidão para o branco é um assunto que o país não quer discutir, pois os brancos saíram da escravidão com uma herança simbólica e concreta extremamente positiva, fruto da apropriação do trabalho de quatro séculos de outro grupo. Há benefícios concretos e simbólicos em se evitar caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil. Este silêncio e cegueira permitem não prestar contas, não compensar, não indenizar os negros: no final das contas, são interesses econômicos em jogo (BENTO, 2002, p. 27).

Além de ser acometida pela “cegueira racial” instituída por este pacto narcísico, a branquitude também é responsável por manter em segundo plano o debate racial e oportunizar a manutenção dos seus privilégios em relação aos não-brancos. Há de se notar que a existência de privilégios por parte de um grupo implica necessariamente a ausência de direitos por parte de outro, uma vez que esses privilégios são conquistados e mantidos às custas de direitos subtraídos de grupos subalternizados – é por isso que o privilégio branco produz, no outro lado da moeda, a discriminação racial. A necessidade de pertencimento

social faz nascer entre os brancos fortes laços emocionais que, em última instância, produzem uma identificação coletiva que legitima as ações cometidas em nome da defesa desse grupo. É nesse sentido que a “exclusão passa a ser entendida como descompromisso político com o sofrimento de outro” (BENTO, 2002, p. 29), uma vez que ações discriminatórias seriam empreendidas somente com fins de proteger a si próprio do perigo que representa o outro – que está fora das fronteiras da moral delimitadas pela própria branquitude.

Compreende-se por que a branquitude é considerada um sistema, para além de ser o coletivo das pessoas brancas (conforme delineado anteriormente): porque ela se estabelece enquanto norma da condição humana e autoridade do poder político, determinando os lugares sociais segundo a raça. Observar a branquitude a partir de um quadro macroanalítico implica reconhecer o histórico de concessão de benefícios a esse grupo, uma vez que, se assumimos que a escravização foi um dos episódios que determinou a configuração racial brasileira, cabe afirmar que esse processo retirou direitos, recursos e oportunidades das pessoas negras e que, para iniciar o debate a respeito de uma reparação histórica, é preciso acusar quem absorveu esses direitos, recursos e oportunidades. É por isso que estudar a branquitude implica na responsabilização desse grupo pela estrutura racial excludente brasileira, que ao longo da história recebeu interpretações que buscavam mascarar a violência dos mecanismos de discriminação de forma a dificultar o reconhecimento identitário dos povos negros e deslegitimar sua luta por direitos. E, a despeito das ideologias de branqueamento e dos efeitos do racismo como um todo, esses povos mantiveram-se articulados em defesa de seus direitos e na denúncia da branquitude.

Cabe aqui também entender a diferença entre discriminação *por interesse* e discriminação *por preconceito*. Cida Bento (2002) estabelece que a discriminação racial não necessariamente parte de um lugar de preconceito ou rejeição, pois pode ser motivada pelo próprio interesse do grupo dominante – no presente caso, a branquitude – em manter seus privilégios. É claro que esse sentimento de rejeição aos negros existe enquanto parte fundamental da estrutura de discriminação, porém o que parece estar no centro da lógica racial de preservação da branquitude (e da própria ideia de um pacto narcísico) é o

desejo de manter seus poderes e privilégios ao negar seu papel na manutenção das discriminações raciais. Assim, não se busca negar a existência do problema – o racismo –, mas sim dissimular as consequências deste problema para a própria branquitude, ou seja, manter intactas as estruturas que conferem aos brancos o conforto de não se enxergar como parte do problema racial.

O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana. [...] É como se o diferente, o estranho, pusesse em questão o “normal”, o “universal” exigindo que se modifique, quando se autopreservar remete exatamente à imutabilidade. Assim, a aversão e a antipatia surgem (BENTO, 2002, p. 30).

Outra importante faceta da branquitude é o medo, que surge a partir da projeção das próprias perversidades sobre o negro – afinal, aceitar ditas perversidades em si é muito mais prejudicial à autoimagem que o branco cultivava. Foi o medo que motivou as políticas de branqueamento da sociedade brasileira a partir do final do século XIX: o negro representava uma ameaça ao branco por ser a maioria no país, e por isto surgiram as políticas de imigração europeia que foram responsáveis por trazer, em trinta anos, um contingente populacional equivalente a todos os africanos trazidos durante os mais de três séculos de escravização. A partir disso, buscava-se aproximar o Brasil do ideal de civilidade europeu, em contraposição a um passado atrasado que deveria ser superado por meio do embranquecimento da população brasileira. A lógica por detrás da ideologia do branqueamento era a gradual *diluição* da raça negra a partir da miscigenação com a raça branca, em que o objetivo final seria a afirmação do Brasil enquanto um país legitimamente branco por meio da assimilação e gradual desaparecimento do negro (SCHUCMAN, 2012; BENTO, 2002).

O medo e a projeção são dispositivos fundamentais para a manutenção da branquitude enquanto referencial de poder e privilégio. Isto porque, sem a invenção de um outro sobre o qual o branco pode depositar suas projeções, seria impossível mascarar o que há de mais cruel na própria branquitude, e é nesse sentido do não reconhecimento do branco enquanto categoria racial que se camuflam as responsabilidades da branquitude sobre as desigualdades raciais presentes em todas as esferas sociais no Brasil. Ao referenciar somente os

problemas dos negros, ao lamentar a discriminação contra os negros, ao denunciar as mazelas da desigualdade que afetam os negros, os brancos nunca se colocam na análise, como se não existissem dentro dessa mesma estrutura racial. Essa cegueira demonstra que o branco é visto como universal, como a referência desse sistema que estigmatiza tudo relacionado ao negro e fecha os olhos para os lugares que o branco ocupa na sociedade.

É esta excessiva visibilidade grupal do outro e intensa individualização do branco que podemos chamar de “lugar” de raça. Um “lugar” de raça é o espaço da visibilidade do outro, enquanto sujeito numa relação, na qual a raça define os termos desta relação. Assim, o lugar do negro é o seu grupo como um todo e do branco é o de sua individualidade. Um negro representa todos os negros. Um branco é uma unidade representativa apenas de si mesmo. Não se trata, portanto, da invisibilidade da cor, mas da intensa visibilidade da cor e de outros traços fenotípicos aliados a estereótipos sociais e morais, para uns, e a neutralidade racial, para outros. A consequência dessa visibilidade para negros é bem conhecida, mas a da neutralidade do branco é dada como “natural”, já que ele é o modelo paradigmático de aparência e de condição humana (PIZA, 2002, p. 72).

Enquanto o negro tem de conviver diariamente com a sua racialização – ou melhor, com o que a branquitude construiu como referencial de raça –, ao branco fica reservado o direito de ignorar a própria cor, de silenciar sobre o próprio privilégio de não precisar sequer *pensar* sobre isso. É por isto que é tão desconfortável para pessoas brancas falar sobre a sua branquitude, porque não estão acostumadas a serem racializadas e a refletir sobre o papel que desempenham na manutenção das desigualdades raciais. Afinal, reconhecer-se enquanto branco implica reconhecer-se como responsável, em maior ou menor escala, pela existência de um sistema de discriminação racial, e o peso dessa culpa torna-se insuportável e faz com que ela não possa ser revelada – pois expõe sua consciência sobre a questão racial e quebra o pacto narcísico da branquitude.

A incapacidade de lidar com a própria branquitude impulsiona o silenciamento do branco sobre questões raciais que lhe dizem respeito, de forma que o racismo passa a ser compreendido enquanto algo distante, impulsionado por atos isolados de violência ou opressão explícitas e desempenhadas por um indivíduo branco específico que nada tem a ver com o conjunto das pessoas brancas. O racismo é visto quase como um desvio de conduta, uma manifestação do lado selvagem ou incivilizado de pessoas brancas que precisam

de correções pontuais⁹; ele não é compreendido enquanto um sistema invisível para os brancos, porém constantemente alimentado pelos poderes e privilégios não percebidos pela branquitude. O racismo é, mais do que qualquer indicativo de desvio moral, uma experiência vivenciada por todas as pessoas negras e que perpassa todas as pessoas brancas ao representar a manutenção da violência e da opressão, de um lado, e do privilégio e do poder, de outro. É por isto que é necessário tratar o racismo enquanto um problema de responsabilidade coletiva, em que os brancos sejam apontados como atores centrais para o processo de reconhecimento das estruturas raciais brasileiras, rompendo com o silêncio histórico da branquitude sobre seus privilégios e poderes, sejam estes simbólicos ou materiais.

⁹ “[...] a ação racista aparece como algo isolado, de um ou outro fanático racista, e não como uma ação sistemática, constante, que impedia a inserção e a ascensão do negro na sociedade [...]” (BENTO, 2002, p. 50).

3. PLANEJAMENTO URBANO E PROCESSOS DE EXCLUSÃO

Este capítulo tem como objetivo realizar um apanhado histórico da evolução do Planejamento Urbano em Porto Alegre, a fim de evidenciar o enviesamento dos discursos de higienização, embelezamento e modernização e suas implicações para a construção de uma cidade “branca”. Ao final do século XIX e início do XX, diversos planos de urbanização foram elaborados com o objetivo de modernizar Porto Alegre e torná-la mais próxima das cidades europeias, tidas então como referência de beleza, organização e modernidade.

Em linhas gerais, os Planos e Projetos analisados neste capítulo se caracterizam pela construção de uma cidade ideal, capaz de representar um imaginário social¹⁰ pautado pela modernidade e transmitir as efervescências de uma capital em transformação. Assim, o presente capítulo foi dividido em três seções: a primeira irá tratar do desenvolvimento do Plano Geral de Melhoramentos, de 1914; a segunda, dos planos que seguiram até a publicação do primeiro Plano Diretor de Porto Alegre, em 1959; e a última, das interpretações possíveis para além dos Planos e Projetos, a partir do questionamento central “planejamento para quem?”. Enquanto as duas primeiras seções discorrem sobre a história do planejamento urbano na cidade de forma descritiva, a última seção discute as implicações sócio-históricas da urbanização e propõe uma reflexão acerca da formação da identidade da cidade a partir dos referenciais da branquitude.

¹⁰ Por *imaginário social* entende-se as leituras da sociedade e da cidade “para além do que se poderia chamar o seu ‘espaço real’, partindo das palavras e imagens que a representam” (PESAVENTO, 1999b, p. 2). Assim, no sentido aqui tomado, o *imaginário social* ou *imaginário urbano* transcreve as formas de pensar e produzir a urbanidade a partir da modernidade, compreendendo esta enquanto referencial teórico e ideológico que supõe a existência de um pensamento avançado e superior aos demais (QUIJANO, 2010) – e este *imaginário* se circunscreve nas formas da cidade por meio do Planejamento Urbano.

3.1 O início da urbanização – o Plano Geral de Melhoramentos e sua influência para a urbanização de Porto Alegre

No fim do século XIX, Porto Alegre passou por um processo de industrialização e intensificação das atividades portuárias, comerciais e de serviços. Isso significou uma maior demanda em termos de serviços urbanos, de forma que a cidade passou por vários processos de modernização que incluíam desde reformas no porto para comportar os novos fluxos comerciais, até a implementação de projetos paisagísticos para embelezar a capital e também obras de saneamento para promover condições adequadas de higiene à população. Na virada do século, a administração de Porto Alegre já contava com políticas de desenvolvimento da cidade que buscavam orientar a modernização da capital, a partir do que o urbanismo se tornou também sinônimo de embelezamento e progresso por ser uma ferramenta útil na construção da imagem de Porto Alegre enquanto uma cidade moderna.

A influência do pensamento positivista era clara, ao passo que a administração pública buscava implementar políticas urbanas que caminhassem rumo ao progresso, construindo, assim, um discurso de modernização que era absorvido não só pelos corpos técnicos e políticos, mas também pelos canais de comunicação direta com a sociedade porto-alegrense, como rádios e jornais. O incentivo ao desenvolvimento industrial, técnico e científico era a ordem máxima da administração pública, de forma que a modernização era entendida como “a transformação física da cidade, voltada ao progresso e aos avanços tecnológicos de uma época” (LERSCH, 2014, p. 109). O desenvolvimento de um corpo técnico alinhado a estes interesses era fundamental para garantir a coordenação das políticas urbanísticas implementadas, de forma que em 1912 foi inaugurada a Comissão de Melhoramentos e Embelezamento de Porto Alegre, um marco para o desenvolvimento urbano da cidade de acordo com o ideário positivista.

Desde o início da República, a elite política riograndense era dominada pelo Partido Republicano Riograndense (PRR), de grande influência positivista. Deste partido saíam os governadores do estado e prefeitos da capital gaúcha¹¹,

¹¹ “Por quarenta anos, Porto Alegre teve apenas três prefeitos, José Montauray de Aguiar Leitão (1897-1924), Otávio Rocha (1924-1928) e Alberto Bins (1928-1937) [...]. A continuidade política permitiu continuidade administrativa e de gestão, e forte identidade de propósitos e métodos a

de forma que o final do século XIX e início do século XX foram marcados por esta tradição política positivista. De forma geral, a ordem do partido era a chamada *modernização conservadora*, que buscava desenvolver o Rio Grande do Sul segundo o lema *conservar, melhorando*; já na capital, “as estratégias políticas do PRR visavam sua modernização física, através do saneamento, equipamento e embelezamento, transformando-a na ‘sala de visitas’ do estado” (ABREU FILHO, 2006, p. 31). Foi assim que, em 1914, foi desenvolvido o Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre, que buscava referência em modelos franceses e estava alinhado ao pensamento urbanístico de certas escolas europeias da época.

O Plano Maciel, como também ficou conhecido o Plano Geral de Melhoramentos de 1914, teve como diretriz principal a reforma da área central da cidade – o Primeiro Distrito – a fim de comportar grandes obras viárias que facilitassem os fluxos na cidade. Assim, a modernização do centro passaria pela “abertura, retificação e alargamento de vias, consolidação e saneamento da orla, com a canalização do novo cais do porto, expandindo o centro nas direções leste e nordeste, com melhorias nos acessos e nas ligações perimetrais” (ABREU FILHO, 2006, p. 32), de forma a trazer para Porto Alegre os ideais de modernização urbana da época: sanear, transportar, equipar e embelezar. A gestão de José Montaury (1897-1924), foi marcada por grandes desafios em termos de urbanização, pois na virada do século Porto Alegre ainda tinha a mesma configuração urbana da época colonial, mas acrescida dos problemas advindos da crescente industrialização na cidade. Quando comparada com outras capitais, era nítida a falta de infraestrutura urbana em termos de saneamento, mobilidade e operações viárias, e foi a partir da orientação de *conservar, melhorando* que Montaury empreendeu uma série de reformas urbanas durante seus mais de vinte anos de gestão.

A ordem positivista do governo do estado era bastante pragmática quanto ao papel da administração pública no desenvolvimento do Rio Grande do Sul: as obras voltadas à infraestrutura viária, sanitária e energética eram de responsabilidade dos governos municipais. Assim, em Porto Alegre, foi a

orientar a ação pública, inclusive quanto à organização do espaço urbano” (ABREU FILHO, 2006, p. 34).

administração pública a responsável por empreender obras de saneamento (que compreendiam o abastecimento de água e o sistema de esgotos), extensões e melhoramentos nas redes de energia elétrica e a realização de obras viárias e de transporte coletivo. De forma geral, as principais áreas de atuação da gestão de Montaury podem ser classificadas em quatro setores: saneamento, circulação, embelezamento e equipamentos públicos.

O saneamento era prioridade, de forma que em 1904 o município adquiriu a Hidráulica Guaibense e passou a fazer a gestão dos sistemas de abastecimento da cidade. Em 1912, foi inaugurado o sistema de esgotos da área central da cidade, que ao final da gestão de Montaury já cobria completamente os interiores do perímetro Ramiro Barcelos – Venâncio Aires – João Alfredo (ABREU FILHO, 2006).

Já a segunda área de atuação da gestão municipal no início do século XX, circulação, era caracterizada por obras localizadas de abertura de ruas e becos, conserto de vias e reformas e pavimentação de passeios, sem que houvesse um plano geral que guiasse as ações e permitisse a implementação de políticas viárias coordenadas. A área de transporte e circulação, por sua vez, foi marcada pela implantação de novas linhas de bonde elétrico, que se caracterizava enquanto um sistema de transporte novo e muito lucrativo, o que permitiu sua expansão para áreas mais afastadas do centro e impulsionou a expansão urbana no início do século XX.

A terceira área de atuação, embelezamento, foi marcada na gestão Montaury pela priorização da urbanização e ajardinamento dos Campos da Redenção – outrora denominados Campos da Várzea –, que durante esta gestão não foram completos.

A quarta e última área de atuação, equipamentos públicos, foi marcada pela implementação de projetos que permitissem à classe média porto-alegrense o acesso a práticas sociais atreladas à modernidade e a novos padrões de consumo. O embelezamento da cidade e a inauguração de novos equipamentos públicos, portanto, ficaram sob responsabilidade da Comissão de Melhoramentos, uma vez que demandavam capacidades técnicas de planejamento para ter sua implementação viabilizada.

Outra importante política atrelada ao aprimoramento de equipamentos públicos de infraestrutura urbana foi a modernização do porto da cidade, com recursos da política federal de modernização dos portos. A estratégia do governo do estado, por influência da ideologia positivista, era transformar Porto Alegre no centro do estado, de forma a modernizar o porto da capital e permitir maiores fluxos comerciais na cidade. A modernização do porto era peça fundamental na estratégia de desenvolvimento não só da cidade, mas também do estado, pois viabilizaria uma porta de entrada para recursos destinados a outras regiões do Rio Grande do Sul – era nesse sentido que Porto Alegre passou a ser o “cartão de visitas” do estado. Juntamente à modernização do porto, também foram implementados projetos de embelezamento do seu entorno, com a remodelação de praças e a abertura de novas avenidas, viabilizadas pelo aterramento de áreas na beira do rio.

Maciel incorporou o porto ao Plano dos Melhoramentos e fez dele um de seus elementos estratégicos principais, com enormes repercussões para a cidade, em termos de modificações de sítio (nova margem, consolidada com aterros e cais), estrutura primária (os novos edifícios públicos foram sendo implantados nas áreas aterradas, e a cidade ganhou novas avenidas), traçado (uma nova quadrícula de quarteirões regulares projetadas por Maciel), morfologia e imagem do centro urbano (ABREU FILHO, 2006, p. 41).

Foi precisamente a modernização do porto, no conjunto das reformas de embelezamento do seu entorno imediato, que inspirou a criação da Comissão de Melhoramentos e Embelezamento, em junho de 1912. A Comissão foi composta pelos melhores profissionais da época, os quais deveriam estar alinhados às inovadoras diretrizes europeias de modernização urbana e os correspondentes padrões técnicos ensinados nas melhores Escolas de Arquitetura e Engenharia. Os profissionais que compunham a Comissão de Melhoramentos não somente eram os mais habilidosos em termos técnicos, como também se encontravam alinhados aos valores positivistas e às orientações políticas da administração municipal; assim, a Comissão passou a refletir não só os ensejos de modernização e embelezamento da capital gaúcha, como também se tornou um importante referencial político do positivismo na cidade. Sobre o perfil de seus membros, Lersch (2014, p. 110) destaca:

A Comissão de Melhoramentos contava, em seu quadro, com engenheiros civis, sanitaristas e arquitetos, alguns provenientes da

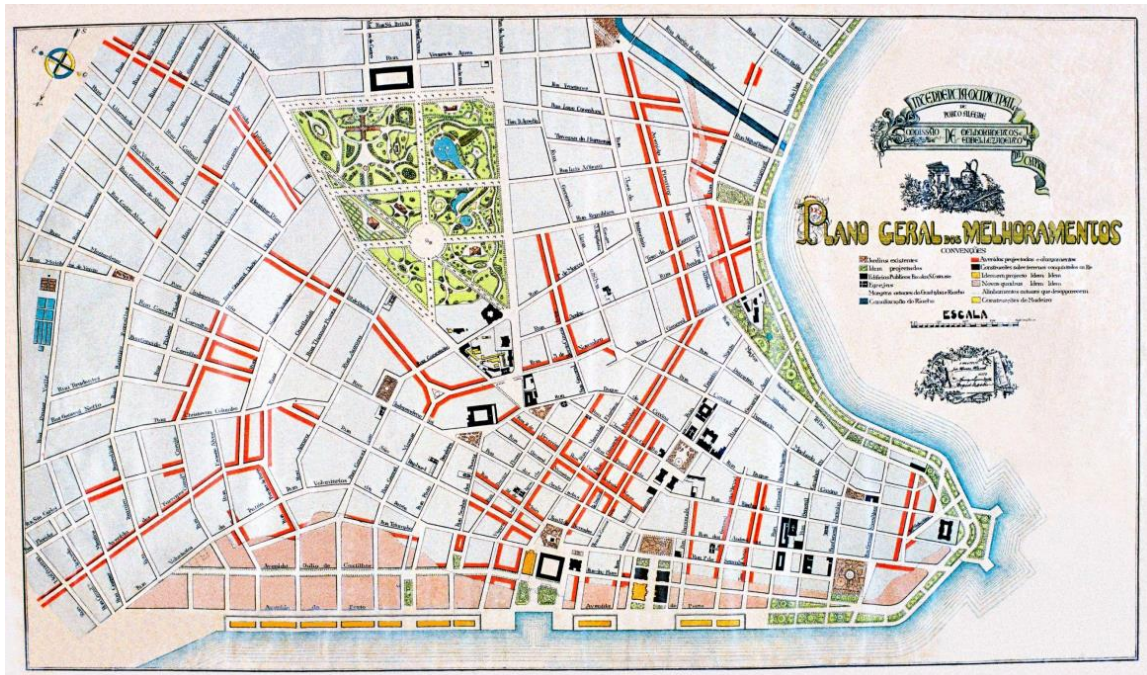
Escola Politécnica do Rio de Janeiro, como Dario Pederneiras, Jorge Lossio e Benito Elejalde. Este último, em particular, já trabalhava como professor da Escola de Engenharia de Porto Alegre, dedicado à disciplina de saneamento de cidades.

Assim, a Comissão de Melhoramentos segmentou sua atuação em três projetos, inicialmente: o levantamento topográfico da cidade, a encargo de Benito Elejalde; o projeto de novo abastecimento, organizado por Dario Pederneiras em articulação com Jorge Lossio (responsável pelo serviço de esgotos); e o novo regulamento das construções, sob responsabilidade das Diretorias de Obras e Higiene da Intendência Municipal. Este último projeto foi um dos primeiros trabalhos da Comissão, que instituiu em 1913 o Regulamento Geral sobre Construções, que propunha melhoramentos na legislação vigente para regulamentar construções em espaços públicos, tornando-se um marco em termos de legislação urbanística no início do século XX¹². Foi este Regulamento o responsável pela proibição da construção de casas térreas, casas de madeira e grupos de habitações nas ruas principais do Primeiro Distrito, medida que modificou em grande parte o perfil de habitação do Centro da cidade (ABREU FILHO, 2006).

A Comissão de Melhoramentos também foi responsável pelo principal projeto de embelezamento da capital na época: a construção de um parque nos Campos da Redenção. João Moreira Maciel foi o arquiteto responsável pela concepção do projeto, que era de grande importância para a cidade pela sua localização próxima às novas Escolas Superiores e ao Colégio Militar. Assim, em 1912, Montaury formaliza à Comissão a encomenda de um Plano Geral de Melhoramentos e Embelezamento que programe as reformas urbanas de forma coordenada e alinhada à expertise dos técnicos. O Plano ficou sob responsabilidade de Maciel, que possuía formação de engenheiro-arquiteto na Escola Politécnica de São Paulo e cujas inspirações profissionais estavam vinculadas às “correntes hegemônicas no meio técnico da engenharia urbana e da arquitetura de matriz politécnica” (ABREU FILHO, 2006, p. 46).

¹² “O Regulamento passava a exigir prévia licença para construção, reconstrução, ampliação ou reforma, com multas para os infratores, e fiscalização a cargo da Diretoria de Obras. Estabelecia normas para construção e regulação do espaço público, definindo projeções de beirais, balcões e sacadas, relação entre a altura das edificações e a largura das ruas, disposições sobre pavimentação de passeios, larguras mínimas de vias, disposições sobre esgoto sanitário e ordenamento da área central” (ABREU FILHO, 2006, p. 45).

Figura 1 – Plano Geral de Melhoramentos de 1914



Fonte: LANSINI; FIALHO (2014)

O Plano Geral de Melhoramentos foi não só um plano de modernização da área central da cidade, mas também comunicou um importante movimento de transformação da paisagem da capital em nome do progresso, que marcou nas formas da cidade a influência do positivismo enquanto movimento político e ideológico. Nesse sentido, também é importante frisar que o Plano Maciel, como ficou conhecido o Plano de 1914, constituía-se enquanto uma projeção de uma cidade ideal com inspiração nos padrões estéticos europeus e sob marcada influência haussmaniana¹³ (ABREU FILHO, 2006). Esta cidade ideal planejada marcou importantes referenciais urbanísticos para a época e sua posteridade, de forma que sua execução, ainda que parcial, significou grandes mudanças para a cidade em termos de mobilidade, saneamento e estética.

Na verdade, todos os princípios – trânsito, higiene e estética – se achavam interligados. A canalização do riacho, por exemplo, tanto viria ao encontro das necessidades de saneamento das áreas adjacentes,

¹³ Georges-Eugène Haussmann foi responsável pela reforma urbana de Paris: “as transformações operadas por Haussmann em Paris, na escala e na abrangência que ocorreram, a entronizaram como a ‘capital do século XIX’ por excelência, e consequentemente como modelo urbanístico, ou seja, como objeto a ser reproduzido” (ABREU FILHO, 2006, p. 72). Em outro trecho, o autor afirma que “é crucial a influência dos trabalhos de Haussmann em Paris, entre 1853 e 1870, ao inspirar uma série de planos similares em praticamente todas as capitais ocidentais a partir do final do século, inclusive no Rio de Janeiro de Pereira Passos, com ênfase em saneamento, embelezamento e a funcionalidade urbanística (equipamento, infraestrutura e cirurgias viárias) (ABREU FILHO, 2006, p. 32).

quanto o ajardinamento da área criava um espaço de passeio e lazer. Por outro lado, a canalização em linha reta facilitaria o entrecruzamento das avenidas e ruas, existentes e a criar (PESAVENTO, 2002, p. 280).

Ainda, cabe ressaltar que o Plano de Melhoramentos não foi implementado durante a gestão de Montaury, ainda que o ensejo para a sua concepção tenha acontecido por incentivo deste intendente – que ficou à frente do governo porto-alegrense por 27 anos. Nesse sentido, é possível afirmar que foi durante o governo de Montaury que se instalou no imaginário da elite porto-alegrense o desejo pela modernização da capital e pela ressignificação dos espaços da cidade enquanto reflexos deste sonho do progresso. A imaginação de uma nova imagem urbana atrelada aos referenciais estéticos europeus trouxe novos contornos à capital gaúcha, mas foi somente a partir da gestão de Otávio Rocha que as reformas urbanísticas mais significativas contidas no Plano de 1914 foram implementadas. Nesse sentido, cabe contextualizar qual o projeto que o PRR imaginava para a capital gaúcha nesta transição de governos:

A Estratégia do PRR na capital se apoiava em três pontos básicos para garantir seus objetivos: a renovação acelerada da estrutura urbana para adaptá-la às novas demandas de uma cidade que crescia e se modernizava, a produção de uma paisagem urbana esteticamente compatível com esta modernidade, especialmente no centro, e a manutenção da ordem urbana através de um rigoroso controle social. O primeiro ponto requeria ações em saneamento, equipamento e circulação; o segundo ações de embelezamento e incentivo a novos tipos de edificação; e o terceiro o reforço à aliança entre o PRR e a burguesia comercial e industrial, com a escolha de Alberto Bins para vice de Rocha. Os dois primeiros tinham suas diretrizes no Plano Geral de Melhoramentos, fortalecido por Rocha em seu plano de obras ao escolher para início da reforma urbana a construção de três avenidas principais (ABREU FILHO, 2004, p. 60).

A gestão de Otávio Rocha estendeu-se de 1924 a 1928, e uma de suas primeiras ordens foi a criação da Comissão Especial de Obras Novas, que possuía como objetivo tratar algumas questões referentes às renovações pelas quais passava a estrutura urbana de Porto Alegre¹⁴. Ainda em seu primeiro ano de governo, Otávio Rocha encomendou a revisão do Plano Geral de Melhoramentos, a fim de discutir a viabilidade dos empreendimentos e operacionalizar a implementação do plano. Somente em 1927 foi concluída a

¹⁴ Foi também durante a gestão de Otávio Rocha, em 1925, que foi realizada a primeira proposta para canalização do Arroio Dilúvio, visto a grande preocupação com as enchentes que assolavam a capital de tempos em tempos (BURIN, 2008).

reedição, a partir da qual seguiram uma série de obras de reestruturação viária, dentre as quais a abertura da Avenida Borges de Medeiros – antigamente denominada General Paranhos – para conexão viária entre o centro da cidade e a zona sul. Além da abertura da avenida em si, também se definiu a construção de um viaduto por onde se faria a passagem da rua Duque de Caxias, em um projeto que previa uma grande modificação na área – previamente caracterizada por vários becos e vielas.

A descrição sugere um bulevar que passaria a representar um papel significativo na construção da paisagem moderna de Porto Alegre. O intendente concluía que se tratava de uma obra de viação de grande relevo, porque encurtaria o trajeto para todas as linhas de comunicação viária dos arredores do Menino Deus, Glória, Teresópolis e Partenon (SOUZA, 2010 *apud* LERSCH, 2014, p. 295).

A questão estética tinha importância porque trabalhava com elementos que remetiam diretamente às imagens das capitais de reconhecida modernidade urbana, e a “sala de visitas” do estado deveria ser bela, além de própria (ABREU FILHO, 2004, p. 60).

A gestão de Otávio Rocha foi marcada pelas inúmeras obras de remodelação urbana, que transformaram a cidade em um canteiro de obras e demarcaram a transformação da capital: o aspecto colonial que remetia ao passado e deveria ser apagado finalmente deu lugar ao progresso e à modernização, que se imprimiam na nova cara de Porto Alegre. Outra questão relevante é que todas as obras viárias empreendidas por Otávio Rocha tiveram suas diretrizes no Plano Geral de Melhoramentos, o que demonstra a relevância deste Plano para a concepção de Porto Alegre enquanto uma cidade moderna e alinhada ao que havia de melhor nas técnicas urbanísticas (ABREU FILHO, 2004; BURIN, 2008).

Com o falecimento de Otávio Rocha em 1928, Alberto Bins, seu vice intendente, assumiu a gestão de Porto Alegre, e foi durante o seu governo que as obras iniciadas pelo antecessor foram concluídas. Sob sua gestão, foram concluídas as obras de abertura das avenidas Borges de Medeiros e João Pessoa, além do asfaltamento das vias que conectavam o centro aos arredores da zona sul da cidade. Para além dos melhoramentos viários, a gestão de Alberto Bins trouxe continuidade às obras de saneamento e ampliação das redes de fornecimento de água. O grande destaque de seu governo, porém, foi a

realização da Exposição do Centenário Farroupilha no Parque da Redenção, de 20 de setembro de 1935 a 16 de janeiro de 1936 (BURIN, 2008).

Embora o ajardinamento dos Campos da Redenção estivesse previsto ainda no Plano Geral de Melhoramentos de 1914, foi só a partir da contratação do arquiteto Alfred Agache em 1929 que foi formalizado o projeto final de ajardinamento do local. Na ocasião do Centenário Farroupilha o projeto ainda não havia sido executado, de forma que foi adaptado para comportar a construção dos pavilhões e demais estruturas planejadas para receber a Exposição em 1935. Há de se chamar atenção para a escolha estilística moderna do projeto, “como modo de representar a imagem rio-grandense num contexto mais amplo” (FESTUGATO, 2012, p. 69) e trazer elementos do discurso da modernidade para este projeto que almejava ser símbolo do progresso da capital gaúcha.

De forma geral, a gestão de Alberto Bins é comumente lida como uma continuação da gestão de seu antecessor, Otávio Rocha; seu diferencial foi a consolidação da reforma urbana enquanto política contínua do governo municipal. Nesse sentido, Abreu Filho (2006, p. 84) afirma que Alberto Bins deu continuidade também às diretrizes contidas no Plano de Melhoramentos, porém também aponta certas diferenças entre os estilos de gestão deste governante e de Otávio Rocha:

Uma análise mais acurada, entretanto, revela grandes diferenças de ritmo, métodos e estratégia entre as duas gestões, uma ênfase maior de Bins no privilégio da expansão urbana em detrimento das custosas obras de reforma do centro, dificuldades financeiras e de arrecadação, e um certo esgotamento dos limites do Plano de Melhoramentos como orientador do desenvolvimento urbano da cidade.

Durante os anos 1920, Porto Alegre também passou por um processo intenso de expansão urbana, que se dava através de três processos específicos: densificação do centro da cidade, preenchimento de vazios entre as áreas já ocupadas e a implementação de loteamentos em localidades mais longínquas do centro. A expansão urbana seguia em todas as direções: a norte do centro, nos bairros operários; a nordeste, nos novos bairros voltados à classe média de origem alemã; a sul, nos loteamentos e chácaras rurais pertencentes às classes altas; e a leste, na intensa expansão dos loteamentos voltados para as classes

mais baixas. Ainda, cabe notar que “a modernidade urbana esteve condicionada à exclusão da área central da cidade para os estratos de menor poder aquisitivo” (STROHAECKER, 2005, p. 7), de forma que houve um processo intenso de expulsão das camadas mais pobres da população porto-alegrense para as regiões circundantes do centro.

Uma questão importante de pontuar é o papel das companhias imobiliárias nesta expansão urbana, visto que a partir de 1925, com a reforma do centro e os processos supracitados de expansão urbana, o setor imobiliário teve grandes lucros e passou a incorporar novas empresas de capital de origem alemã. Foi uma destas empresas que passou a dominar o mercado de terras em Porto Alegre: a Schilling Kuss & Cia Ltda.¹⁵ teve seu patrimônio imobiliário constituído ainda no início dos anos 20 com a aquisição de um grande contingente de chácaras na zona leste da cidade, na região que hoje abriga os bairros Petrópolis, Bela Vista, Chácara das Pedras e Três Figueiras. O caso desta empresa exemplifica a forma que se deu a expansão urbana de Porto Alegre durante a primeira metade do século XX, a partir da modernização do centro e da conseqüente emergência de padrões de segregação espacial, em que “os promotores fundiários tiveram um papel de destaque ao valorizarem de forma diferenciada porções de terra para fins de parcelamento” (STROHAECKER, 2005, p. 10).

A consequência direta dos processos de expansão urbana foi a necessidade de revisão das diretrizes de planejamento urbano, a partir do que o Plano Geral de Melhoramentos já não comportava as novas demandas de infraestrutura e organização espacial inauguradas com a intensa especulação imobiliária das primeiras décadas do século. A partir desse contexto surgem novos diagnósticos urbanísticos que retratam a urgência de um novo plano capaz de legislar e projetar sobre os espaços até então não explorados da capital, de forma que no final dos anos 20 a Prefeitura convida o arquiteto e urbanista francês Alfred Agache para elaborar um novo plano de melhoramentos

¹⁵ “Esta empresa foi instalada em 1926 com recursos provenientes do setor comercial de Porto Alegre. A sociedade era constituída por dois sócios: Jorge Júlio Schilling, pertencente à terceira geração de imigrantes alemães, e seu genro Arthur Eduardo Kuss, natural da Alemanha. Jorge Schilling era gerente da conceituada firma comercial Chaves & Almeida, além de acionista da Cia. Predial e Agrícola e da Cia. Força e Luz Porto Alegrense” (STROHAECKER, 2005, p. 9).

para Porto Alegre, a partir do qual emergem novos paradigmas urbanísticos que serão contemplados na seção posterior.

3.2 A urbanização ao longo do século XX – dos planos de urbanização aos planos diretores

A acelerada expansão urbana ocorrida nos anos 1920 abriu espaço para a encomenda de um novo plano que guiasse a transformação da cidade para além do centro, de forma que em 1929 Alberto Bins convidou o arquiteto e urbanista francês Alfred Agache para desenvolver um novo plano de melhoramentos, no estilo dos planos que surgiam em outras capitais como São Paulo e Rio de Janeiro. No entanto, o valor da proposta de Agache estava acima do que os cofres públicos municipais poderiam arcar na época, e as reações dos técnicos da Prefeitura e engenheiros locais também pesaram para a negativa da contratação de Agache: a possibilidade de contratação de um arquiteto estrangeiro para a resolução de problemas locais gerou controvérsias entre a classe de arquitetos e engenheiros porto-alegrenses (ABREU FILHO, 2006).

Descartada a contratação de Alfred Agache, em 1936 dois engenheiros da Diretoria de Cadastro da Prefeitura apresentaram um aprofundado estudo sobre o futuro da urbanização em Porto Alegre. Ubatuba de Faria e Edvaldo Pereira Paiva publicaram a *Contribuição ao Estudo da Urbanização de Porto Alegre* com base nas ideias de Agache e Prestes Maia no contexto dos Planos de Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente. O conteúdo do estudo foi desenvolvido durante um ano de pesquisas e projetos, e fazia um diagnóstico dos efeitos advindos da expansão urbana das últimas décadas: o esgotamento do sistema viário pelo aumento do tráfego motorizado e a dificuldade de locomoção entre o centro e as novas zonas de habitação. Assim, foi proposto um Plano de Avenidas baseado em estudos feitos anteriormente, ainda durante a gestão de Alberto Bins, e com inspiração na Teoria do Perímetro de Irradiação – utilizada por Prestes Maia no Plano de Avenidas para São Paulo. De forma geral, o Plano de Avenidas previa uma nova configuração viária para Porto Alegre, com a abertura de novas ruas e avenidas e alargamento de vias já existentes, além de um planejamento direcionado à criação de novos centros secundários nos bairros e à transformação da cidade segundo uma estrutura urbana multipolarizada (ABREU FILHO, 2006).

Para além do Plano de Avenidas, as pesquisas de Ubatuba de Faria e Edvaldo Pereira Paiva levaram à publicação de outros estudos, os quais foram reunidos na *Contribuição ao Estudo da Urbanização de Porto Alegre*. Os conteúdos do documento eram bastante diversos e traziam questões pertinentes ao desenvolvimento urbano de Porto Alegre à época, como a problemática das enchentes, a proposta de canalização do Riacho, novas propostas de bairros residenciais – os Planos de Expansão – e diagnósticos acerca da estrutura viária da cidade. No entanto, não há como negar que o documento estava centrado na concepção de uma reforma urbanística pautada pela reformulação viária do centro e seu entorno, com vistas à reestruturação da cidade com base nos modelos viários franceses, utilizados também por outros expoentes do urbanismo brasileiro à época – Agache e Prestes Maia. Esta crítica não busca desqualificar a relevância da *Contribuição* para o urbanismo porto-alegrense, mas sim demarcar as limitações de uma concepção de planejamento urbano baseada na transposição de modelos pré-existentes para realidades distintas.

Em 1937, em função da disputa entre o projeto autonomista do governador do Rio Grande do Sul e as tendências centralizadoras de Getúlio Vargas, o clima político na capital gaúcha torna-se insustentável para ambos Flores da Cunha e Alberto Bins, que decidem renunciar aos cargos de governador e prefeito. No lugar de Bins, por indicação do próprio Getúlio, assume Loureiro da Silva, e a sua gestão será marcada pelo seu ambicioso compromisso com a modernização física acelerada de Porto Alegre. É assim que em 1938 foi contratado o engenheiro-arquiteto Arnaldo Gladosch – que havia auxiliado Agache na elaboração do Plano do Rio de Janeiro – para elaborar um Plano Diretor para a cidade, visto as limitações tanto do Plano Geral de Melhoramentos quanto dos planos de Pereira Paiva e Faria para os novos projetos modernizantes da capital (BURIN, 2008).

Cabe ressaltar que a gestão de Loureiro da Silva acaba com os quarenta anos de hegemonia do PRR e marca um novo momento na política gaúcha, com forte apoio político e popular pela sua conexão com o regime de Vargas e o projeto de modernização conservadora. Assim, o estilo de governo de Loureiro da Silva não prescindia da aprovação de seus projetos na Câmara Municipal; o prefeito respondia diretamente ao governador e por isto tinha grande liberdade

para empreender suas estratégias de governança sem precisar de apoio legislativo. Foi em grande parte isso que possibilitou os sucessos de sua gestão, que também foi marcada pela criação de diversos Conselhos Municipais para trazer apoio e legitimidade aos projetos para a capital. É nesse contexto que em 1938 foi criado o Conselho do Plano Diretor, um órgão consultivo que se constituía enquanto fórum para debate dos planos, projetos e obras públicas empreendidos pela prefeitura. Embora a justificativa para a sua criação tenha sido a promoção de um debate multissetorial acerca das políticas urbanas, na verdade o Conselho era um instrumento de divulgação e legitimação dos projetos de autoria da prefeitura (ABREU FILHO, 2006).

Loureiro da Silva defendia a ideia de uma cidade que fosse *patrimônio público*, e para isso via a necessidade de um Plano Diretor para orientar “diretrizes de longo prazo para a cidade, direcionando seu desenvolvimento e enquadrando o plano de obras que pretendia iniciar” (ABREU FILHO, 2006, p. 122). É nesse contexto que Gladosch é convidado a elaborar o primeiro Plano Diretor de Porto Alegre, visto sua formação técnica especializada em arquitetura e urbanismo e sua experiência na elaboração do Plano do Rio de Janeiro ao lado de Agache. Assim, ao longo de cinco anos – entre 1939 e 1943 – foram elaborados quatro estudos sucessivos sobre a cidade, sendo que o último foi considerado definitivo por inspirar, posteriormente, a publicação de um documento baseado em sua Planta de Urbanismo: o *Plano Diretor da Cidade de Porto Alegre – Anteprojeto*. Em linhas gerais, os estudos de Gladosch para a cidade sistematizam

[...] estudos parciais desenvolvidos pela administração municipal em quase duas décadas, dá continuidade às principais propostas do Plano Maciel para a área central, e consolida a visão radioconcêntrica da estrutura urbana de Porto Alegre (ABREU FILHO, 2006, p. 124).

A apresentação dos projetos se dava logo após sua conclusão, em encontros do Conselho do Plano Diretor, e posteriormente Gladosch conduzia estudos secundários para detalhar questões pontuais dos planos iniciais. Era comum, no entanto, que algumas das obras sugeridas pelos planos fossem feitas antes mesmo da sua consolidação enquanto Plano Diretor, visto o empenho de Loureiro da Silva em acelerar o processo de urbanização da cidade. Exemplos de obras implementadas durante este período são a abertura da Avenida

Farrapos, a finalização das obras da Avenida Borges de Medeiros, a abertura da Avenida 15 de Novembro (atual Salgado Filho) e o início da canalização do Riacho, com obras de saneamento e reloteamento das áreas de entorno.

Apesar dos esforços empregados tanto pelos técnicos da Prefeitura na condução de estudos complementares ao Plano, quanto pelo próprio Gladosch na elaboração dos projetos e anteprojetos, as ambições iniciais de execução do Plano Diretor no seu conjunto se esgotaram ao longo dos anos. Isto porque a prioridade passou a ser a execução de obras de maior urgência para a gestão municipal, a exemplo das obras que sucederam a grande enchente de 1941. Além disso, com a saída de Loureiro da Silva em 1943 – em função do seu próprio “desencanto com os limites de seu projeto político” (ABREU FILHO, 2006, p. 128) – não houve fôlego para a continuidade das políticas urbanas empreendidas durante sua gestão. Aqui, cabe pontuar um dos últimos atos políticos empreendidos por Loureiro da Silva antes de sua saída da Prefeitura: a compilação e publicação dos estudos de Gladosch para Porto Alegre, sob o título de *Um Plano de Urbanização*.

O documento contém projetos já executados, em execução e a executar por esta administração. Nele também se encontram, nos moldes do documento *Contribuição*, uma evolução histórica de Porto Alegre e seus problemas atuais, os primeiros planos para a cidade, e justificativas da necessidade da criação de um Plano. Além disso, o documento contém também atas de reuniões relativas às apresentações dos projetos de Gladosch ao Conselho do Plano Diretor e apresenta, pela primeira vez, aportes teóricos e conceituais sobre plano diretor e expediente urbano (BURIN, 2008, p. 74).

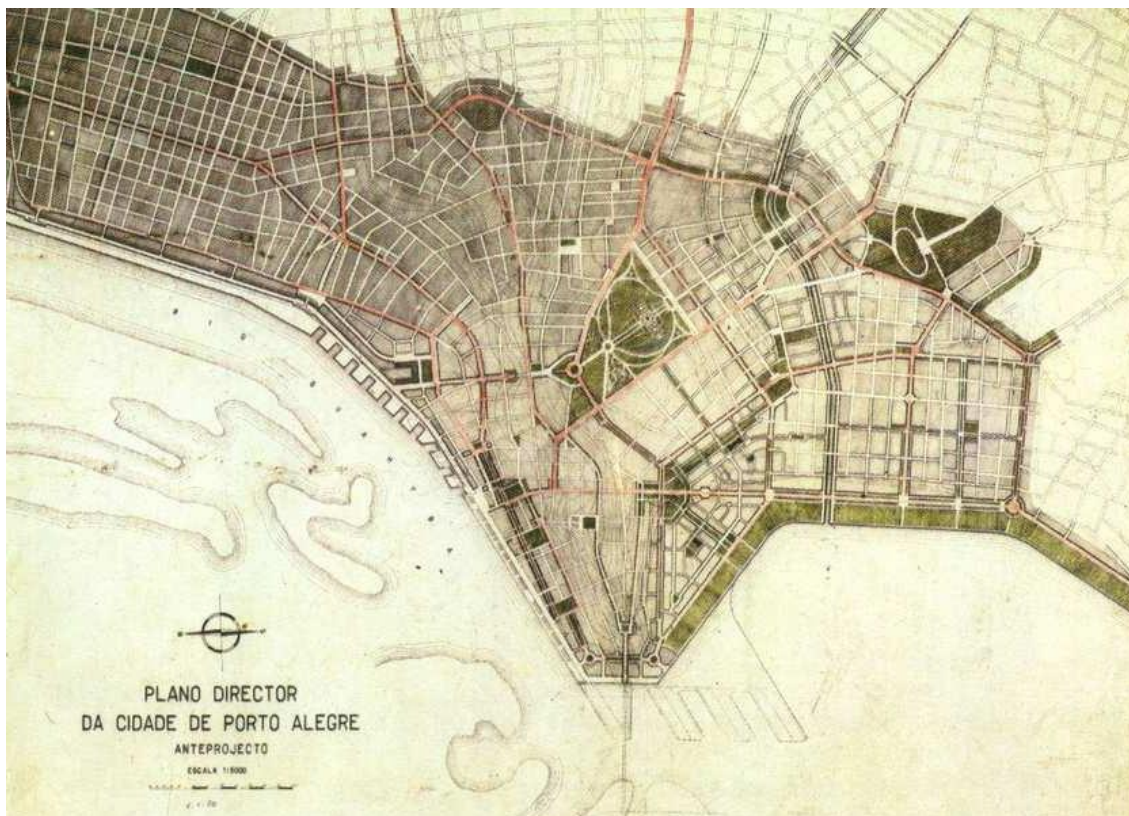
A grande crítica a este documento é a desorganização e falta de clareza de sua estrutura e conteúdo. O técnico responsável pela elaboração do *Plano de Urbanização*, Edvaldo Pereira Paiva, deliberadamente ocultou as contribuições de Gladosch ao longo do documento, diluindo a relevância de seu trabalho para a concepção do Plano Diretor. O trabalho de Abreu Filho (2006) investiga a contribuição de Gladosch para a elaboração do Plano Diretor por meio da análise de seus discursos e apresentações nos encontros do Conselho, e a partir disto detalha o trabalho e as concepções técnico-teóricas do urbanista. Em linhas gerais, o autor analisa as 11 Reuniões do Conselho das quais Gladosch participou e expôs seus projetos, e resume assim o trabalho do urbanista ao longo dos anos em que esteve à frente do planejamento do Plano Diretor:

Gladosch ocupa-se sucessivamente do urbanismo como ciência e arte de modelar a cidade, do Plano Diretor como seu instrumento privilegiado, e da definição de seus elementos (a pesquisa urbana, o zoneamento, o sistema viário e o loteamento) e métodos. Eles são a seguir aplicados sobre a cidade real através do Anteprojeto do Plano Diretor para Porto Alegre, e do detalhamento de uma série de projetos urbanos e arquitetônicos (ABREU FILHO, 2006, p. 154).

A partir da apreensão de conhecimentos técnicos do campo do urbanismo comuns à época, como o planejamento territorial, o zoneamento e as legislações urbanísticas, Gladosch constitui um repertório específico de técnicas e discursos e busca aplicá-lo em seus estudos para Porto Alegre. Seus inúmeros mapas, estudos, projetos e anteprojetos evidenciam o domínio da técnica urbanística, e o conjunto de sua obra mostra as influências das escolas alemã e francesa em seus trabalhos¹⁶. Em linhas gerais, pode-se dizer que as orientações teóricas que inspiraram Gladosch foram três: o modelo ideal de cidade radioconcêntrica, o zoneamento enquanto estratégia de organização da expansão urbana e a criação de *superfícies verdes* para o embelezamento da cidade. Estes três eixos são referenciados em todos os projetos e anteprojetos de Gladosch – não necessariamente estando presentes ao mesmo tempo nestes documentos, em função do escopo de cada projeto e anteprojeto –, e moldaram a forma como o Plano Gladosch foi concebido e desenvolvido.

¹⁶ “Planos e projetos seguem uma abordagem que incorpora a linha metodológica do SFU (tendo o Plano Agache para o Rio como precedente básico), à do “urbanismo alemão” (especialmente no *zoning* e na insistência nos processos de loteio urbano) e uma linha morfológica tributária tanto do urbanismo francês (também chamado “urbanismo formal”) quanto do movimento “Cidades-Jardim”, especialmente do projeto de H. P. Berlage para a Extensão Sul de Amsterdam, ponto de convergência das duas escolas e referência explícita para o projeto da face sul da península no aterro da Praia de Belas” (ABREU FILHO, 2006, pp. 124-125).

Figura 2 – Plano Gladosch (1943)



Fonte: MACHADO (2014)

Conforme visto anteriormente, quando da saída de Loureiro da Silva da gestão municipal, o trabalho de Gladosch ainda não havia sido implementado na forma de um Plano Diretor. A falta de continuidade administrativa impossibilitou as articulações políticas necessárias à efetivação do Plano em seu conjunto, de forma que ao final dos anos 40 a administração do desenvolvimento urbano em Porto Alegre “se dava a partir da aplicação de dispositivos largamente casuísticos, adaptados das diretrizes legadas por Gladosch e seus projetos e estudos, a maior parte ainda não institucionalizada, ou produto de legislação anterior” (ABREU FILHO, 2004, p. 181). Nesse contexto de desorganização das políticas urbanas por parte da administração municipal, e face o acelerado ritmo de densificação do centro e as pressões causadas pela expansão urbana nos bairros, em 1950 Edvaldo Pereira Paiva delega ao arquiteto Demétrio Ribeiro a elaboração do *Anteprojecto de planificação de Porto Alegre de acordo com os princípios preconizados pela Carta de Atenas*, que foi finalizado e publicado no ano seguinte.

O *Anteprojeto* foi elaborado com base nos levantamentos feitos no Expediente Urbano de 1942 e nos estudos publicados na *Contribuição*, inovando mais no formato de apresentação do que nas inspirações que levaram à sua escrita. As principais inspirações para a elaboração do *Anteprojeto* foram as ideias de Le Corbusier e os ideais apresentados na Carta de Atenas, a partir dos quais são elencadas quatro funções urbanas essenciais para definir o zoneamento na cidade: *habitar*, *circular*, *trabalhar* e *recrear*. Assim, de acordo com as funções supracitadas, Pereira Paiva e Ribeiro organizaram o *Anteprojeto* de acordo com alguns objetivos específicos, como direcionar a expansão urbana para áreas prioritárias, definir limites para a densificação e verticalização e pontuar atualizações para a legislação urbanística vigente (SOUZA; MÜLLER, 1997; ABREU FILHO, 2006).

A primeira função, *habitar*, está distribuída em cinco tipos de zonas, inspiradas no conceito de unidades de habitação comum ao modelo de cidade-jardim americano. As zonas menores e mais densas estão concentradas na área central, enquanto as zonas maiores estão localizadas nas periferias, com o objetivo de manter um equilíbrio em termos populacionais. Já a segunda função, *trabalhar*, busca definir zonas comerciais e industriais com base nas configurações já existentes de concentração desse tipo de atividade, e, nos bairros, a ideia era incentivar a concentração dos centros de comércio nas avenidas. A função *circular* busca definir um sistema radioconcêntrico, conforme imaginado ainda por Ubatuba de Faria nos anos 1930, de forma a criar avenidas rápidas que cruzassem as perimetrais e permitissem maior conectividade entre os bairros e o centro. Por fim, a função *recrear* retoma pontos presentes nos planos anteriores e propõe um sistema de áreas verdes, além de definir a localização específica de alguns equipamentos culturais e de lazer.

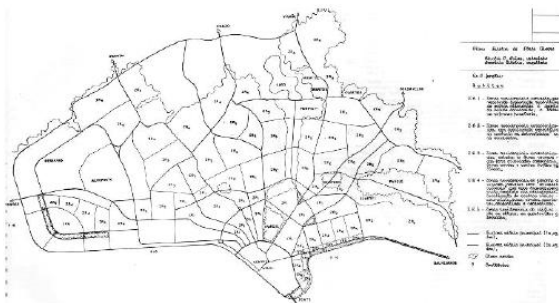
Em relação às pretensões do *Anteprojeto*, Abreu Filho (2006, p. 184) constata que:

O estudo é definido como de caráter esquemático, tendo como objetivo "(...) apresentar um método de aplicação prática dos princípios da urbanística, visando obter o máximo possível dentro das condições atuais de Porto Alegre" (p. 20). Assim, trata-se de uma aplicação prática, sobre uma cidade concreta (Porto Alegre), de conceitos urbanísticos gerais, enfocando os aspectos qualitativos dos problemas urbanos na falta alegada de elementos quantitativos exatos. Colocando-se numa perspectiva de continuidade histórica com os

planos anteriores, inclusive com sua própria experiência, Paiva pretende explicitamente, entretanto, “elevá-los a um nível superior”, tendo como premissa básica organizar a cidade.

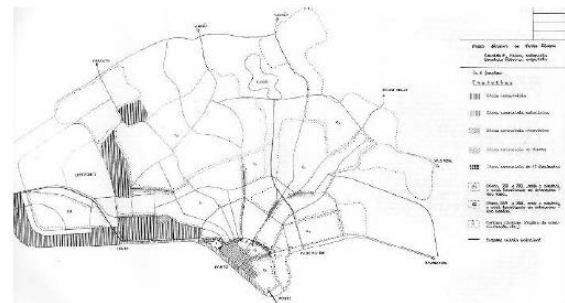
A organização da cidade se daria a partir da zonificação – que separaria regiões de acordo com a função e a densidade almejadas – e da descentralização urbana por meio da ampliação do centro e do estímulo à criação de novas áreas residenciais em locais de baixa densidade. É nesse contexto que se justifica a apresentação de mapas específicos correspondentes a cada função do Plano, de forma que o *Anteprojeto* conta com quatro mapas que resumem as modificações almejadas por Pereira Paiva e Ribeiro.

Figura 3 – Função Habitar



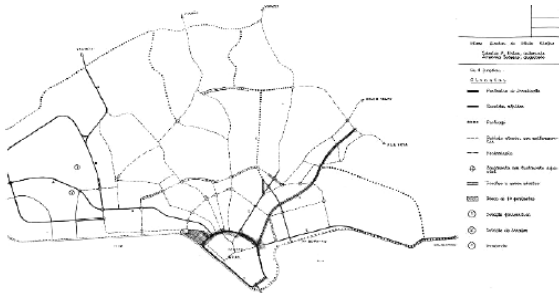
Fonte: ABREU FILHO (2006)

Figura 4 – Função Trabalho



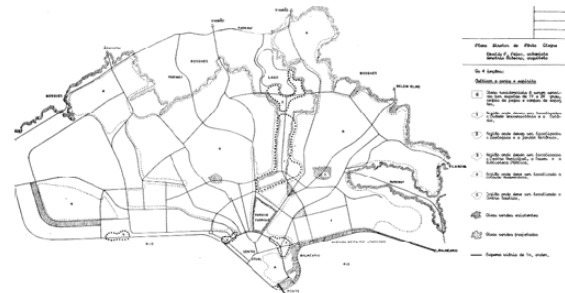
Fonte: ABREU FILHO (2006)

Figura 5 – Função Circular



Fonte: ABREU FILHO (2006)

Figura 6 – Função Recrear



Fonte: ABREU FILHO (2006)

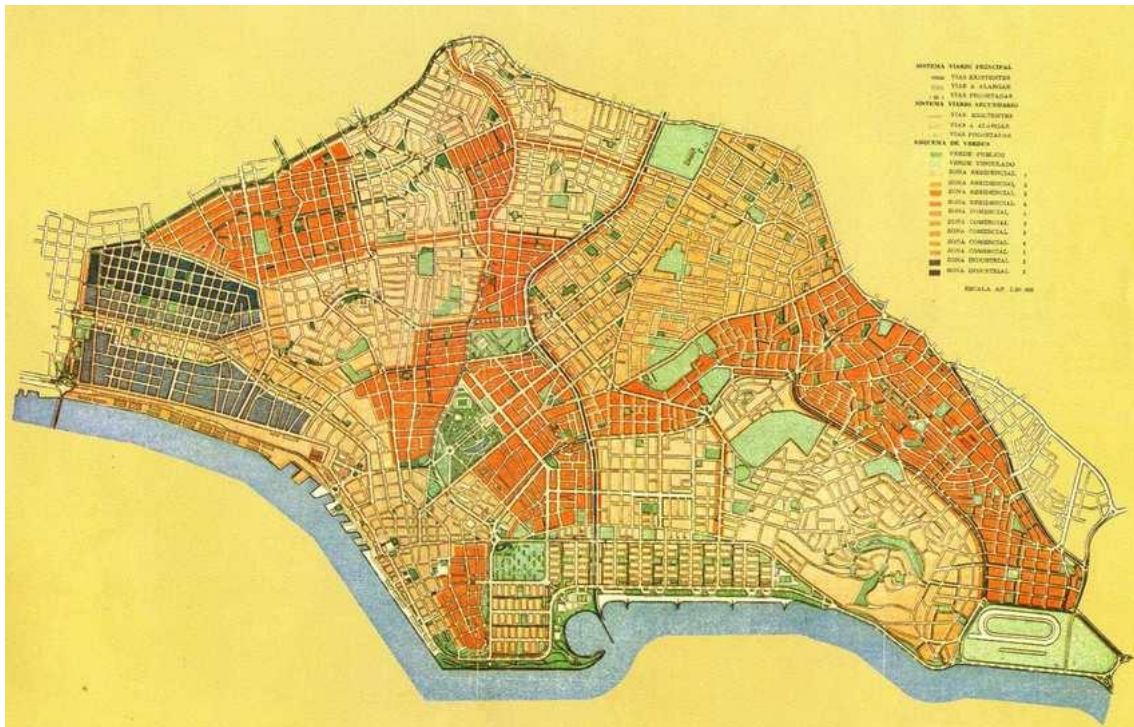
A grande contribuição do *Anteprojeto*, no entanto, é a conclusão do estudo, em que Paiva defende que este Plano contém as bases técnica e normativa necessárias para torná-lo o primeiro Plano Diretor de Porto Alegre. Para tanto, o engenheiro definiu três medidas necessárias para viabilizar a implementação do Plano: a criação de um corpo técnico permanente para orientação junto ao poder público em relação às questões urbanísticas, a definição de elementos reguláveis por meio da Lei de Zoneamento (como a

delimitação de usos e densidades por cada zona) e a realização de algumas obras conforme definido no Plano, a fim de dar início à nova configuração urbana da cidade. Estas recomendações foram o grande marco do *Anteprojeto*, uma vez que, nos Planos desenvolvidos até então, não havia uma preocupação com o desenvolvimento de instrumentos técnico-administrativos que pudessem viabilizar a implementação dos Planos no médio e longo prazo.

Pode-se afirmar que o *Anteprojeto* abriu caminho para a elaboração primeiro Plano Diretor de Porto Alegre – desenvolvido a partir de 1954 e publicado em 1959 –, uma vez que este é considerado fruto do “esforço intelectual iniciado vinte anos antes, mantendo com coerência as mesmas ideias básicas sobre a cidade, os princípios urbanísticos e a concepção do plano e do planejamento” (ABREU FILHO, 2006, p. 222). Edvaldo Pereira Paiva foi o responsável pela articulação e consolidação do Plano de 1959, em um contexto de intensa verticalização dos espaços centrais da cidade e da consequente especulação imobiliária que tomou conta da capital. Assim, a missão do corpo técnico liderado por Paiva consistia em frear o intenso processo de densificação do centro urbano por meio de legislações específicas de controle da intensidade de ocupação do solo, na esteira do que já vinha sendo construído por Paiva desde os estudos para o *Anteprojeto*. Nesse sentido, o Plano Diretor de 1959 é considerado um marco regulatório em termos de planificação urbana, definição de legislações urbanísticas específicas e de remodelação viária¹⁷, sendo o primeiro Plano de Porto Alegre a de fato ser implementado em sua quase totalidade.

¹⁷ “Para algumas questões, trata-se de um Plano “conservador”, procurando regulamentar e organizar situações existentes ou tendências de crescimento urbano, como distribuição espontânea de usos, características do sistema viário, importância das radiais, e institucionalização de dispositivos morfológicos já praticados desde a década de 40. Para outras, propõe rupturas importantes [...]. Podemos apontar como exemplos a redução significativa no aproveitamento construtivo dos terrenos, a indução tipológica nas avenidas radiais e nos bairros residenciais, e uma visão anti-industrial que estabelecia limites rígidos para as atividades produtivas na cidade [...]” (ABREU FILHO, 2006, p. 254).

Figura 7 – Plano Diretor de Porto Alegre (1959)



Fonte: ABREU FILHO (2006)

3.3 Desvendando a história de Porto Alegre: planejamento para quem?

As últimas duas seções discorreram sobre a evolução da urbanização de Porto Alegre desde o fim do século XIX até a metade do século XX. Esses mais de cinquenta anos de história, quando retratados pelas leituras do Planejamento Urbano, parecem ter passado sem grandes conflitos em termos das inúmeras remodelações e reformas pelas quais a cidade passou. No entanto, outras leituras – como as de Sandra Pesavento (1999a, 1999b, 2001, 2002, 2008), Daniele Vieira (2017), Marcus Vinicius Rosa (2014), Ana Luiza Koehler (2015), Helena Bonetto (2018) e Neila de Araujo (2019) – apontam que o curso dessa história foi muito menos linear do que se debatia até então: entre a idealização dos planos e a realização das reformas urbanas, foram inúmeros os deslocamentos e desapropriações executados em nome da modernidade. A partir da leitura dos trabalhos supracitados, é possível dizer, então, que o planejamento tratou dos problemas da cidade de forma a muitas vezes ignorar a dimensão social destes problemas, criando situações em que os mais pobres não eram contemplados pelos discursos e práticas de desenvolvimento urbano.

Há ainda um importante recorte a ser feito nesta análise: de acordo com Vieira (2017), Pesavento (1999a, 1999b, 2001, 2002, 2008) e Koehler (2015), parte considerável desta parcela pobre da população porto-alegrense era negra, e, ainda que isso representasse uma problemática social específica à época, ao analisar a história dos Planos e Projetos para a cidade no período acima delimitado, não há sequer menção à configuração racial dos espaços que eram alvo das políticas de urbanização. A história do planejamento urbano em Porto Alegre, então, parece acontecer em um plano ideal, em que não há conflitos sociais, hierarquizações raciais ou tensões decorrentes da descaracterização de determinados espaços da cidade para dar lugar a novas configurações urbanas. É como se a história acontecesse de forma dissociada dos conflitos resultantes das intervenções urbanísticas defendidas nestes Planos e Projetos, e como se o planejamento urbano fosse uma ferramenta técnica completamente neutra em relação aos problemas que desejava resolver – e incapaz de olhar os novos problemas que criava ao longo desses processos.

Nesse sentido, cabe analisar de que forma a produção da cidade a partir do planejamento também legitimou uma série de deslocamentos e, conseqüentemente, intensificou processos de periferização das populações que antes ocupavam os espaços alvos das reformas urbanas. Sandra Pesavento (1999a) cunhou o termo “cinturão negro” para denominar a faixa territorial ocupada por essa população expulsa do Centro da cidade a partir da implementação das políticas de melhoramento urbano, fixando espaços “em torno da cidade que se queria bela, branca e higiênica” (PESAVENTO, 1999a, p. 31).

Este processo se intensificou durante o fim do século XIX e início do século XX, como consequência da desagregação da escravização e do maior número de negros vivendo no centro da cidade em busca de trabalho. No entanto, a mão de obra valorizada era a do imigrante branco e seus descendentes, de forma que as oportunidades eram direcionadas a esta parcela da população porto-alegrense; a população negra passou a formar, em parte, uma massa precarizada de trabalho que não encontrava espaço no mercado formal e, por isto, nem sempre reunia as condições materiais necessárias para permanecer nas regiões mais centrais da cidade. Cabe ressaltar, ainda, que afirmar que houve um cinturão negro no entorno do Centro não significa que *toda* a população negra da cidade migrou para estes espaços; grande parte fixou moradia no Centro e ali permaneceu – seja pela facilidade de acesso aos mercados, seja por já ter configurado um sentimento de pertencimento àquele lugar (VIEIRA, 2017).

No entanto, para a elite branca porto-alegrense, “a mistura e convivência, lado a lado, de espaços e vivências díspares incomodava a ‘moral pública’” (PESAVENTO, 1999a, p. 31), e é nesse contexto que começaram a surgir os discursos de higienização e embelezamento, os quais foram aos poucos sendo absorvidos e justificados pelos discursos técnicos e, enfim, incorporados pelas políticas de melhoramento urbano – a exemplo do primeiro esboço de plano urbano para Porto Alegre, o Plano de Melhoramentos de 1914. A virada do século marca esse importante momento de renovação do imaginário urbano para as elites locais, que buscam transformar a cidade em um símbolo da

modernidade e, para isto, lançam mão de discursos que valorizam a ordem, a higiene e a beleza em contraposição à cidade real.

Objeto de um discurso higienista, que se articulava a uma política moralizadora, as vivências e territórios dos pobres são tematizados como focos da criminalidade, prostituição e promiscuidade. Desterritorializados do centro em função da política saneadora que acompanha o crescimento urbano, os pobres são “varridos” para as zonas mais afastadas. [...]

As áreas que se transformaram em reduto das camadas populares distinguem-se daquelas zonas nobres, habitadas pelos grupos mais abastados. No centro da cidade e nessas zonas, são realizadas intervenções urbanísticas de acordo com um projeto burguês (PESAVENTO, 1999a, p. 58).

É nesse sentido que se sugere o caráter branco e burguês do planejamento urbano ao longo deste início de século: ao propor para a cidade uma ordem imaginada de beleza e higiene, os planos delimitam os espaços aptos a serem ocupados pelas elites e, concomitantemente, excluem a população preta e pobre de partilhar a vivência nesses mesmos espaços (PESAVENTO, 1999b). Cabe aqui também trazer o forte caráter colonial desses discursos de urbanização, uma vez que os espaços criados para esta burguesia tinham como referência principal as cidades europeias, e buscavam reproduzir em Porto Alegre os lugares e sociabilidades comuns ao velho continente:

Com o seu perímetro urbano dilatado. Porto Alegre se projetava como espetáculo burguês do "viver em cidades". As confeitarias, os cafés, os teatros, as associações carnavalescas, os hipódromos, o *footing* da Rua da Praia, as sessões dos cinematógrafos constituíam as ambiências e as socialidades que atuavam como palco de uma moda europeia para a burguesia porto-alegrense (PESAVENTO, 1999a, p. 59).

A ideia de uma Porto Alegre moderna trazia consigo referências de um futuro que apagasse os rastros do passado colonial: becos, construções irregulares, cortiços, trapiches; tudo isto não deveria ocupar espaço na cidade moderna. É nesse sentido que se aponta o início do século XX enquanto um momento de transição, em que

[...] a população negra passa a deslocar seus locais de habitação para os arraiais imediatos ao espaço central, buscando manter a proximidade do trabalho em geral localizado no Centro. Os mecanismos identificados como impulsionadores do deslocamento da população pobre e negra foram o aumento de impostos na zona urbana, nesta época, o perímetro central, as novas regras para construções (que proibiam casas de madeira e térreas, por exemplo) e

a crescente taxaço dos cortiços, visando extinguir estas habitaçoes coletivas daquele espaço (VIEIRA, 2017, p. 168).

No entanto, essas preocupaçoes náo se davam somente no campo estético e arquitetônico: as sociabilidades que aconteciam nestes lugares também eram mal vistas por este novo olhar sobre a cidade, a exemplo da forma como os modos de viver da gente preta e pobre eram retratados nos jornais locais e suas festividades eram reprimidas pelo policiamento ostensivo (PESAVENTO, 1999a; 1999b). É nesse contexto que as habitaçoes e espaços recreativos dos pretos e pobres são marginalizados – tanto concreta quanto figurativamente – pela elite branca, o que resultou em uma busca pela uniformizaço do espaço urbano que reprimiu e condenou fortemente as práticas sociais desta parcela da populaço. Para além da transformaço arquitetônica, a destruiço material dos becos e casebres objetivou também desarticular as expressões culturais do povo negro, como os batuques e demais festividades que ocorriam nestes lugares, conforme aponta a pesquisa de Vieira (2017). As ditas sociabilidades indesejadas passavam a fazer parte de um imaginário social de marginalidade e imoralidade, em contraposiço às ideias de uma cidade limpa e ordenada – planejada para as sociabilidades brancas.

Em sociedades nas quais a colonialidade e o peso do racismo é algo pungente, valores culturais brancos são instituídos como norma e refletem os interesses dos brancos, assegurando-lhes privilégios e dando-lhes suporte para que, conscientemente ou inconscientemente, se beneficiem da discriminaço racial. Grupos dominantes podem pensar que não são dados a práticas racistas, mas na realidade, garantem à discriminaço “um funcionamento mascarado ou invisível ao mesmo tempo em que tiram vantagens delas” (WIEVIORKA, 2007: 38). O racismo, articulado às relaçoes de classes, ao capitalismo e um dos seus suportes centrais, a colonialidade, aprofunda não apenas as desigualdades econômicas, mas também mecanismos de dominaço cultural (PANTA; SILVA, 2020, p. 42).

Assim, enquanto a elite branca frequentava os espaços que foram planejados para si própria, como o Jockey Club, os cafés e os bailes nos clubes e sociedades recreativas; a populaço preta e pobre constituía também os seus próprios espaços de lazer, seja nos batuques, botecos ou carnavais de rua. A Porto Alegre moderna não era a cidade ausente de conflitos sociais – como pode parecer quando enxergamos a urbanizaço enquanto movimento motriz da modernidade –; ela era a cidade da escancarada dicotomia entre os espaços planejados e os espaços reprimidos, o lazer aprazível e o lazer condenável, as

sociabilidades requintadas e as sociabilidades imorais. A ausência de ditas dicotomias nos Planos e Projetos não os torna neutros: a ausência evidencia que existia um lado da cidade que se almejava esconder, esquecer, destruir, e era o lado belo e moral que deveria transmitir a ideia de modernidade (PESAVENTO, 1999a).

As intenções e objetivos do planejamento urbano nesta primeira metade do século XX, em linhas gerais, não se alteram: saneamento, embelezamento e melhoramentos viários são alguns dos termos comuns aos Planos analisados anteriormente. A grande questão que aqui se levanta é o claro direcionamento das políticas de urbanização para determinados lugares, a fim de conferir privilégios simbólicos a uma elite local que buscava a todo momento distanciar-se de tudo que diverge do seu ideal de branquitude. E é talvez o conceito de branquitude que explica, em grande parte, o ocultamento das tensões sociais que surgiram com os processos de urbanização da cidade; o não reconhecimento de conflitos raciais e o conveniente apagamento desta parte da história da cidade são sintomas de uma articulação sociopolítica da branquitude.

Mariana Panta estuda a relação entre o processo de urbanização de Londrina, no Paraná, e a formação de uma identidade para a cidade pautada pela colonialidade, e seu trabalho mostra que os processos de ocultamento das histórias não-brancas foram parte central da construção da identidade londrinense. Alguns pontos de sua análise cabem também na presente pesquisa, uma vez que existem questões comuns entre a história destas duas cidades do Sul do Brasil, sendo a maior delas a influência das políticas de branqueamento – com os incentivos à imigração de europeus para a região – nos processos de formação das identidades locais. Nesse sentido, a autora destaca:

Londrina, sem deixar de constituir-se com suas especificidades, acabou inserindo-se no projeto de construção de uma identidade atrelada à branquidade, contribuindo para a invisibilização do negro tanto na história oficializada da cidade, quanto nos lugares de circulação pública, onde se projetou uma materialidade simbólica, hoje grafada no espaço urbano, que omite outras realidades. Sob o prisma das circunstâncias sociais, políticas e culturais e dos interesses dos grupos detentores do poder, os negros não precisavam ser lembrados, uma vez que sua serventia se restringiu ao vigor de sua força de trabalho. A significância de sua mão de obra, todavia, não abrandava o estigma de pertencer à raça considerada inferior, incompatível com a imagem do progresso (PANTA; SILVA, 2020, p. 46).

Conforme apontado no capítulo anterior, esses processos identitários da branquitude se caracterizam pelo não autorreconhecimento enquanto um grupo identitário que se beneficia da estrutura racial que sustenta estes privilégios. Apontar que o planejamento urbano em Porto Alegre sugere um enviesamento dos espaços planejados para e a partir da branquitude significa reconhecer suas limitações, ao mesmo tempo que nos permite avaliar de forma crítica os resultados destes Planos e Projetos para as populações não brancas que aqui viviam. Conforme delineado no capítulo anterior, a branquitude é lida aqui não somente enquanto a coletividade das pessoas brancas, mas também como um sistema de determinação de lugares sociais específicos de acordo com a raça (BENTO, 2002).

Nesse sentido, apontar a influência de uma ideologia da branquitude sobre processos em que esta leitura racial não tenha sido feita a priori – como é o caso dos Planos Urbanísticos de Porto Alegre, afinal, não há delimitação escrita do direcionamento destes Planos a populações específicas – sugere que, embora não haja evidência escrita nos Planos sobre quaisquer preocupações com a configuração racial dos espaços da cidade, é justamente esta ausência de uma reflexão crítica a respeito do direcionamento das políticas de urbanização a espaços específicos da cidade que configura a invisibilização da raça nos processos urbanos, em um processo característico da ideologia da branquitude: a cegueira racial (BENTO, 2002).

É por este motivo que o próximo capítulo abordará três momentos distintos da urbanização de Porto Alegre, circunscritos no marco temporal do final do século XIX até a metade do século XX, a fim de elucidar de que forma os discursos de modernização e embelezamento carregavam consigo o desejo pelo ocultamento das histórias e sociabilidades indesejadas pela burguesia branca porto-alegrense, conforme apontam as pesquisas de Sandra Pesavento (1999a, 1999b, 2001, 2002, 2008), Daniele Vieira (2017), Marcus Vinicius Rosa (2014), Ana Luiza Koehler (2015), Helena Bonetto (2018) e Neila de Araujo (2019).

4. AS CENAS: RECORTES DA HISTÓRIA DE PORTO ALEGRE

Este capítulo irá trazer três recortes temporais específicos da história de Porto Alegre, com o objetivo de tratar aspectos da história do Planejamento Urbano frequentemente ignorados pelas abordagens historiográficas mais tradicionais. As cenas aqui apresentadas representam três movimentos distintos, porém com características semelhantes: a abertura da Avenida Borges de Medeiros e a destruição do Beco do Poço, a urbanização do Parque Farroupilha e a desarticulação das memórias relacionadas aos Campos da Redenção e as obras de canalização do Arroio Dilúvio e o desmembramento da Ilhota.

Embora estes três momentos históricos ocorram com décadas de distância, é possível apontar uma tendência na forma como o Planejamento Urbano tratava estes territórios: os discursos modernizantes – ajardinamento, embelezamento, melhorias viárias e de higiene – estiveram por detrás dos projetos que executaram estas intervenções. E ditas intervenções ocorreram não em espaços vazios, mas sim em lugares com suas próprias dinâmicas de sociabilidade e características de ocupação específicas: as tavernas e batuques dos becos do Centro, as festividades religiosas do candombe nos Campos da Redenção e a própria existência do território negro da Ilhota, com toda sua efervescência cultural – a música e o carnaval eram grandes destaques deste território.

O que as cenas buscam tensionar, ao longo do capítulo, é a contraposição entre os discursos da modernidade e as territorialidades que eram presentes nos lugares objetos das intervenções urbanísticas. Dito progresso não poderia coexistir com a presença de manifestações culturais da identidade afrodiáspórica? Por que estes lugares tiveram suas histórias ocultas para dar lugar às obras de modernização da cidade? Não seria possível coabitar no imaginário porto-alegrense a modernização da infraestrutura urbana e a preservação do patrimônio dos territórios negros da cidade? Estas perguntas servem para indicar os caminhos que a pesquisa percorrerá ao longo das próximas seções, buscando sempre localizar racialmente os agentes promotores da modernização – a burguesia branca – e os sujeitos que sofreram os processos de apagamento territorial – os pretos e pobres.

Helena Bonetto (2018), em sua tese de doutorado intitulada “A invisibilidade negra na cidade de Porto Alegre – uma pesquisa sobre imaginários urbanos”, estuda as estratégias de visibilização das representações da história negra na cidade e a dificuldade em desafiar o imaginário social dominante, que retrata a história da cidade a partir das contribuições dos imigrantes europeus e do que chama de *escrita espacial branca*. Nesse sentido, a autora afirma que “a cidade de Porto Alegre apresenta no seu imaginário urbano o predomínio das representações dos imigrantes europeus relacionadas à fundação da cidade e vinculado ao trabalho que possibilitou seu desenvolvimento” (BONETTO, 2018, p. 13). A *escrita espacial negra*, representada pelas mobilizações no entorno de reivindicação da história dos territórios negros da cidade e de visibilização das memórias espaciais vinculadas a esta história, fica em segundo plano quando considerada a hegemonia da representatividade branca/imigrante/europeia na identidade gaúcha. Para Bonetto, a cidade de Porto Alegre é emblemática, neste sentido, porque carrega em si os símbolos deste orgulho das heranças da imigração europeia – nas estátuas erguidas nos parques, na denominação das ruas da cidade e na escolha dos símbolos representativos de sua cultura, em geral – ao mesmo tempo que dificulta o reconhecimento das escritas espaciais negras na cidade por meio de apagamentos específicos.

Assim, a construção deste capítulo é pautada pelo reconhecimento destes dispositivos de construção identitária a partir da herança colonial europeia, que acabam promovendo a invisibilização e o apagamento das identidades culturais negras na cidade. E, conforme abordado durante a construção do primeiro capítulo, sabemos que o fator que pauta essas construções identitárias é a raça, a partir da qual serão estruturados comportamentos e identificações sociais específicos que são fixados não apenas em um imaginário coletivo, como também nas representações territoriais deste imaginário – no caso da presente pesquisa, a cidade de Porto Alegre e suas transformações ao longo da história.

4.1 Cena 1: a escadaria da Borges – dos becos às grandes avenidas

O Plano Geral de Melhoramentos de 1914 foi um marco para o Planejamento Urbano de Porto Alegre. O caráter positivista de seus pressupostos teóricos buscava transformar a cidade no epítome da modernidade, e para isto foram elencados projetos em três áreas de atuação: embelezamento, higienização e expansão viária. Esta modernização era restrita ao núcleo urbano da época, de forma que o centro da cidade se transformou em um canteiro de obras durante as primeiras décadas do século XX. A modernidade estava diretamente relacionada à transformação arquitetônica da infraestrutura urbana, mas também era transposta para o imaginário social porto-alegrense: as remodelações físicas eram sustentadas também pela transfiguração dos modos de pensar da sociedade. Assim, “um novo imaginário urbano se construiu em torno da busca de uma cidade limpa, bonita e ordenada. A cidade reproduzia, na ocupação do espaço, a assimetria social da ordem burguesa que se consolidava” (PESAVENTO, 1999a, p. 58).

Não é coincidência, então, que foi durante este período que se implementou uma política de extinção dos becos que ocupavam o centro da cidade, e que há tempos incomodavam a burguesia local. Este incômodo partia de uma visão negativa sobre a coexistência da população preta e pobre com as classes mais abastadas nas zonas nobres do centro da cidade. Estes *lugares de enclave*, como chama Sandra Pesavento (1999b, p. 4), são as ruas de uma “alteridade condenada”, habitadas em sua maioria por negros e condenadas ao apagamento pela nova ordem modernizante do Plano de Melhoramentos.

[...] trabalha-se aqui com a hipótese de que parte significativa da população ocupante dos becos era constituída por trabalhadores pobres, em parte considerável nascidos ou com antepassados no continente africano e trazidos por traficantes de escravos durante o período colonial (KOEHLER, 2015, p. 7).

[...] as preocupações com a modernização da cidade seguem também uma evolução gradual, constituindo uma questão recorrente: Porto Alegre se quer burguesa, bela, moderna, higiênica, ordenada... e branca (PESAVENTO, 1999b, p. 3).

Considera-se, portanto, o racismo como fator adicional de acirramento das campanhas de mobilização da opinião pública na imprensa e das políticas de higienização para o banimento destas populações para os arrabaldes (KOEHLER, 2015, p. 8).

No entanto, a justificativa oficial para a desarticulação dos becos e das habitações que ali residiam era a necessidade de higienização destes espaços, que, por não contarem com infraestrutura adequada de saneamento, apresentavam altos índices de insalubridade. À época, se acreditava que os pobres ofereciam *perigo de contágio* de doenças infecciosas, de forma que seus espaços de moradia foram condenados: na luta contra a proliferação de habitações insalubres, os cortiços foram alvo da criação de instrumentos legais que inibiram a sua construção na cidade (KOEHLER, 2015). Vistos como espaços da “contra-ordem” (PESAVENTO, 1999b, p. 4), os becos eram o palco da batalha contra os pobres na Porto Alegre do início do século, pois marcavam a existência de um claro desnível social entre os espaços da “cidade alta” e os espaços da pobreza¹⁸.

Um dos principais becos do centro da cidade nesta época era o chamado *Beco do Poço*, que ocupava um trecho da Rua General Paranhos (hoje Avenida Borges de Medeiros) – outros trechos desta rua eram o Beco do Freitas e o Beco do Meireles. O primeiro trecho ia da rua Andrade Neves até a Riachuelo, e era conhecido como Beco do Freitas; o segundo ia da Riachuelo até a Duque de Caxias, sendo conhecido como Beco do Poço; e o terceiro e último trecho ia da Duque de Caxias até a Coronel Genuíno (KOEHLER, 2015; VIEIRA, 2017). A ocupação da General Paranhos era esparsa, com a presença de algumas “casinhas” que sugerem uma ocupação popular do local – conforme mostra a ilustração abaixo.

¹⁸ “Na voz dos jornais da época, os ‘becos’ são sempre sórdidos, sujos, escuros, imundos. A designação alude à imagem da cidade que se quer destruir: é opróbrio, atraso, velhice, feiura, crime e vício. Não há outro sentido, não há emprego que o exima do conteúdo pejorativo inequívoco. Perante os artigos da imprensa ou os documentos oficiais da municipalidade, a existência dos ‘becos’ no centro da cidade, numa situação de enclave, era denunciada como constrangedora. O seu visual não só acanhado, mas vicioso e imoral, obrigava os moradores da ‘cidade alta’ a estabelecerem verdadeiras estratégias de percurso para evitarem de passar por tais lugares, verdadeiros ‘antros’, ‘covis’ que ofendiam a moral, a estética e as normas de higiene e dos preceitos modernos de urbanização” (PESAVENTO, 1999b, p. 4).

Figura 8 – Ilustração do Beco do Poço (década de 1920)



Fonte: KOEHLER (2015)

Conforme visto anteriormente, o Plano Geral de Melhoramentos de 1914 previa uma série de intervenções urbanas para modernizar Porto Alegre e dar fim aos resquícios coloniais da cidade. A demolição dos becos da cidade, condenados desde fins do século XIX, foi central na implementação das políticas urbanas modernizantes das primeiras décadas do século XX, em que os porões, cortiços e avenidas¹⁹ constituíam o conjunto de habitações coletivas “superlotadas, infectadas e condenadas pela opinião pública em geral e pelo discurso oficial, que procurava coibir a sua proliferação no centro da cidade” (PESAVENTO, 1999b, p. 7). É no contexto da saga modernizante de Porto Alegre que Sandra Pesavento (2001, p. 98) explica que se travou na cidade uma *guerra contra os becos*, que culminou em “uma série de medidas públicas de

¹⁹ “A ‘avenida’ do vocabulário de estigmatização é tipicamente um espaço construído dos pobres e se aproxima, em sua disposição, ao anatematizado ‘cortiço’, pela disposição das peças, exíguas, amontoadas e enfileiradas, ou então à sublocação de um ‘pardieiro’. Na verdade, a ‘avenida’ está no meio caminho entre o ‘beco’ e o ‘cortiço’: é viela, rua estreita e sem saída, espécie de brecha de uma rua, com ‘casebres’ e/ou peças de madeira ladeando um espaço central, que funciona como pátio e como rua. Num entrecruzamento do público com o privado, o ‘beco’ e a ‘avenida’ confundem os usos do espaço, a desafiar a ordem que se intenta construir na cidade pelo discurso técnico, estético e higiênico” (PESAVENTO, 1999b, p. 6).

intervenção que, redesenhando a cidade, apagariam fisicamente do espaço urbano a sua presença”.

A Rua General Paranhos é um bom exemplo desta remodelação urbana, pois ganhou este nome após a reforma que deu fim aos becos que a compunham. O Beco do Poço era frequentemente alvo de duras críticas por parte da imprensa local e dos cronistas que retratavam Porto Alegre, que faziam referência à depravação dos habitantes do local e também dos frequentadores dos bares e tabernas presentes no Beco. Para exemplificar os discursos comumente veiculados pela imprensa porto-alegrense na época, foram selecionados os trechos abaixo:

Na quadra calamitosa que atravessamos, com as espeluncas existentes na capital, raro é o dia em que o cadastro da polícia não registra fatos vergonhosos que muito cooperam para o nosso descrédito, entre eles conflitos em plenas ruas ao clarão do dia e nos lugares mais públicos (...) Ruas há nesta cidade em que não pode uma família transitar pacificamente, em face do estado de imoralidade que se nota nas mesmas ruas, já pela permanente convivência de homens de baixa esfera, que vivem em completos desacatos, já pela maneira inconveniente que se portam estas mulheres depravadas, entregues ao vício da embriaguez. Haja vistas a rua General Paranhos, antigo Beco do Poço, que prima pela beleza d'arte, em seus assombros (A *Gazetinha*, 1986. PESAVENTO, 2008, p. 150).

Ainda na segunda-feira última duas crioulas, sem casaco e sentadas à beira da calçada, 'divertiam-se' a proferir obscenidades dirigidas à outra postada junto à porta de uma casa do lado oposto e que, por turno, respondia-lhes no mesmo tom (A *Gazetinha*, 1986. PESAVENTO, 2008, p. 165).

O batuque tinha alguma coisa de dança dos nossos selvagens, e tinha tanto de diversão como de cerimônia religiosa ou fúnebre. Havia pontos da cidade onde, aos domingos, o batuque era infalível. O beco do Poço, o do Jacques e a rua da Floresta eram sítios de eleição para o batuque. Nos dias de folia já de longe se ouviam a melopeia monótona do canto africano e o som cavo de seu originalíssimo tambor. Nessas ocasiões a aguardente corria copiosamente à roda, mas como o africano é de uma resistência assombrosa para toda a espécie de álcool, nunca se davam casos escandalosos de embriaguez (Achyilles *Porto Alegre (cronista)*, 1921. PESAVENTO, 2008, p. 367).

No primeiro trecho em destaque, um colunista do jornal A *Gazetinha* retratava o que os porto-alegrenses que passavam pelo Beco do Poço supostamente viam: *espeluncas, imoralidade, homens de baixa esfera, mulheres depravadas, embriaguez*. Estes termos denotam o tom da opinião pública a respeito do Beco e marcam a estigmatização dos discursos sobre esse espaço,

que, por carregar características tão indesejáveis e condenáveis sob os olhos da moral pública, não seria adequado para o *trânsito pacífico das famílias*.

O segundo trecho destacado também foi retirado do jornal A Gazetinha, e mostra a indignação do observador ao notar uma conversa entre duas *crioulas*. Note-se o destaque para o fato de ambas estarem *sem casaco e sentadas à beira da calçada*, de forma que se pode interpretar a indignação com a excessiva exibição de seus corpos e pelos modos de portarem-se em público como uma indignação com a *promiscuidade* destas mulheres que, “no linguajar da época, se revelam sem compostura, no trajar, no linguajar e nos gestos” (PESAVENTO, 2008, p. 165). Aqui, cabe também chamar atenção para a escolha do observador em denotar a raça destas mulheres: eram duas *crioulas* que habitavam aquela cena, e, por algum motivo que não é explicitado ao leitor, este fato era de relevância para a descrição de dita cena – o que abre espaço para interpretações acerca das intenções por detrás desta descrição.

Já o terceiro trecho destacado foi retirado de um texto do cronista Achylles Porto Alegre, que retrata a presença de manifestações de religiosidades afrodiaspóricas como o batuque e o candombe no Beco do Poço. O relato do cronista traz uma breve descrição de como se davam esses rituais, porém, embora não entre em detalhes, neste curto espaço de texto o observador traz estigmatizações acerca das pessoas que faziam parte dos festejos: o batuque era retratado como uma *dança dos selvagens* e os partícipes bebiam *aguardente* sem nunca se embriagarem, uma prova da *resistência assombrosa do africano ao álcool*. Este relato vai ao encontro do que Fanon (2008) escreveu a respeito de como o branco enxerga o negro: o *outro* distante de si que, justamente por ser tão distante, torna-se o oposto do que o branco imagina para si próprio. É assim que o negro se torna o *selvagem*, o *diferente*; e é assim que o branco se torna o *civilizado*, o *normal*.

Estes relatos evidenciam o que a opinião pública enxergava nos becos, e são um sintoma do racismo direcionado às sociabilidades e às práticas religiosas dos povos negros da cidade. As práticas socioculturais que aconteciam no Beco do Poço eram vistas como a antítese do projeto de cidade moderna que se almejava implementar em Porto Alegre, e, portanto, deveriam ser combatidas –

seja por meio da estigmatização, seja por meio da invisibilização de tais práticas como parte da cultura da cidade.

Mas, nesse Rio Grande que se queria moderno, nessa Porto Alegre que se visualizava como branca e civilizada, outros personagens e práticas tinham lugar, mesmo que, para efeitos de exposição pública - pelos jornais, por exemplo —, tais religiosidades se apresentassem como que invisíveis. Uma outra cidade se escondia sob as formas e a imagem da urbe dos cidadãos. Muitas práticas se realizavam às escondidas; de outro modo, eram condenadas e reprimidas. Falemos, pois, de feitiços, de negros feitiços, pois tais práticas e crenças tinham cor determinada: eram coisa de negros, que invocavam entidades e pareciam dominar poderes desconhecidos...

Certos ritos incomodavam as famílias de bem, com a exposição de uma alteridade inquietante na virada do século XIX para o XX. Afinal, neste mesmo século, cientificista, articulava-se, vitoriosa, a ideia da supremacia da civilização europeia cristã ocidental, e manifestações culturais de outras raças tombavam, em versão complacente, para o pitoresco ou o exótico e em apreciação depreciativa, como manifestações de barbárie e ignorância (PESAVENTO, 2008, p. 366).

E foi a partir destes discursos que se justificou a destruição do Beco do Poço: as casinhas, as tabernas e os terreiros vieram ao chão para, em seu lugar, subir um viaduto e abrir uma avenida. Cabe trazer aqui que o Beco do Poço ficava localizado em uma área importante do centro da cidade, visto que conectava a cidade alta (a região que se estendia da beira do rio até os altos da Duque de Caxias) à cidade baixa (região que ia da Duque de Caxias até os arrabaldes ao sul do centro). A posição geográfica do Beco do Poço tornou este o local ideal para as grandes intervenções urbanas implementadas a partir da gestão de Otávio Rocha, com o objetivo de “não só melhorar as conexões viárias do centro histórico de Porto Alegre com o seu entorno como também livrar a cidade de espaços e populações então indesejadas” (KOEHLER, 2015, p. 198). Assim, unia-se o útil – a abertura de uma avenida que iria interligar o centro da cidade à zona sul – ao agradável – a *higienização social* da cidade alta.

Figura 9 – vista aérea da cidade alta, com as marcações em laranja indicando as construções mais imponentes do Beco do Poço e as marcações em vermelho mostrando alguns dos cortiços presentes na região



Fonte: KOEHLER (2015)

Esta imagem é interessante de analisar, pois indica a configuração espacial das habitações do Beco do Poço: nas esquinas ficavam as construções mais sofisticadas, geralmente com dois ou mais andares, e que serviam de moradia para as classes mais abastadas; e nos demais terrenos ficavam os cortiços e demais habitações coletivas, destinadas às classes mais pobres. É essa configuração espacial que dá origem à expressão *lugares de enclave* para se referir aos becos (PESAVENTO, 1999b), pois é nestes que se observa a coexistência dos padrões de vida burgueses com os modos de viver das classes empobrecidas.

Assim, desde o início de sua gestão (1924-1928), Otávio Rocha traçou como meta principal de seu mandato a abertura da Avenida Borges de Medeiros, com o objetivo de facilitar o trânsito entre o centro da cidade e os arrabaldes do Menino Deus, Glória, Teresópolis e Partenon. Esta obra de remodelação viária também previa a construção de um viaduto que cruzaria a avenida em seu ponto mais alto, na extensão da Rua Duque de Caxias. Estas intervenções viárias já estavam previstas no Plano Geral de Melhoramentos de 1914, pois se alinhavam com os objetivos gerais do plano de modernizar a cidade por meio da

higienização dos locais insalubres, do embelezamento dos espaços da urbe e do alargamento de vias para promover a conectividade da área central às outras zonas da cidade.

Figura 10 – Beco do Poço durante sua demolição (década de 1920)



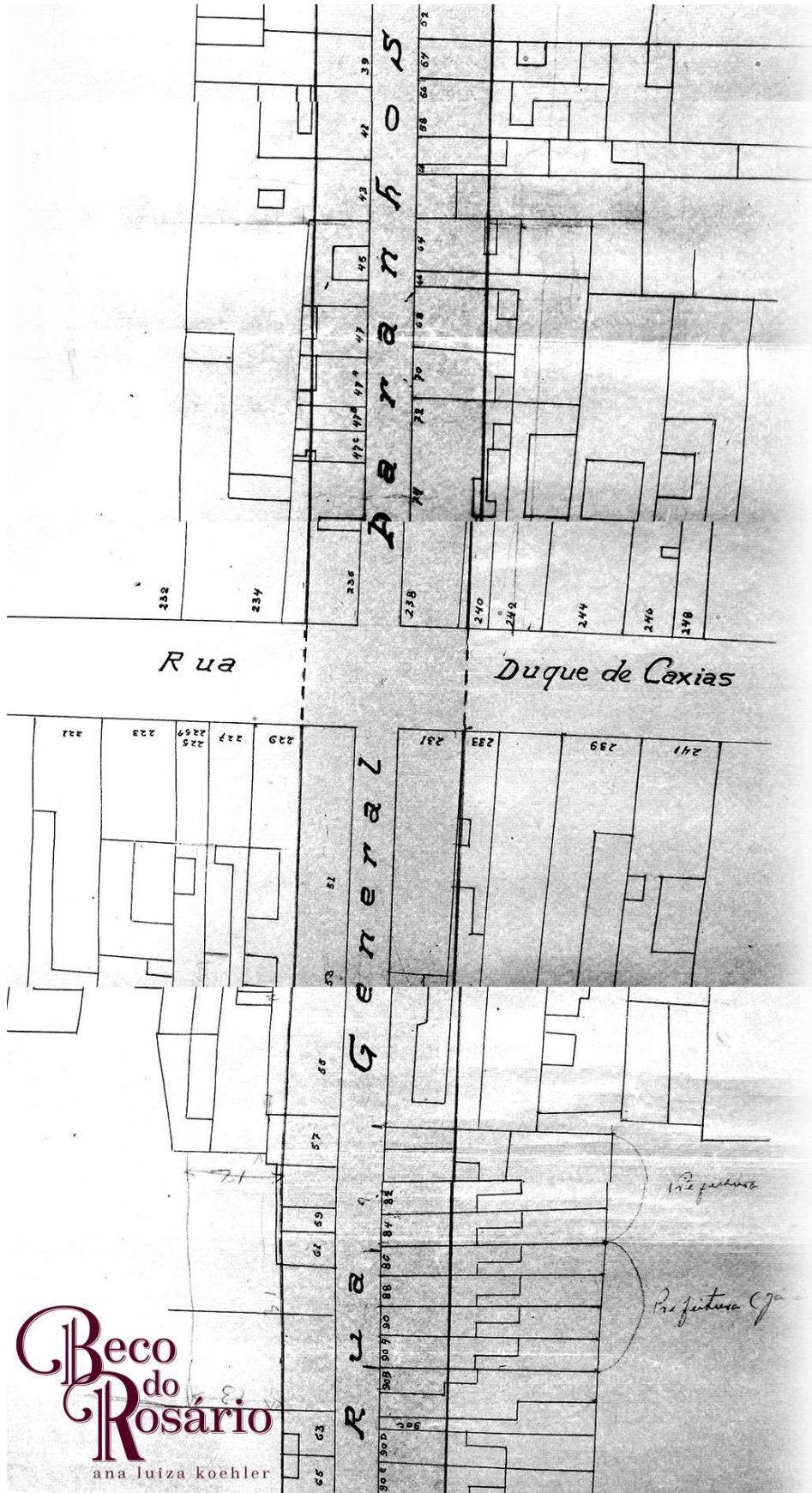
Fonte: KOEHLER (2015)

Figura 11 – Beco do Poço durante sua demolição (década de 1920)



Fonte: KOEHLER (2015)

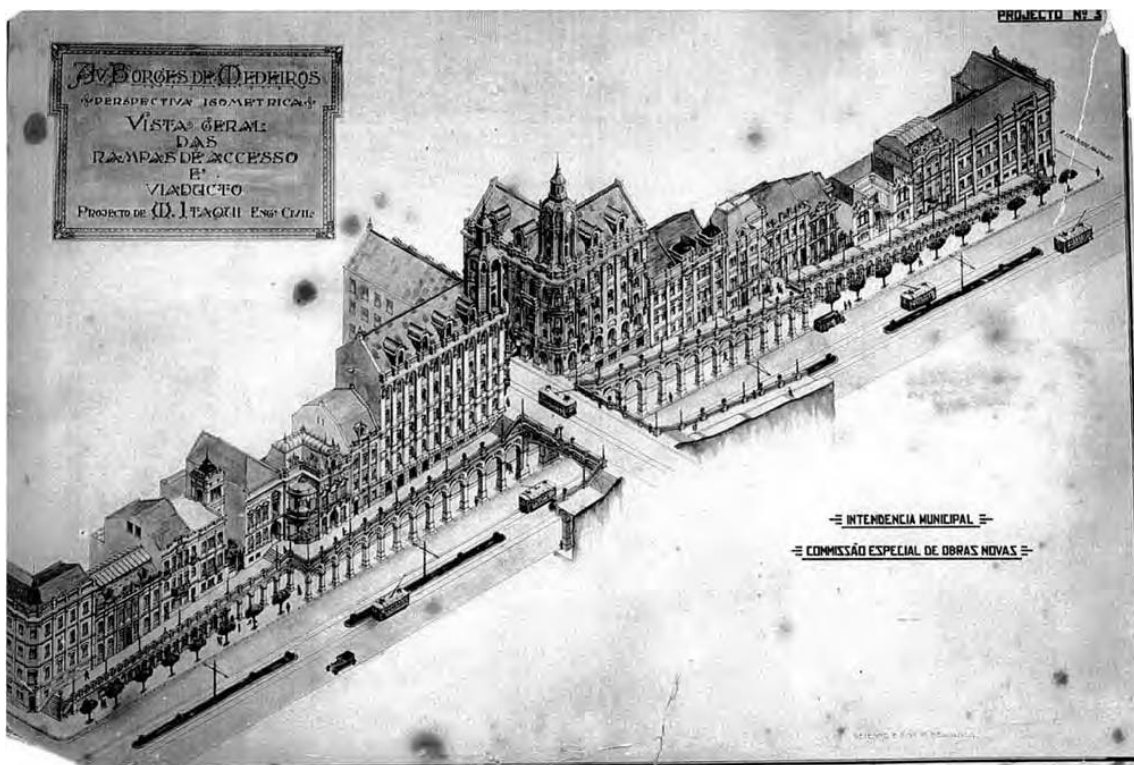
Figura 12 – Detalhe de planta da abertura da Avenida Borges de Medeiros (1927)



Beco
do
Rosário
ana luiza koehler

Fonte: KOEHLER (2019)

Figura 13 – Projeto de Manoel Itaquí para o viaduto Otávio Rocha e a Avenida Borges de Medeiros (década de 1920)



Fonte: KOEHLER (2015)

Figura 14 – Obras de abertura da Avenida Borges de Medeiros (década de 1920)



Fonte: KOEHLER (2019)

Figura 15 – Obras de abertura da Avenida Borges de Medeiros (década de 1930)



Fonte: VIEIRA (2017)

Assim, o que era beco tornou-se avenida. As histórias do Beco do Poço e as sociabilidades ali presentes foram diluídas para dar lugar a dois importantes símbolos do progresso na capital gaúcha: a Avenida Borges de Medeiros e o Viaduto Otávio Rocha. É nessa transição de *passado* para *futuro* que reside a cena de interesse para esta seção, pois é neste momento que é marcada a escolha pela destruição de determinadas sociabilidades para a criação de novos espaços da modernidade. Segundo a ideologia do progresso, o passado precisa ser superado para abrir espaço para o futuro, mas aqui cabe questionar: o que reside em cada uma dessas temporalidades?

Nesta cena, a temporalidade a ser superada é a da pobreza, da marginalidade, da degradação, da imoralidade – e, conforme pudemos analisar ao longo desta seção, estas estigmatizações eram direcionadas a um grupo em específico: o dos pretos e pobres que habitavam o Beco do Poço. Ora, se a temporalidade a ser superada está relacionada aos pretos e pobres, não seria possível associar o porvir da modernidade à burguesia branca? No imaginário desta elite – que também definia as políticas urbanas a serem implementadas

na cidade –, o progresso estava direcionado ao estilo de vida das camadas mais altas da sociedade, e por isto era necessário que Porto Alegre refletisse na sua paisagem urbana as mudanças trazidas no seio da modernidade.

A tensão sociorracial presente nos *lugares de enclave* do centro de Porto Alegre teve seu epítome na destruição dos becos, e a escolha por transformar antigos símbolos da *marginalização* em símbolos da *modernidade* não se deu por acaso. Note-se o que era veiculado na imprensa local a respeito das consequências das intervenções urbanas no centro da cidade:

Um porto-alegrense que esteja há muitos anos ausente da sua terra, no dia em que cá voltar, ficará surpreendido com a transformação, pois em lugar do ‘Beco do Meireles’, vai encontrar a linda avenida Borges de Medeiros com seus majestosos edifícios, que substituíram as velhas casinhas de outros tempos (*Correio do Povo*, 1949. KOEHLER, 2015, p. 158).

A demolição do antigo Beco do Poço expulsou a gentilha ali habitante – que, afinal, devia encaixar-se em alguma parte. A mesma gentilha, entretanto, aprecia e prefere o centro da cidade: não as artérias principais, – o que, então, seria o cumulo! – mas as transversais, que são precisamente a caterva de becos que infestam o coração da ‘urbs’ (*Correio do Povo*, 1926. KOEHLER, 2015, p. 96).

O primeiro trecho mostra como a notícia da destruição dos becos que compunham a General Paranhos foi recebida pela sociedade porto-alegrense. No lugar das *velhas casinhas* se abriu a *linda avenida* e se ergueram *majestosos edifícios*, e esta contraposição entre os lugares da subalternidade e os lugares da modernidade dá a tônica do pensamento urbano à época. É neste sentido que se aponta o caráter exclusivo do planejamento urbano ao longo deste início de século XX, pois as intervenções tomadas em nome do progresso e dos melhoramentos urbanos tinham como contrapartida a exclusão – ou, neste caso, a destruição – das alteridades condenadas pela pobreza e pelo racismo (PESAVENTO, 1999b; KOEHLER, 2015).

É o que o segundo trecho aponta: a expulsão da *gentilha* que antes dividia espaço com as camadas mais abastadas da cidade alta foi bem-vinda, mas trouxe um problema que talvez não tinha sido previsto: os cidadãos expulsos dos becos foram buscar moradia em outros locais do centro da

cidade²⁰. Talvez o que se imaginava com o desaparecimento dos becos seria também o conseqüente desaparecimento das pessoas que ali moravam, por isto o espanto ao descobrir que esses cidadãos vistos como marginais negavam-se a ocupar os espaços que foram imaginados para eles – os arrabaldes mais afastados do centro²¹.

Esta presença indigesta à burguesia demarcava uma territorialidade preta e pobre em um lugar que não havia sido pensado para essa parcela da população, de forma que as *expectativas* desta burguesia branca em relação ao perfil de ocupação das áreas nobres da cidade não necessariamente se realizavam. E é esta tensão entre a cidade imaginada e a cidade real que escancara o caráter exclusivo das intervenções urbanas pensadas a partir da ideologia da branquitude, que busca delimitar territorialidades segundo divisões de raça e classe sem, no entanto, se responsabilizar pelas conseqüências desta segregação.

²⁰ Silveira (2015, p. 32) aponta ainda que, “com a abertura do espaço urbano, principalmente da Avenida Borges de Medeiros, muitos desses cortiços, porões ou casas de cômodos, sem as mínimas condições de existência, foram removidos e, logicamente, seus moradores tiveram de habitar lugares em que a densidade demográfica era ínfima, locais até então muito pouco habitados, ou cobertos por matagais, fora do centro econômico de Porto Alegre. Estes locais “desabitados” e cobertos por vegetação densa faziam parte das chácaras e dos arraiais nas proximidades do centro da capital gaúcha”. As duas próximas seções deste capítulo abordarão dois dos principais territórios negros que foram influenciados por esta remodelação urbana: a Colônia Africana e a Ilhota.

²¹ “[...] havia quem tomasse a classe como critério de divisão social do espaço urbano, alegando que ‘os arrabaldes’ (ou seja, os espaços periféricos) deveriam ‘ser habitados pelos proletários’, já que ‘na cidade propriamente dita’ deveriam residir apenas os que pudessem ‘se sujeitar às regras e preceitos da higiene’” (ROSA, 2014, p. 85).

4.2 Cena 2: a várzea – de Campos da Redenção a Parque Farroupilha

No século XIX, o que hoje conhecemos como Parque da Redenção era uma grande área de vegetação esparsa conhecida como *várzea*. Anteriormente à expansão urbana, esta região era marcada pela ocorrência de batuques, com especial atenção para os rituais que aconteciam na esquina do Beco do Firme (hoje Rua Avai) com o Caminho da Azenha (hoje Avenida João Pessoa), no Candombe da Mãe Rita. Os batuques aconteciam nos Campos da Várzea pelo menos desde a metade do século XIX, conforme apontam alguns registros históricos que marcam a presença dos rituais no local desde antes da construção da Igreja do Bom Fim (cuja pedra fundamental foi erguida em 1867). Note-se que, concluída a construção da Igreja, parte das festividades religiosas do povo negro aconteciam também neste outro lado da Várzea, de frente à Igreja do Bom Fim.

Figura 16 – Campos da Redenção (década de 1900)



Fonte: VIEIRA (2017)

Os relatos históricos acerca da presença desta territorialidade negra na Várzea são fartos:

O Candombe da Mãe Rita era na Várzea defronte da casa e curral do antigo matadouro, mais ou menos no terreno então baldio e depois ocupado pelas casas do Firme e olaria do Juca [...]. Aí se reuniam nos domingos à tarde pretos de diversas nações, que com seus tambores, canzás urucungus e marimbas, cantavam e dançavam esquecendo as

mágoas da escravidão, sem que causassem maiores cuidados à polícia [...] (CORUJA, 1983, pp. 26-27 *apud* VIEIRA, 2017, p. 97).

Tais terrenos [na altura da Avaí com a João pessoa], antes do arruamento e quando de todo abertos, serviam para a realização de festejos dos negros africanos, que ali realizavam seus ruidosos candomblés (PORTO ALEGRE, 1994, p. 16 *apud* VIEIRA, 2017, p. 97).

Havia também os “batusques” ao ar livre. Nestes tomava parte quem queria [...]. Um dos mais populares era o do Campo do Bom Fim, em frente à capelinha então em construção. Cada domingo que Deus dava era certo um “batusque” ali, e o interessante é que muita gente se abalava da cidade para ir ver a dança dos negros (PORTO ALEGRE, 1994, p. 101 *apud* PESAVENTO, 2008, p. 368).

Em Porto Alegre, na primeira metade do século XIX, o “candombe da Mãe Rita”, localizado na Várzea do Bom Fim – região situada entre a Colônia Africana e a Cidade Baixa – servia como ponto de partida para grupos de negros que, “com guizos nos tornozelos”, além de “de tambores, marimbas, orocungos e cauzás” iam “sapatear no corpo da Igreja [do Rosário]”, no centro da cidade, até que os proibiu o vigário José Inácio, provavelmente percebendo o caráter demasiado “africano” das manifestações realizadas dentro do templo cristão (ROSA, 2014, p. 226).

A presença negra na região foi inclusive reconhecida pelo poder público municipal, quando, em 1884, a Câmara de Vereadores decidiu pela alteração do nome oficial da várzea de Campos do Bom Fim para Campos da Redenção. Este acontecimento simbólico foi importante pois passou a vincular o nome do local às territorialidades que ali tomavam lugar. Além disso, cabe trazer outra questão relevante à presença negra nos Campos da Redenção: conforme apontado por Rosa (2014), grande parte das pessoas que frequentavam as festividades no local morava nas adjacências da várzea, seja na Colônia Africana ou na Cidade Baixa. Segundo Corrêa (2005, p. 113), “após a Abolição, principalmente, as famílias negras foram se instalando na então Colônia Africana, hoje bairro Rio Branco e na Bacia (Auxiliadora-Mont’Serrat), naquele tempo subúrbios da cidade, onde também surgiram muitas casas de batuque”. É por este motivo que não é possível falar dos Campos da Redenção sem conectar esse local aos demais territórios negros da cidade; a região era ponto de encontro para parte da população negra e, por isto, foi de extrema importância para o desenvolvimento das sociabilidades desse povo²².

²² “Os templos religiosos afro-brasileiros exerceram e exercem papel social importantíssimo na sociedade gaúcha, atuando como lócus de resistência, proteção, sociabilidade e de construção de uma identidade coletiva para grandes segmentos das massas negras urbanas” (CORRÊA, 2005, p. 113).

A área que compreendia a Colônia Africana, assim como os próprios Campos da Redenção, era vista como de baixo valor e utilidade para a elite porto-alegrense – em função tanto de suas características físicas, que dificultavam o acesso a estes locais, quanto da falta de infraestrutura de saneamento básico. Esta falta de interesse nos terrenos da região fez com que ditas regiões demorassem a ser alvo da expansão urbana, e também foi isto que proporcionou a fixação dos territórios negros nestes locais. No entanto, em um processo similar ao apontado na seção anterior, a partir dos anos 1920 o avanço da urbanização de Porto Alegre foi responsável por descaracterizar os territórios negros dos Campos da Redenção e da Colônia Africana²³.

No caso deste segundo território, houve um processo declarado de embranquecimento da região a partir da Igreja, que buscava apagar as práticas religiosas de matriz africana e *converter* o povo negro ao catolicismo. A busca pelo *branqueamento espiritual* da comunidade da Colônia Africana foi a primeira tentativa de apagamento das identidades afrodiáspóricas ali presentes, que culminou na futura expulsão dos negros deste território e no posterior embranquecimento do bairro – que, por coincidência ou não, passou a chamar-se Rio Branco. Os fatores que culminaram na desarticulação do território negro da Colônia Africana são muitos, sendo os principais deles a criminalização das populações ali residentes e a conflituosa relação entre a população negra e a crescente população imigrante que se instalava no bairro. Em função dos diferentes lugares sociais ocupados por estas duas populações, no embate entre imigrantes e pretos, os primeiros obtinham vantagem em função do lugar de privilégio que ocupavam em relação aos segundos. Para além disso, os processos de remodelação urbana²⁴ implementados a partir da década de 1920 também foram centrais para a descaracterização da Colônia Africana: “a

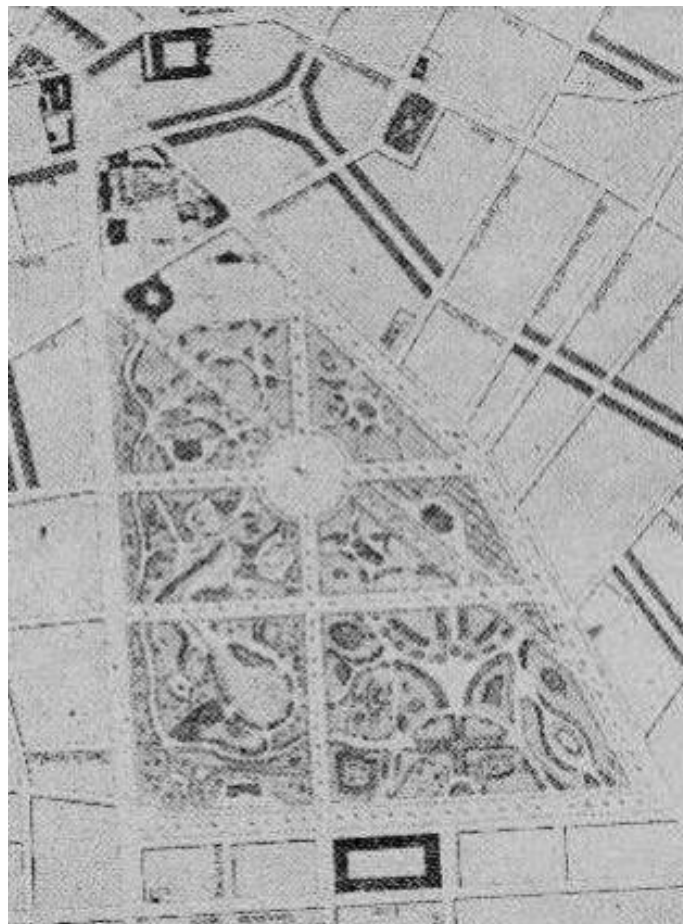
²³ “[...] desde o seu estabelecimento, por volta dos anos da abolição, até aproximadamente o início da década de 1920, quando ocorreram algumas modificações na área. Esse período abrange desde o aparecimento da Colônia Africana, passando pela época em que foram criadas as representações sobre o local, identificando a área com a criminalidade, até as primeiras ações no sentido de urbanizar o local, juntamente com a penetração da igreja católica na região e o surgimento da denominação ‘Rio Branco’, visando apagar a antiga imagem negativa do bairro, já bem mais heterogênea etnicamente” (KERSTING, 1998, p. 11 *apud* SILVEIRA, 2015, p. 37).

²⁴ Silveira (2015, p. 20) observa que “muitos moradores venderam suas casas para algum empreendimento imobiliário, pois a administração pública vinha aumentando o IPTU, como forma de selecionar seus moradores e higienizar o local. Outra forma de remoção se daria com as desapropriações, principalmente durante a ampliação das ruas Vasco da Gama e Cabral.”

valorização imobiliária, a urbanização acelerada e a progressiva e acentuada expulsão da maioria dos antigos moradores negros” (KERSTING, 1998, p. 11 *apud* SILVEIRA, 2015, p. 37) irão culminar no desaparecimento deste território negro.

No caso dos Campos da Redenção, o processo de desarticulação deste território negro acontece de forma mais gradual. Os primeiros planos para ajardinamento dos Campos da Redenção surgem na gestão de José Montaury, que encomenda o projeto de um parque para a Comissão de Melhoramentos e Embelezamento da Prefeitura. Segundo Abreu Filho (2006, p. 45), o parque seria construído em “uma vasta área de várzea de cerca de 60 hectares, que já vinha recebendo trabalhos de drenagem e aterros, e estava estrategicamente situada entre equipamentos importantes como as novas Escolas Superiores e o Colégio Militar”. Este projeto foi incorporado ao Plano Geral de Melhoramentos de 1914, e será posteriormente executado durante a gestão de Otávio Rocha.

Figura 17 – Projeto de João Moreira Maciel para o Parque da Redenção (1914)



Fonte: GERMANI (2002)

No entanto, foi somente a partir do projeto de Alfred Agache que os Campos da Redenção começaram a receber os contornos que possuem até hoje. Em 1929, sob encomenda do prefeito Alberto Bins, o arquiteto e urbanista elaborou um projeto de ajardinamento para os Campos da Redenção, que “definiu uma estrutura formal a partir da qual derivaram todos os traçados e modificações posteriores, até o atual” (ABREU FILHO, 2006, p. 90). O projeto de Agache (Figura 18) foi implementado parcialmente ainda nos anos 1930, e, em 1935, o arquiteto Christiano de La Paix Gelbert foi responsável por implementar alterações significativas no projeto original para comportar a instalação dos pavilhões que abrigariam a Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha (Figura 19). Foi neste mesmo ano que, por meio de um decreto do prefeito Alberto Bins em homenagem aos 100 anos da Revolução Farroupilha, os Campos da Redenção transformaram-se em Parque Farroupilha. Sobre essa simbólica mudança, Bonetto (2018, p. 173) destaca a invisibilização das representações negras neste território

[...] por homenagear uma revolução que se presta somente para manter uma tradição e uma identidade forjada “do gaúcho”, identidade a qual não reconhece em seu imaginário social o negro como formador desse Estado [...], e que foi alimentada pelo sangue dos negros recrutados junto aos estancieiros e lutavam pela sua liberdade [...] e não pelos ideais Farroupilhas. No final da Guerra, os Lanceiros Negros foram traídos e mortos no massacre de Porongos, na noite de 14 de novembro de 1844.

A mudança de nome foi um dos indicativos de apagamento territorial da presença negra nos Campos da Redenção, porém não o único, uma vez que as novas práticas sociais que emergiram da transformação da várzea em parque impossibilitaram a continuidade das práticas religiosas do povo negro. Ainda que não existam registros históricos precisos acerca da interrupção da realização de rituais de candomblé na Redenção, a partir das primeiras décadas do século XX já não se observa mais a realização destas práticas no local. Também por falta de registros históricos que deem suporte a esta constatação, não é possível demonstrar de que forma as comunidades negras presentes neste território foram afastadas de suas práticas religiosas. No entanto, há de se questionar o porquê da transformação de um território negro com décadas de história em um

local de culto à tradição gaúcha e ao orgulho da identidade local – pautada pela homenagem a personalidades históricas de origem europeia; ou seja, brancas²⁵.

Figura 18 – Projeto de Alfred Agache para os Campos da Redenção (1929)



Fonte: GERMANI (2002)

²⁵ “O Parque Farroupilha está marcado por monumentos que representam os assassinos dos negros durante o Massacre de Porongos, didaticamente trabalhado pelo grupo de Rap - RAFUAGI - Manifesto Porongos¹¹ de Porto Alegre, que mostra os monumentos e a responsabilidade neste massacre que ganhou visibilidade há poucos anos. Na entrada, bem localizado encontra-se o Barão de Caxias, que combinou o massacre, ainda denunciando todos aqueles que no imaginário social da grande maioria da população são heróis, tais como: Duque de Caxias e Bento Gonçalves. A monumentalização destes ‘heróis’ invisibiliza fatos históricos como a Batalha de Porongos e alimenta imaginários sociais sobre fatos históricos que são contados apenas por um lado da história, o das elites econômicas do RS” (BONETTO, 2018, p. 174).

Figura 19 – Projeto de Christiano de La Paix Gelbert para a Exposição do Centenário Farroupilha (1935)



Fonte: FESTUGATO (2012)

A Exposição do Centenário Farroupilha tinha como objetivo “homenagear os valores e a história do estado e mostrar o progresso de uma nova era de desenvolvimento e modernidade que se pretendia para o Rio Grande do Sul” (FESTUGATO, 2012, p. 65). A escolha do local para construção dos pavilhões foi estratégica: a região dos Campos da Redenção era próxima ao centro da cidade, e no seu entorno já haviam sido erguidos o edifício da Escola Militar e também alguns dos prédios que hoje fazem parte do Campus Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Assim, o projeto de Christiano de La Paix Gelbert deu forma tanto à infraestrutura da Exposição de 1935 quanto aos contornos do Parque Farroupilha²⁶, trazendo uma dupla leitura ao evento

²⁶ “[...] a Exposição acaba por modificar o espaço urbano, deixando marcas que vão muito além de sua duração, mas principalmente construindo monumentos que passam a atribuir novas identidades visuais à cidade” (GIOVANAZ, 2013, p. 327).

que aconteceu em decorrência do centenário da Revolução Farroupilha. Para Abreu Filho (2006, p. 92), a Exposição de 1935

[...] por um lado, homenageia os valores ideológicos e simbólicos associados aos 100 anos do levante armado dos “farrapos” contra o poder central, com todas suas conotações em um momento delicado das relações entre o Estado e o Governo Federal; por outro, sinaliza o esforço da sociedade agrícola e industrial gaúcha na busca de um modelo de modernização que atuasse como impulsor do desenvolvimento regional [...].

Nesse sentido, fica bastante marcado na leitura desse fato histórico o sentimento de identificação da elite porto-alegrense com um discurso modernizante que valorizava as contribuições desta parcela da sociedade para o desenvolvimento da capital gaúcha. O nascimento do Parque Farroupilha marcava esse momento de orgulho de uma identidade comum partilhada entre a burguesia porto-alegrense, que também pode ser lida enquanto resultado de um processo de reconhecimento identitário a partir da branquitude. Para além disso, segundo Monteiro (1995, p. 118):

Os espaços criados ou modernizados seriam o cenário para o desenvolvimento da pedagogia social burguesa, a transmissão de hábitos, costumes e valores que sustentariam a nova organização social, relacionada à inserção da sociedade rio-grandense em uma “etapa superior” do desenvolvimento capitalista. A praça e as novas avenidas dariam um tom aristocrático aos hábitos da sociedade porto-alegrense.

A forma como a Exposição de 1935 foi idealizada demonstra um desejo de interpretação da história rio-grandense a partir de uma narrativa que coloca como central para a Revolução Farroupilha o branco guerreiro, que lutou na defesa dos ideais da Revolução, em contraposição à narrativa que coloca este guerreiro no lugar da derrota – afinal, a Revolução de 1835 foi tudo menos uma revolução, no sentido próprio da palavra, uma vez que não logrou êxito a luta pela independência do Rio Grande do Sul. A Exposição de 1935 foi, portanto, uma oportunidade de apresentação desta narrativa diante de um público advindo de todas as partes do Brasil – e também do mundo –, servindo como “um instrumento de mobilização de massas, de construção de identidade e de gosto, de propaganda do nacionalismo e da cultura” (GIOVANAZ, 2013, p. 321).

A escolha pelo apagamento da presença negra no território da Redenção e a conseqüente escolha pela transformação do local em um parque-sede para

uma exposição emblemática para a identidade gaúcha são duas faces de uma estratégia de embranquecimento desse território. O ocultamento da memória afrodiaspórica presente na Redenção é sintomático de uma cultura que apaga determinados aspectos históricos dos lugares a favor da construção de narrativas de dominação destes mesmos espaços a partir da branquitude. Não é por acaso que a Exposição de 1935 tornou-se um marco na afirmação da identidade riograndense, inclusive ocultando da narrativa heroica criada para dar suporte a esta identidade regional a história dos Lanceiros Negros e a sua contribuição para a consolidação da Revolução Farroupilha. Também foi convenientemente oculto deste processo de construção da identidade riograndense o episódio do Massacre de Porongos²⁷, “em um movimento que evidencia as tentativas de limpeza moral dos farrapos, buscando apagar a tradição escravista que era ordem naquela sociedade” (LUVIZETTO, 2022, p. 17).

Tratemos agora de outra questão emblemática que surge a partir do processo de pesquisa que deu início a este trabalho. Em alguns registros feitos durante a Exposição de 1935 é possível observar a presença de bandeiras do regime nazista alemão hasteadas em alguns dos pavilhões. Embora não haja registro histórico claro acerca do motivo da presença destes símbolos do nazismo na Exposição, o que busco levantar aqui é a tolerância com a permanência desse tipo de símbolo em um lugar que não deveria abrir espaço para o endosso do regime nazista alemão. Ana Maria Dietrich (2013) escreve sobre a história do Partido Nazista no Brasil, fundado em 1928, e explica a relação amistosa existente entre os governos brasileiro e alemão à época da fundação do Terceiro Reich. Nesse sentido, a autora aponta que:

Em relatório político de 1935, ao descrever as relações políticas entre a Alemanha e o Brasil, o enviado alemão Schmidt-Elskop afirmou que o diagnóstico era bem promissor. [...] A recepção ao governo nazista por parte dos governantes e de círculos privados brasileiros também teria sido boa:

‘Tanto no governo, como também em círculos privados encontra-se nas pessoas, mais frequentemente que nos anos anteriores, maior

²⁷ “O ‘Massacre de Porongos’, conhecido também como ‘Surpresa’, ‘Batalha’ ou ‘traição’ de Porongos, ocorreu nos momentos finais da Revolução Farroupilha, quando seria assinado o tratado de paz entre republicanos e imperiais, conhecido como Tratado de Ponche Verde. A morte de parte de um dos corpos de lanceiros negros ocorreu na madrugada de 14/11/1884, no Cerro de Porongos, então município de Piratini, atualmente pertencente à cidade de Pinheiro Machado” (SALAINI, 2006, p. 37).

compreensão para com os interesses da nova Alemanha e não raramente havia entre eles calorosos intercessores para o movimento nazista' (DIETRICH, 2013, p. 4).

Além disso, Dietrich aponta outro registro histórico interessante para compreendermos a permissividade das autoridades gaúchas com a presença das bandeiras nazistas na Exposição de 1935. Em discurso proferido em 1937, o então governador do estado, Flores da Cunha, declarou sua simpatia aos ideais nazistas e registrou sua preocupação com o “melhoramento” da raça brasileira a partir da presença de alemães no país. Flores da Cunha “elogiou com grandes palavras a diligência e o amor à ordem do germanismo rio-grandense-do-sul como ‘componente racial do muito valoroso povo brasileiro’. Além disso, ele demonstrou sua admiração pelo trabalho do ímpeto do III Reich” (DIETRICH, 2013, p. 5). É provável que as bandeiras hasteadas na Exposição de 1935 sejam resultado dos laços de amizade entre Brasil e Alemanha na época, porém evidenciam também a tolerância da elite que pensou e organizou a Exposição com a presença de propaganda nazista no evento.

Figura 20 – Eixo central da Exposição do Centenário Farroupilha, em que é possível observar a presença de uma bandeira do regime nazista alemão (1935)



Fonte: LICHT (2011)

Figura 21 – Bandeira do regime nazista alemão hasteada em frente ao Pavilhão de Santa Catarina (1935)



Fonte: PRATI (2013)

Esta questão é relevante para a presente pesquisa porque permite levantarmos alguns questionamentos pertinentes ao tema da memória e da representação histórica. Por que é tolerável apagar a presença negra deste território e permitir representações de regimes baseados na eugenia enquanto prática de estado neste mesmo local? Por que os trabalhos que estudam a história do Parque da Redenção não abordam essa questão ao falar da Exposição de 1935? Ou, ainda, por que sequer citam a notória presença negra nos Campos da Redenção anteriormente às intervenções urbanísticas no local?

Uma possível resposta para essas questões é a compreensão da ideologia da branquitude enquanto um fenômeno capaz de aglomerar pertencimentos raciais ligados à uma ideia de brancura que varia conforme o contexto social, mas que está intimamente ligada ao reconhecimento do branco enquanto aliado – seja este um branco gaúcho, italiano, alemão ou até mesmo nazista. E esse pertencimento identitário está profundamente ligado à rejeição do reconhecimento do negro enquanto sujeito que partilha de uma história comum, o que, no caso da identidade evocada pela Exposição de 1935, impossibilita o reconhecimento simultâneo dos guerreiros brancos e dos lanceiros negros como heróis. E, no caso da própria configuração do Parque Farroupilha, é o direito à presença da memória negra que é posto em xeque a partir do estabelecimento deste parque enquanto um lugar construído para homenagear referenciais identitários da Revolução Farroupilha. Essa negação da coexistência de memórias negras e brancas em um mesmo espaço pode também ser considerada uma estratégia de autopreservação dos referenciais de identidade da branquitude, na linha do que Cida Bento (2002) caracterizava enquanto pacto narcísico.

4.3 Cena 3: a Ilhota – de território negro símbolo da cultura afrodiaspórica a espaço urbanizado e gentrificado

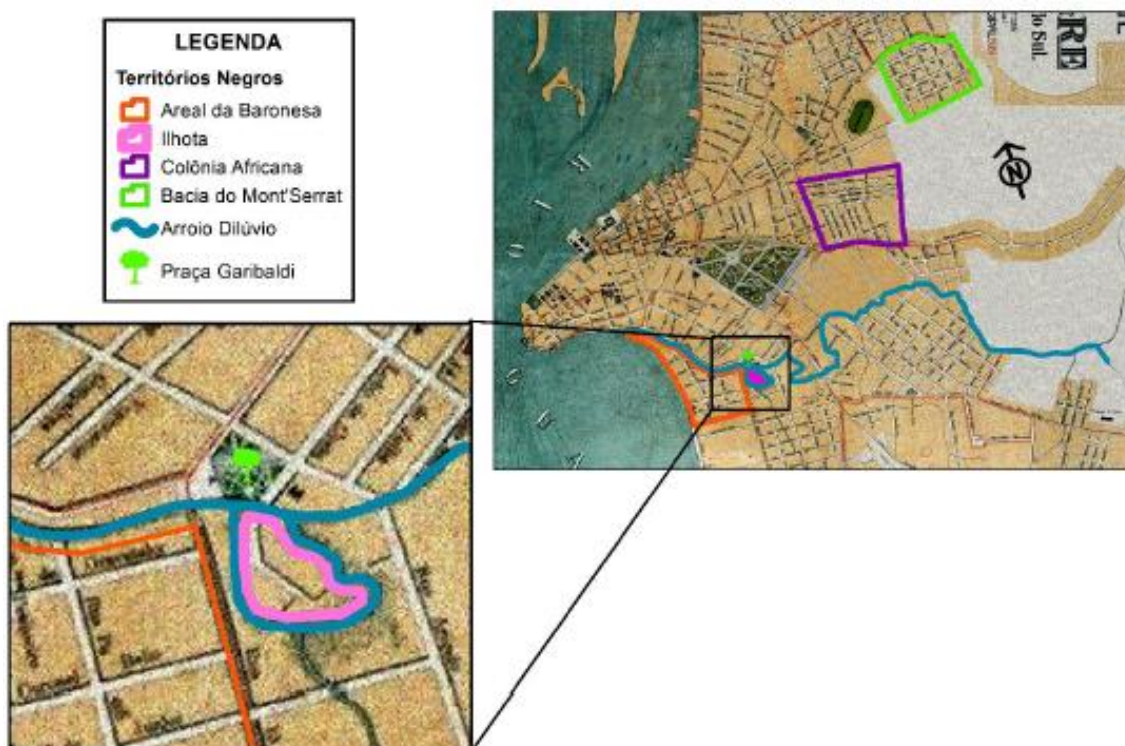
Entre o final do século XIX e o início do século XX, a região central de Porto Alegre conhecida como “cidade baixa” compreendia dois relevantes territórios negros: o Areal da Baronesa e a Ilhota. Essa parte da cidade fazia parte da planície de alagamento do Arroio Dilúvio – à época também conhecido como Riachinho –, de forma que, nos períodos de chuva, a região sofria com as cheias do arroio. Inicialmente, o território era cercado parcialmente pelas voltas do Riachinho, de forma que ainda era possível acessá-lo via terra (Figura 22). No entanto, em 1905, o prefeito José Montauray encomendou a conexão dos dois extremos do meandro no qual a Ilhota se localizava, a fim de evitar o transbordamento do riacho nestas curvas e amenizar os impactos dos alagamentos na região (BURIN, 2008). E foi essa intervenção que deu origem ao território da Ilhota enquanto uma ilha de fato, conforme é possível observar na Figura 23.

Figura 22 – Mapa do Areal da Baronesa e da Ilhota antes da mudança de curso do Riachinho (1905)



Fonte: VIEIRA (2017)

Figura 23 – Mapa da Ilhota após a mudança de curso do Riachinho (1916)



Fonte: VIEIRA (2017)

A Ilhota, assim como outros territórios negros de Porto Alegre, era caracterizada pela “relevante presença de famílias negras e pelas práticas culturais ligadas ao seu passado africano, como o batuque, e aos ofícios aprendidos com seus antepassados, como a lavagem de roupas e a quituteira” (VIEIRA, 2017, p. 165). Além disso, a Ilhota era conhecida pelos populares cortejos de carnaval que aconteciam no território, sendo um ponto de encontro importante para a população negra da cidade em função da efervescência cultural característica deste território. Lupicínio Rodrigues, um dos maiores cantores e compositores gaúchos, nasceu e viveu na Ilhota, de forma que muitas das suas obras foram inspiradas pela história deste território²⁸.

A Liga da Canela Preta, como era popularmente conhecida a Liga Nacional de Futebol Porto-Alegrense, também é originária deste território: havia na Ilhota um campo de várzea destinado ao Sport Clube Internacional – não utilizado em função das frequentes inundações do terreno – que, em 1910, serviu de palco para a fundação da Liga da Canela Preta. O seu objetivo era reunir

²⁸ Ver “Ilhota: o bairro com enchentes de contos”, de Airan Albino (2015), disponível em: <https://www.nonada.com.br/2015/06/ilhota-o-bairro-com-enchentes-de-contos/>.

times oriundos dos territórios negros da cidade, a fim de criar oportunidades para os jogadores que não encontravam espaço nos grandes clubes da cidade por serem pretos (JESUS, 1999).

Esses exemplos nos auxiliam a compreender a riqueza cultural da Ilhota: a poesia, a boemia, o carnaval, o samba, os batuques e o futebol faziam parte do dia a dia dos moradores do território. No entanto, a maneira como a Ilhota era retratada pelos cronistas e pela imprensa local à época deixa muito claro o caráter racista e higienista desta elite, pois, quando estas expressões culturais são invocadas por estes narradores, elas possuem um caráter de estigmatização e condenação das práticas afrodiaspóricas que tomavam lugar na Ilhota e em outros territórios negros da cidade. Em 1949, por exemplo, o *Correio do Povo* traz em suas páginas o seguinte relato sobre a região:

A Ilhota é um dos tantos quistos encravados na cidade. Zona paralela à Av. Getúlio Vargas, vive, há muitos anos, no mais completo abandono, oferecendo mesmo um aspecto desolador. É povoado por gente humilde que habita casebres sem o mínimo conforto, à espera de quem os remova para lugares mais salubres. Ali falta tudo, a principiar pela água e iluminação. Os seus moradores podem ser considerados os verdadeiros marginais na acepção da palavra e bem merecem uma ajuda dos poderes municipais. [...] A miséria impera na Ilhota, miséria negra, contristadora, que se reflete nas criancinhas que, magras e macilentas, vivem o dia inteiro perambulando pelos campos, pois rua praticamente não existe ali. Matagais, buracos, águas estagnadas, imundícies de toda a sorte envolvem um local, pode-se dizer, dentro do coração da metrópole (*apud* GERMANO, 1999, p. 170).

Neila de Araujo (2019, pp. 15-16) traz a narrativa poética de Lupicínio Rodrigues sobre a Ilhota e a contrapõe com os discursos higienistas direcionados a este território: “esta descrição interna se opõe aos discursos construídos de fora, que apontam o mesmo espaço sob o olhar do perigo instaurado, disseminador do mal e contaminante pelos vícios e hábitos de seus habitantes”. Nesse sentido, é interessante notar como os trabalhos que resgatam narrativas de ex-moradores deste território trazem novas perspectivas à história da Ilhota – nesta linha, podemos citar os trabalhos de Daniele Vieira (2017), Neila de Araujo (2019) e Iris Germano (1999). Estas pesquisas remontam a um passado marcado pela forte presença de redes de cooperação no seio dos territórios negros da cidade baixa, de forma que é possível fazer um contraponto

à maneira como esses lugares são retratados pela historiografia tradicional – marcados pelo estigma da pobreza e do racismo.

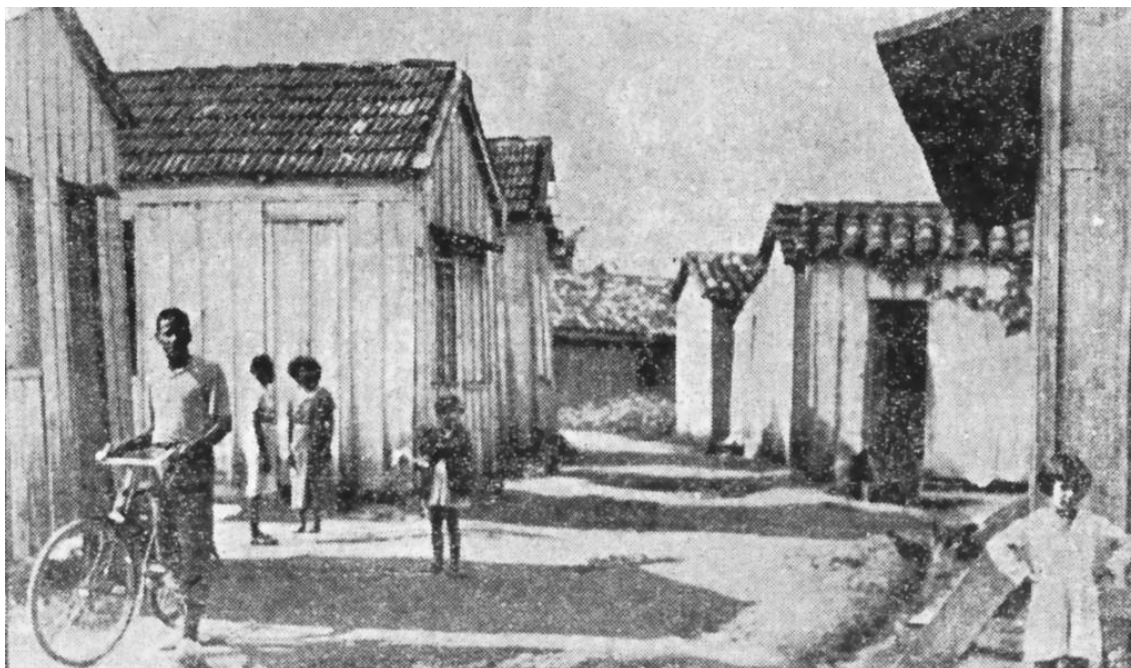
Neila aponta também o incômodo das elites formadoras de opinião da época com a existência de um espaço empobrecido como a Ilhota em uma região vizinha dos espaços mais ricos da cidade: “incômodos habitantes tão próximos e tão estranhos aos sonhos modernizantes” (ARAUJO, 2019, p. 16). Os casebres, as avenidas, as condições precárias de subsistência, as constantes enchentes, os batuques, a boemia: tudo inspirava desgosto nesta burguesia que imaginava outra ordem para a cidade. Sobre essa questão, Sandra Pesavento (1999b, p. 7) aponta: “a situação de ‘ilha’ se configurava pela estigmatização do espaço. A zona era de fato segregada, ‘ilhada’ do resto da cidade, num deslocamento do sentido da palavra original: além de pedaço de terra isolado pelas águas, era também um espaço de isolamento social e exclusão”. No entanto, se a visão da cidade branca sobre este território negro era a da exclusão, no seio de comunidades como a Ilhota e o Areal da Baronesa a lógica que permeava as relações e sociabilidades locais era outra. Conforme aponta Germano (1999, p. 110),

Havia todo um cotidiano permeado por relações de solidariedade, por uma musicalidade e uma estética próprias, que compunha o universo cultural desses agrupamentos. Não se pode dissociar o carnaval do próprio cotidiano desses grupos populares, compostos por negros, que funcionavam o ano inteiro. Era uma rede cotidiana de trocas culturais, que acontecia no dia a dia da comunidade, nos dias de enchente na Ilhota e no Areal, nas arrecadações de dinheiro para determinado fim, para o qual a própria comunidade se unia (como no caso do carnaval quando faziam inúmeras festas e rifas para arrecadar dinheiro, montar coretos e enfeitar as ruas), nas casas de batuque, nas rodas de samba, nos encontros nos botecos e também nas associações culturais e beneficentes.

Assim, embora os territórios negros da cidade baixa estivessem associados a um imaginário urbano pautado pela criminalidade e pela desordem, a realidade das pessoas que residiam nestes locais era marcada pela presença constante de manifestações da cultura popular. A arte e a religiosidade faziam parte da vivência cotidiana nesses territórios, de forma que não é possível retratá-los somente a partir do que lhes faltava – em termos de infraestrutura de saneamento e de habitação –, mas também a partir do que eles tinham em

abundância: representações culturais diversas que permeavam as sociabilidades locais.

Figura 24 – Paisagem interna da Ilhota (sem data)



Fonte: VIEIRA (2017)

Burin (2008) aponta que, em um primeiro momento, o poder público municipal focou os projetos de remodelação urbana na região central da cidade; e foi somente após a conclusão de importantes intervenções no Centro que os olhares se voltaram para a situação da região vizinha – a cidade baixa. Mais especificamente, o que chamava atenção do poder público neste momento era o recorrente problema das enchentes que assolavam o local nos períodos de chuva: “o que emperrava o desenvolvimento desta região era o problema do Riacho, que, aliado às cheias, era o cerne de toda a desvalorização deste território” (BURIN, 2008, p. 43). Assim, não necessariamente havia uma preocupação em integrar os territórios da Ilhota e do Areal da Baronesa à região central, levando infraestrutura de saneamento e habitação para estes locais, por exemplo; na verdade, o interesse na região estava pautado no seu potencial imobiliário e de investimento, em função da proximidade que tinha com o centro da cidade.

É nesse contexto que surgem os projetos para canalização do Riacho, de forma que, em 1938, os arquitetos Edvaldo Pereira Paiva e Ubatuba de Faria

propuseram a canalização do Riacho como meio de viabilizar a urbanização da cidade baixa, no contexto da publicação da *Contribuição ao Estudo da Urbanização de Porto Alegre*. Nesse sentido, cabe destacar a visão dos autores sobre estes territórios e sua importância para o desenvolvimento urbano de Porto Alegre:

Uma das causas de excessivo desenvolvimento em superfícies de nossa cidade é a existência de grandes áreas não saneadas próximas ao centro. A bacia do curso d'água chamado Riacho está incluída nesta asserção, pois trata-se de uma área de cerca de 300 hectares de terras muito baixas, extremamente insalubres e flageladas por cheias periódicas. São imensos quarteirões em cujo interior se encontra denso mato e variadas espécies de animais daninhos. E isto a dois quilômetros do centro. [...] A necessidade da extirpação desse mal pelo saneamento e conseqüente higienização de toda a zona tem sido um dos problemas mais estudados desde muito tempo, e se sucedem os projetos de saneamento desses locais sem que qualquer medida prática tenha sido tomada. A conquista dessa enorme área para a cidade deve ser um dos pontos cardeais para qualquer plano de remodelação para Porto Alegre, pois com o saneamento dessa zona teremos dado um imenso passo no sentido de transformarmos a nossa cidade (PAIVA; FARIA, 1938, p. 158 *apud* BURIN, 2008, pp. 64-65).

Note-se que não há referência às comunidades que residiam na Ilhota e no Areal da Baronesa, na verdade, os planos para os bairros que hoje conhecemos como Praia de Belas e Cidade Baixa focavam na construção de bairros residenciais voltados para a classe média, com a implantação de parques, praças e playgrounds – no caso do Praia de Belas, havia inclusive a previsão de construção de uma praia artificial para desfrute dos moradores do bairro. Em relação aos territórios negros supracitados, a única menção a políticas voltadas a estes espaços é referente aos valores das desapropriações que deveriam ser feitas para viabilizar a implementação do projeto de canalização do Riacho²⁹. Sobre a construção da Avenida do Canal (hoje Avenida Ipiranga), Burin (2008, p. 67) destaca:

A nova Avenida do Canal dividiria o Parque de Confluências em dois segmentos simétricos. Essa avenida teria cinquenta e cinco metros de largura, com amplos passeios e duas faixas destinadas ao trânsito. Além de ligar o novo bairro Praia de Belas com a Azenha e o Menino Deus, a avenida transformaria toda a zona das ruas Barão e Baronesa

²⁹ “Em nosso traçado levamos em conta os seguintes fatores: a) valores das desapropriações; b) a necessidade dum encurtamento máximo do canal, afim de aumentar o declive e diminuir o custo da obra; c) o aproveitamento da topografia do terreno a fim de evitar grandes cortes; d) a possibilidade de projetar arruamentos em boas condições técnicas, estéticas e econômicas” (PAIVA; FARIA, 1938, p. 168 *apud* BURIN, 2008, p. 65).

do Gravataí, prevendo também a extinção da Ilhota e a remodelação da Praça Garibaldi.

Figura 25 – Planos de urbanização da Praia de Belas e de canalização do Riacho



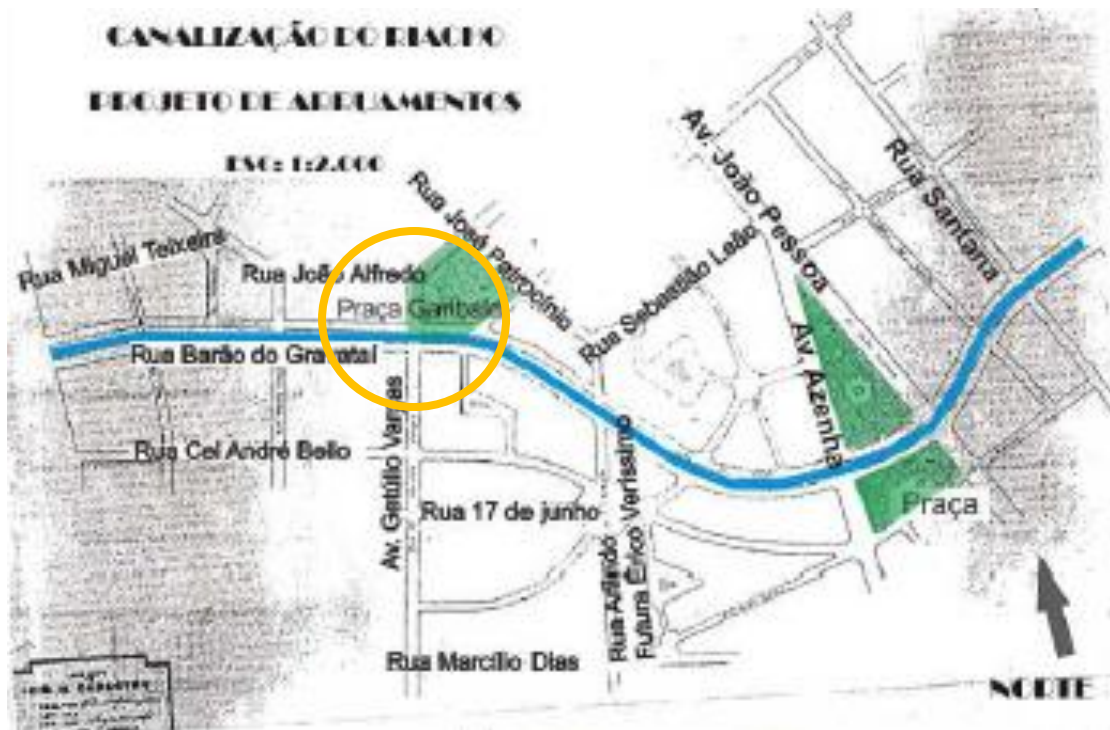
Fig. 26- Urbanização da Praia de Belas.

Fig. 27- Entrada da Cidade.

Fig. 28- Parque de Confluências.

Fonte: PAIVA; FARIA (1938) *apud* BURIN (2008)

Figura 26– Projeto de canalização do Riacho (em amarelo a região que compreendia o território da Ilhota)

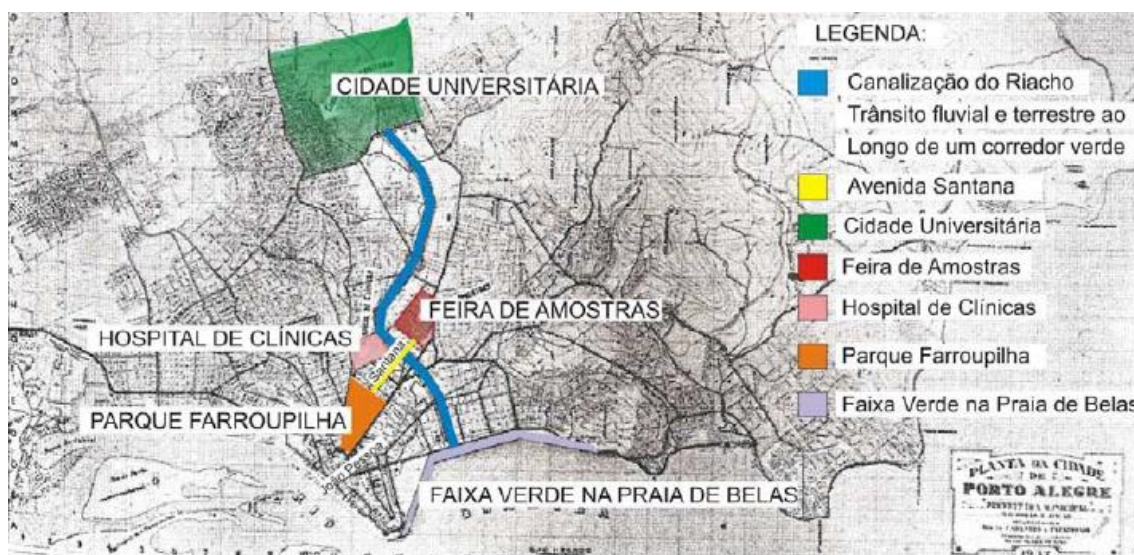


Fonte: PAIVA; FARIA (1938) *apud* BURIN (2008)

No entanto, foi somente na gestão de Loureiro da Silva que as obras de canalização do Riacho saíram do papel. Em 1938, com a contratação de Arnaldo Gladosch para a realização do Anteprojeto do Plano Diretor de Porto Alegre, o

arquiteto ficou encarregado também de entregar as plantas definitivas do Projeto de Saneamento e Urbanização da Praia de Belas. Neste documento, “são ressaltadas novamente as condições precárias do território da antiga cidade baixa e da Praia de Belas, os problemas relativos às enchentes e o grande potencial da região devido à proximidade com o centro [...]” (BURIN, 2008, p. 76).

Figura 27 – Planta geral do Plano Gladosch (1937)



Fonte: BURIN (2008)

Em 1941, de forma parcial, foram iniciadas as obras de canalização do Riacho, pois os fundos disponíveis para este projeto eram limitados para a realização da obra em sua totalidade. Até 1943, último ano do mandato de Loureiro da Silva, “a retificação do Riacho havia sido executada desde a foz junto ao Guaíba, sobre a Rua 20 de Setembro, até a Ponte da Avenida João Pessoa” (BURIN, 2008, p. 89). A partir das intervenções realizadas ao longo da década de 1940, a Ilhota foi desterritorializada e se expandiu em direção à Avenida Azenha. Cabe aqui recuperar o que o Correio do Povo veiculou em 1949, na seqüência do trecho citado anteriormente sobre a Ilhota:

[...] esta anomalia está em vistas de desaparecer. A Ilhota entrou para o Plano de Melhoramento da cidade. A zona será desapropriada e em seu lugar surgirá um logradouro moderno para descanso dos habitantes do Menino Deus. Tudo está previsto no plano de urbanização da Prefeitura para aquele local e – segundo informações que ontem obtivemos – toda Ilhota será aterrada, assim como o pequeno Riacho que a circunda (*apud* GERMANO, 1999, p. 170).

A partir do final dos anos 1940, os moradores da Ilhota se dispersaram por outras regiões do entorno, nas direções leste e sul, integrando o território das chamadas Vila DTO e Vila Piratini. Ali, ainda conseguiam estar suficientemente perto do centro da cidade, onde estavam localizados seus locais de trabalho e os equipamentos públicos que frequentavam – como escolas e postos de saúde, por exemplo. No entanto, a partir dos anos 1960, uma política mais agressiva por parte do poder municipal irá declarar guerra às *vilas de malocas*³⁰, e é nesse contexto que os territórios expandidos da Ilhota serão desarticulados e realocados para uma longínqua região da cidade: a Restinga. Anteriormente a isto, o primeiro plano diretor de Porto Alegre, datado de 1959, foi republicado em 1964 juntamente a outras propostas e readequações, dentre as quais estava incluso o *Plano de Reurbanização da Ilhota*. O Plano determinava um novo loteamento para a região, que “surgiria no intuito de sanear e urbanizar uma área de 22 hectares. Segundo o documento, o local, na época, era assim definido: ‘*uma zona de precárias condições sanitárias servida por ruas extensas, estreitas e de traçado sinuoso, formando verdadeiros becos sem quaisquer melhoramentos*’” (BURIN, 2008, p. 118).

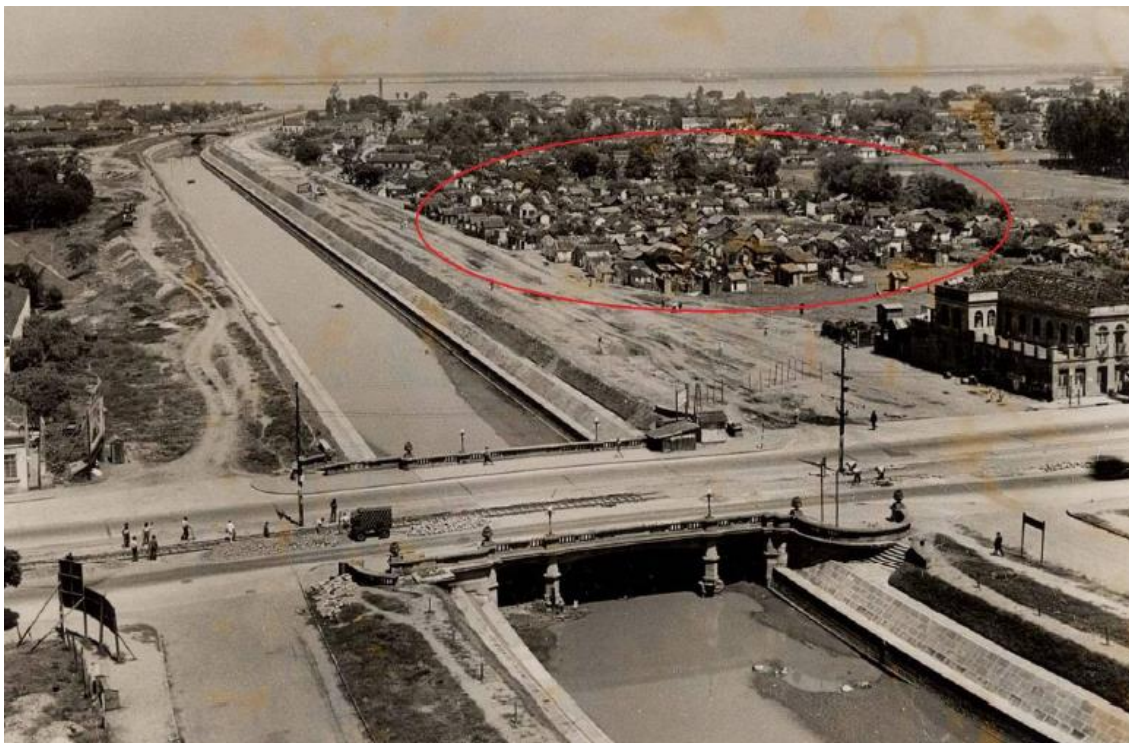
No entanto, por falta de recursos, o Plano não foi executado, e, em função do ritmo acelerado de crescimento populacional da cidade – observado entre 1940 e 1960 –, a ocupação dos territórios expandidos da Ilhota aumentou consideravelmente nos anos subseqüentes. É nesse contexto que emerge a guerra às vilas de malocas nos anos 1960, e, mais especificamente em 1967, é iniciada a remoção dos territórios da Ilhota³¹. Com o claro propósito de promover

³⁰ “As ‘Vilas de Malocas’ foram espaços/territórios das populações pobres da cidade de Porto Alegre, o silenciamento sobre os processos de lutas urbanas para sua desarticulação e esquecimento submete à invisibilização um contingente populacional em meio à pobreza, produto resultante das próprias contradições sociais das relações da cidade – sua autorrepresentação é rarefeita” (ARAUJO, 2019, p. 87).

³¹ “Dentro desse complexo quadro urbano, uma matéria do Correio do Povo intitulada Problemas da Cidade estampa a imagem do território removido em 1967 – a Ilhota. A matéria constrói um cenário no texto “núcleo teimoso que sobrou da canalização do Arroio Dilúvio e resiste ao progresso” à ideia de entrave ao desenvolvimento proposto já na administração de Loureiro da Silva, onde o projeto era de ‘remoção das malocas e reurbanização’, a notícia trazida pela matéria é que ‘o governo municipal voltou a incluir a Ilhota no plano prioritário para 1967’ a proposta comunicada é que o DEMHAB está preparando a gleba de terra para onde será encaminhada o que o texto aponta como ‘operação-Ilhota’ onde figura uma ‘resolução’, no entendimento do editorial ‘A urbanização da Ilhota virá reintegrar na vida da cidade núcleo central, permitindo assim o progresso’ (Correio do Povo, 20 de novembro de 1966)” (ARAUJO, 2019, p. 94).

a higiene social dos espaços centrais da cidade, a prefeitura esteve empenhada em destruir estes espaços condenados pela política segregacionista do poder público municipal – e, em última instância, legitimada pela elite porto-alegrense (ARAUJO, 2019).

Figura 28 – Paisagem da Ilhota nos anos 1950



Fonte: VIEIRA (2017)

Figura 29 – Ilhota perde suas malocas, reportagem da Zero Hora de 1967



Fonte: ARAUJO (2019)

Conforme apontado anteriormente, a Ilhota estava localizada em uma região de interesse para o poder público municipal em função de seu potencial imobiliário e de investimento. Não é à toa que o Plano Diretor de 1964 contou com um capítulo específico sobre os planos de urbanização da Ilhota, a partir dos quais, estrategicamente, foi legitimada a expulsão das populações que ali residiam. Este espaço é visto como uma *folha em branco* para o desenvolvimento urbano da região, de forma que não há a intenção de converter as áreas urbanizadas em espaços de habitação e lazer para os antigos moradores da Ilhota. A cidade que se construía não era feita para estas pessoas pretas e pobres, e isso fica evidente quando observamos o destino imaginado para essa comunidade pelo poder público municipal: a Restinga, que, à época, era nada mais que um grande terreno sem infraestrutura adequada para receber esse contingente populacional.

Em sua pesquisa, Neila de Araujo (2019) aponta que não havia sido sequer pensado um projeto de habitação para a Restinga. O projeto, na verdade, consistia em levar os *maloqueiros* para este lugar e lá deixá-los à própria sorte. Não havia habitação, saneamento ou conectividade ao centro da cidade; o que demonstra que a preocupação do poder público municipal era tão somente *limpar* a região da Ilhota de seus indesejados moradores. Conforme aponta a pesquisadora, “os processos de melhorias e reavivamento dos espaços urbanos de interesse imobiliário suprime o teor de segregação resultante dessa estratégia comum nos grandes centros” (ARAUJO, 2019, p. 49). O território da Ilhota – aqui compreendido enquanto o primeiro núcleo estabelecido ainda no final do século XIX e também enquanto os novos espaços para os quais a população foi se expandindo a partir das obras de canalização do Riacho – sofreu inúmeras intervenções ao longo da história. As políticas de desenvolvimento urbano focadas neste território com décadas de história estiveram sempre amparadas por um discurso técnico de higienização da cidade e de recuperação de áreas afetadas pelas constantes cheias que assolavam a região. No entanto, é possível apontar que o planejamento urbano atuou enquanto vetor da higienização social deste território, uma vez que as intervenções imaginadas para este lugar eram pautadas pelo discurso da guerra às vilas de maloca. E há de se apontar também o teor racista das justificativas em defesa do apagamento territorial da Ilhota: o

que havia por trás destes projetos era uma proposta civilizatória pautada por brancos sobre territórios negros (ARAUJO, 2019).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos últimos capítulos, esta pesquisa trouxe diferentes aspectos da história de Porto Alegre, a fim de evidenciar que a mesma é marcada por uma série de rupturas e desconfigurações dos seus territórios negros para dar lugar a diferentes projetos da branquitude. O planejamento urbano, nesse sentido, deu forma a estes novos projetos por meio da completa transformação dos espaços tidos como *problemáticos*, de forma que se tornou um instrumento de reescrita da história da cidade a partir de ideais como a modernização, a higienização e o embelezamento. A história escrita pelos brancos é uma história em que a raça não aparece como fator determinante para o desenvolvimento urbano de Porto Alegre; nos Planos e Projetos construídos por arquitetos e urbanistas no século XX não há menção à configuração sociorracial dos espaços que se tornariam alvo das políticas de reestruturação urbana.

Ainda que os instrumentos e normativas do planejamento urbano tenham sido construídas por pessoas brancas, elas também não nomeiam a si próprias nos processos de modernização da cidade. Sua raça permanece oculta, porém a efetivação destes Planos e Projetos evidencia que, se na teoria não há direcionamento racial para as políticas de urbanização, na prática o que houve foi a desestruturação de territórios majoritariamente ocupados por pretos e pobres. O planejamento urbano foi, portanto, o meio de transformação dos territórios negros em espaços da modernidade – projetados por arquitetos e urbanistas brancos e executados por prefeitos e políticos brancos. Não que o fato de os executores destas políticas serem brancos seja um problema por si só, porém é válido apontar que a lógica que guiou os Planos e Projetos encampados por esta elite foi pautada pela ideologia da branquitude. Isto porque, conforme foi possível analisar no primeiro capítulo, os discursos atrelados à modernização estão intimamente ligados a uma concepção colonial dos espaços da cidade, e a raça é um produto direto da modernidade. A hierarquização dos territórios conforme o valor que possuíam para esta elite *coincidiu* com a configuração racial destes espaços: o caráter da remodelação urbana em Porto Alegre foi determinado pela *necessidade* de substituição dos territórios negros por projetos da modernidade.

A branquitude se manifesta, portanto, enquanto identidade partilhada pelos arquitetos, urbanistas, engenheiros e políticos responsáveis por defender a modernização da cidade, ainda que isso não estivesse claro nos Planos e Projetos. E é também a lógica de dominação dos espaços da cidade a partir de projetos da modernidade que traduz o teor racista das práticas urbanísticas nas cenas trabalhadas no último capítulo: a denúncia dos territórios negros enquanto espaços condenados tanto pela falta de higiene e saneamento quanto pela criminalidade e estigmatização demonstra que havia, nas entrelinhas, uma rejeição à ocupação de espaços da cidade pela população negra. Tanto que, uma vez realizadas as reestruturações urbanas implementadas pelos Planos e Projetos, não houve espaço para essa população nos novos lugares concebidos pela elite. É nesse sentido que este trabalho buscou evidenciar de que forma o planejamento urbano serviu enquanto ferramenta de embranquecimento da cidade, por meio da desarticulação dos espaços de habitação, lazer e sociabilidade da população negra.

É por isto que aponto que o planejamento urbano operou exclusões não somente nas formas da cidade, como também no próprio imaginário e identidade da cidade. Ao rejeitar a existência dos territórios negros, também se nega o direito a memória destes lugares, uma vez que o que dá sentido para a modernização da cidade é justamente a criação de novas sociabilidades e modos de uso dos espaços a partir de referenciais europeus. E não somente isso, também a própria história da cidade fica atrelada à transformação dos espaços da *cidade antiga* em espaços da *cidade moderna*, e as representações de territórios que foram suprimidos pela chegada da modernidade também são invisibilizadas e substituídas por símbolos da branquitude. Assim, a memória dos territórios negros fica circunscrita a relatos históricos e depoimentos de pessoas que testemunharam a existência destes espaços, enquanto os espaços que os substituíram tornam-se eles próprios símbolos desta identidade gaúcha e porto-alegrense – além de serem extensamente documentados nos registros sobre a história da cidade e sobre a evolução urbana de Porto Alegre.

No caso do Beco do Poço, não sobrou vestígio físico das tabernas e das avenidas que ali existiam; se hoje sabemos da existência destes lugares de sociabilidade é por causa do trabalho de reconstrução histórica de

pesquisadores que buscaram resgatar a memória destes territórios *esquecidos* pela historiografia tradicional. Por outro lado, a Avenida Borges de Medeiros e o Viaduto Otávio Rocha se tornaram símbolo da capital gaúcha, e carregam consigo o nome de dois políticos de renome: Borges de Medeiros, governador do estado do Rio Grande do Sul, e Otávio Rocha, prefeito de Porto Alegre e responsável direto pela guerra aos becós. O que legitima a construção de uma memória branca sobre um território negro, neste caso, é o discurso de embelezamento e modernização do centro da cidade, que é construído a partir da invisibilização da memória dos povos que antes ocupavam este espaço. É um processo duplo: invisibilização da história negra e construção de uma imagem de cidade atrelada à modernidade.

No caso dos Campos da Redenção, sua transformação em Parque Farroupilha não necessariamente ocultou a relevância das memórias do povo negro presentes neste lugar. Conforme analisado no último capítulo, a região dos Campos da Redenção foi escolhida estrategicamente para tornar-se símbolo da cultura gaúcha, e a forma como se deu a fixação deste patrimônio no imaginário da cidade deixa claro o viés embranquecido desta representação da identidade gaúcha. Um importante questionamento levantado por pesquisadores que buscam resgatar a memória deste território negro é a ausência de monumentos e estátuas que simbolizem a história dos povos que fizeram parte deste lugar antes dele tornar-se Parque. A representatividade, aqui, é vista como parte fundamental do processo de retomada da memória negra da Redenção, em contraponto à homogeneização de uma identidade gaúcha embranquecida e inspirada pelos símbolos do orgulho farroupilha. É neste sentido que se fala do pacto narcísico da branquitude, uma vez que são as estruturas de privilégio e poder dos brancos que permitem a fixação de suas representações identitárias no espaço, sem que, no entanto, se reconheça o identitarismo dessas práticas. E o não reconhecimento das memórias negras também atua nessa mesma lógica, uma vez que permitir a instalação de uma crítica racial à história da cidade é também uma ameaça à coesão identitária da branquitude.

O caso da Ilhota é também exemplo do papel do planejamento urbano na operação de exclusões territoriais pautadas pela raça. Os discursos direcionados

aos moradores desse local chamavam atenção sempre para a falta de infraestrutura, a pobreza e a criminalidade; entrar na Ilhota era *arriscado* demais para os cidadãos porto-alegrenses. Os moradores da Ilhota, por sua vez, não eram vistos como cidadãos, sua existência estava circunscrita ao sentido estigmatizante que os jornais forçavam a estas pessoas; o fato de a Ilhota ser o berço cultural do samba e da boemia porto-alegrense era convenientemente apagado destas imagens que eram atribuídas ao território. Esse lugar da alteridade que resistia ao *progresso* deveria sumir do mapa, uma vez que sua existência impedia o desenvolvimento da cidade, segundo os arquitetos e urbanistas que propuseram as obras de remodelação da região. A forma pela qual o racismo opera, neste caso, é por meio da segregação: se não há espaço para o *outro* na cidade que quero construir, é preciso que este *outro* fique invisível aos meus olhos. Foi essa a lógica que levou à constituição da Restinga enquanto alternativa ao *problema* dos moradores desterritorializados da Ilhota, nos anos 1960.

Porto Alegre nunca foi uma cidade exclusivamente branca. Essa imagem foi construída ao longo dos séculos, de forma a invisibilizar a presença negra na história da cidade. Porto Alegre *tornou-se* branca a partir de um imaginário construído ficcionalmente, a partir da reverência a figuras e a movimentos constitutivos da cultura e da história da cidade e profundamente atrelados a um ideal de branquitude. No entanto, existe uma parte importante da história que foi convenientemente deixada de fora dessa constituição do imaginário da cidade: a história dos territórios negros. Nesse sentido, as cenas estudadas neste trabalho buscaram ressignificar o que tradicionalmente é entendido enquanto símbolo da história da cidade, de forma a mostrar como o planejamento urbano tornou-se ferramenta de transformação do espaço urbano a partir da exclusão.

Os discursos de embelezamento, higienização e modernização legitimaram a construção de espaços racialmente excludentes, no contexto da promoção de um ideal de cidade atrelado a referenciais europeus e brancos. A crítica ao planejamento urbano enquanto prática de apagamento territorial é pertinente, neste sentido, pois nos permite revisitar as histórias contadas através desses movimentos de modernização, construídos a partir da branquitude, e refletir sobre a responsabilidade de uma prática de planejamento urbano

antirracista, seja no contexto da história da cidade e de seus símbolos, seja no contexto dos futuros que são possíveis de construirmos a partir desse trabalho de reavistação das memórias da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU FILHO, Silvio Belmonte de. **Porto Alegre como cidade ideal: planos e projetos urbanos para Porto Alegre**. 2006. 357 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

ARAUJO, Neila Prestes de. **Origens do Bairro Restinga, entre versões, a inversão do olhar sobre a memória: uma história autocentrada no discurso do sujeito subalterno sobre o processo de ocupação da comunidade entre 1967 e 1971**. 2019. 265 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 25-58.

BONETTO, Helena. **A invisibilidade negra na cidade de Porto Alegre: uma pesquisa sobre imaginários urbanos**. 2018. 239 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

BURIN, Carolina Wolff. **Canalização do Arroio Dilúvio em Porto Alegre: ambiente projetado x ambiente construído**. 2008. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 1955.

COLAÇO, Thais Luzia; DAMÁZIO, Eloise da Silveira Petter. **Novas perspectivas para a Antropologia Jurídica na América Latina: o Direito e o pensamento decolonial**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

CORRÊA, Norton Figueiredo. Correntes da fé: origens do batuque. In: SANTOS, Irene (org.). **Negro em preto e branco: história fotográfica da população negra de Porto Alegre**. Porto Alegre: Irene Santos, 2005. p. 111-113.

DIETRICH, Ana Maria. Entre a amizade, a proibição e clandestinidade: o Partido Nazista no Brasil e as relações com o governo de Getúlio Vargas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 17., 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: ANPUH, 2013. p. 1-16.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FESTUGATO, Taísa. **A arquitetura de Christiano de La Paix Gelbert em Porto Alegre (1925-1953)**. 2012. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FRIGERI, Ana Vittori; SANTOS, Giordanna Laura da Silva. Os processos urbanos sob a ótica da colonialidade do poder, do ser e do saber. **Raído**, Dourados, v. 14, n. 34, p. 198-209, 16 jul. 2020. Universidade Federal de Grande Dourados.

GERMANI, Ana Maria. **O Parque Farroupilha**: ensaio sobre a evolução do projeto paisagístico. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, 2002. 18 p.

GERMANO, Iris Graciela. **Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia**: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 40. 1999. 275 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

GIOVANAZ, Marlise Maria. As exposições universais e seu impacto museológico: o caso da Exposição do Centenário Farroupilha, Brasil. **Vox Musei**: arte e patrimônio, Parnaíba, v. 1, n. 1, p. 318-329, maio 2013.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. **Novos Estudos Cebrap**, n. 61, p. 147-162, 2001.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. O futebol da Canela Preta: o negro e a modernidade em Porto Alegre. **Anos 90**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, v. 7, n. 11, p. 144-152, jul. 1999.

KOEHLER, Ana Luiza Goulart. **Retraçando os becos de Porto Alegre**: visualizando a cidade invisível. 2015. 323 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

_____. **Esboço: abertura da Borges de Medeiros**. 2019. Disponível em: <https://www.analuizakoehler.com/becodorosario/esboco-abertura-da-borges-de-medeiros/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

LANSINI, Natália; FIALHO, Daniela Marzola. Mapa projeto: o Plano de 1914. In: SALÃO UFRGS, 10, 2014, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

LERSCH, Inês Martina. **A busca de um ideário urbanístico no início do século XX**: Der Städtebau e a Escola de Engenharia de Porto Alegre. 2014. 435 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

LICHT, Henrique. **Parque Farroupilha: subsídios históricos**. 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/103348>. Acesso em: 19 ago. 2022.

LUVIZETTO, Giovanna Jung. **Monumentalizando a branquitude**: identidade regional, memória e branquitude na estatuária de Porto Alegre nas décadas de 1910 e 1930. 2022. 69 f. TCC (Graduação) - Departamento de História do

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

MACHADO, Andrea Soler. Princípios de Le Corbusier no Rio Grande do Sul: o projeto da Praia de Belas em Porto Alegre. **Urbana**: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, v. 6, n. 1, p. 799-830, 2 out. 2014.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre, urbanização e modernidade**: a construção social do espaço urbano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto (org.). **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: EdUFF, 2004. p. 17-34.

PANTA, Mariana Aparecida dos Santos; SILVA, Maria Nilza da. Cidade, branqueamento e colonialidade: a construção dos matizes da identidade de Londrina e os impactos sobre a população negra. **Crítica e Sociedade**, Uberlândia, v. 10, n. 1, p. 28-49, 19 nov. 2020.

PEREIRA, Margareth da Silva; JACQUES, Paola Berenstein. Modos de Pensar. In: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva (org.). **Nebulosas do pensamento urbanístico**: tomo 1 - modos de pensar. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 9-17.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Memória Porto Alegre**: espaços e vivências. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

_____. Lugares malditos: a cidade do "outro" no sul brasileiro (porto alegre, passagem do século xix ao século xx). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 195-216, set. 1999b.

_____. Era uma vez o beco: origens de um mau lugar. In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001. p. 97-120.

_____. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

_____. **Os sete pecados da capital**. São Paulo: Hucitec, 2008

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no brasil. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 59-90.

PRATI, André. **Porto Alegre**: Exposição Farroupilha de 1935. 2013. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/fotosantigasrs/11014463704>. Acesso em: 25 ago. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010. p. 68-107.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Além da invisibilidade**: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918). 2014. 332 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SALAINI, Cristian Jobi. **"Nossos heróis não morreram"**: um estudo antropológico das formas de "ser negro" e de "ser gaúcho" no estado do Rio Grande do Sul. 2006. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010. p. 29-67.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 41-55, jan. 2010.

_____. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo"**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 122 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHWARCZ, Lília. 1999. **Questão Racial e Etnicidade**. In: MICELI, Sérgio (org.). O que ler na Ciência Social Brasileira (1970 – 1995). Antropologia Vol. I, Sumaré e ANPOCS, São Paulo, pp. 267-326. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/o-que-ler-1970-1995/volume-i-antropologia/634-questao-racial-e-etnicidade/file>. Acesso em: 5 mai. 2022.

SILVEIRA, Alexandre Barcelos. **De Colônia Africana a Bairro Rio Branco**: desterritorialização e exílio social na terra do latifúndio (Porto Alegre, 1920 - 1950). 2015. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SODRÉ, Muniz. **O terreno e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Salvador: Imago Editora, 2002.

SOUZA, Célia Ferraz de; MÜLLER, Dóris Maria. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.

STROHAECKER, Tânia Marques. Atuação do público e do privado na estruturação do mercado de terras de Porto Alegre (1890-1950). **Scripta Nova**: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Barcelona, v. 9, n. 13, p. 1-11, ago. 2005.

VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800-1970)**: geografia histórica da presença negra no espaço urbano. 2017. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.